

Mensagem nº 356

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia, e cumulativamente, junto à República do Djibuti e à República do Sudão do Sul.

Os méritos do Senhor Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de junho de 2018.

Brasília, 19 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO**, ministro de segunda classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, junto à República do Djibuti e à República do Sudão do Sul.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO

CPF.:287.726.441-68

ID.: 8034 MRE

1963 Filho de Luiz Villarinho Pedrosa e Maria Rosita de Aguiar Pedrosa, nasce em 19 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1984 CPCD - IRBr

1995 CAD - IRBr

2010 CAE - IRBr - O recente fenômeno migratório de nacionais brasileiros na Bélgica: um caso singular no contexto das Comunidades Brasileiras no exterior. Análise e perspectivas de sua inserção na sociedade belga

Cargos:

1985 Terceiro-secretário

1990 Segundo-secretário

1999 Primeiro-secretário, por merecimento

2005 Conselheiro, por merecimento

2010 Ministro de segunda classe

Funções:

1986 Embaixada no Panamá, terceiro-secretário em missão transitória

1986 Divisão de Imigração, assistente

1987 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente

1991 Embaixada em Madri, segundo-secretário

1995 Embaixada em Beirute, segundo-secretário, primeiro-secretário, conselheiro, comissionado, e encarregado de negócios

2000 Divisão do Oriente Próximo, assistente

2002 Embaixada em Port-of-Spain, encarregado de negócios em missão transitória

2003 Divisão do Pessoal, assessor

2003 Embaixada em Damasco, encarregado de negócios em missão transitória

2005 Coordenação-Geral de Planejamento de Pessoal, coordenador

2005 Embaixada em Bruxelas, encarregado de negócios em missão transitória

2006 Embaixada em Bruxelas, conselheiro

2009 Consulado-Geral em Beirute, cônsul-geral adjunto e encarregado do consulado-geral

2014 Embaixada em Atenas, ministro-conselheiro

2016 Embaixada em Atenas, encarregado de negócios

Condecorações:

1997 Ordem Nacional do Cedro, República Libanesa, Oficial

2004 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial

2012 Medalha Mérito Tamandaré (Marinha do Brasil)

Publicações:

2011 "O Recente Fenômeno Imigratório de Nacionais Brasileiros na Bélgica" - Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG/MRE), Brasília/DF

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA FEDERAL DA ETIÓPIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE A ETIÓPIA	
NOME OFICIAL:	República Democrática Federal da Etiópia
GENTÍLICO:	etíope
CAPITAL:	Adis Abeba
ÁREA:	1.104.300 km ²
POPULAÇÃO:	105 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS:	Amárico (oficial); Inglês (corrente)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãos ortodoxos (43,5%), muçulmanos (33,9%), cristãos protestantes (18,6%), animistas (2,6%), outras religiões (1,4%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República Federativa Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral. A) Casa da Federação (Yefedereshein Mikir Bete): 153 membros indiretamente eleitos pelas assembleias estaduais para mandatos de 5 anos. B) Casa dos Representantes do Povo (Yehizb Tewokayoch Mekir Bete): 547 eleitos diretamente por 5 anos, com
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Mulatu Teshome Wirtu (desde out/2013)
CHEFE DE GOVERNO:	Abiy Ahmed Ali (desde abr/2018)
CHANCELER:	Workneh Gebeyehu (desde nov/2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 79,7 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 195,77 bilhões
PIB NOMINAL <i>PER CAPITA</i>:	US\$ 860,55
PIB PPP <i>PER CAPITA</i>:	US\$ 2.112,97
VARIAÇÃO DO PIB :	8,5% (2017); 8% (2016); 10,4% (2015); 10,3% (2014); 9,9% (2013); 8,7% (2012); 11,4% (2011); 10,6% (2010); 10,0% (2009)
IDH:	0,448; (174 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	64,6 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO:	49,1% (PNUD)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	16,8% (PNUD)
UNIDADE MONETÁRIA:	Birr (Br\$)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Sinknesh Ejigu (desde abr/2014)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Cerca de 300
EMBAIXADOR EM ADIS ABEBA:	Octávio Henrique Côrtes

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ETIÓPIA (fonte: MDIC) US\$ milhões FOB										
BRASIL→ ETIÓPIA	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	5,17	13,84	8,23	35,51	37,44	47,92	34,28	62,81	22,06	30,58

Exportações	5,16	13,77	8,21	35,37	37,40	47,88	34,23	62,74	21,96	30,25
Importações	0,01	0,07	0,02	0,13	0,03	0,03	0,05	0,06	0,10	0,33
Saldo	5,15	13,7	8,19	35,23	37,37	47,84	34,18	62,68	21,86	29,92

Informação elaborada em 14/5/2018, por Augusto César Teixeira Leite (DIAOS). Revisada pelo Ministro Pulo Rocha Cypriano, Chefe da DIAOS, em 14/5/2018.

APRESENTAÇÃO

Segundo país mais populoso da África e 10ª economia do continente, a Etiópia tem figurado, ao longo dos últimos anos, entre os países com maior crescimento econômico no mundo. No plano político, ao abrigar a sede da União Africana (UA) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), Adis Abeba projeta-se como importante polo diplomático e desempenha papel relevante nos processos de paz regionais. Para o Brasil, essas credenciais têm tornado a Etiópia parceiro de crescente importância no continente africano.

Em função de sua estratégia de desenvolvimento, o Brasil é identificado pela Etiópia, por sua vez, como importante parceiro emergente, o que levou aquele país a abrir Embaixada em Brasília, em fevereiro de 2011 – sua única representação na América do Sul –, em reciprocidade à abertura da Embaixada brasileira em Adis Abeba, em 2005. O governo etíope nutre expectativas elevadas em relação ao Brasil, em particular nos campos da cooperação intergovernamental e da atração de investimentos.

A Etiópia é considerada o único país africano que logrou manter-se livre de jugo colonial, à exceção do curto período de ocupação italiana, de 1936 a 1941, quando impôs derrota à Itália. A Etiópia tornou-se o primeiro país africano membro da Liga das Nações. Posteriormente, muitas nações africanas adotaram as cores da Etiópia na confecção de suas próprias bandeiras nacionais e Adis Abeba foi escolhida como sede do projeto da integração africana.

No âmbito político, o país chegou a passar por transições de poder turbulentas. Em 1974, o imperador Haile Selassie, que reinava desde 1930, foi deposto por junta militar, o Derg, que estabeleceu estado autocrático de orientação socialista. O Derg foi derrubado por coalizão de forças rebeldes chamada Frente Popular Democrática do Povo Etíope, em 1991. Em 1994, foi adotada constituição e, em 1995, foi realizada a primeira eleição multipartidária do país.

O "Tigray People's Liberation Front" (TPLF) desempenhou papel protagonista na transição política e, com isso, garantiu à minoria étnica tigrínia, de apenas 6,5% da população etíope, domínio sobre as principais instâncias de poder. O TPLF liderou a criação de três partidos que representam grupos étnicos e conformam, em conjunto, o "Ethiopian Peoples' Revolutionary Democratic Front" (EPRDF). Essa espécie de

"federalismo étnico" permitiu, por 27 anos, que o TPLF assegurasse sua ascendência sobre a vida política do país. Com a morte do primeiro-ministro Meles Zenawi, em 2012, o viceprimeiro-ministro, Hailemariam Desalegn ascendeu ao poder, fato que marcou a primeira transição de poder pacífica em décadas.

No domínio econômico, o governo etíope desempenha importante papel de interventor e de indutor do crescimento econômico. A economia etíope figura, até hoje, entre as economias mais estatizadas do continente africano. Desde 2005, o país adota planos de desenvolvimento socioeconômico cujo principal objetivo é erradicar a pobreza, mediante o estímulo à produtividade agrícola, ao desenvolvimento industrial, e à realização de grandes projetos de infraestrutura. A política de atrair investimentos estrangeiros de países emergentes com liquidez (sobretudo da China, da Índia e da Turquia) para o desenvolvimento da infraestrutura, da agricultura de exportação e de manufaturas garantiu à Etiópia taxas de crescimento em torno de 10% a.a. entre 2004 e 2015, e acima de 8% em 2016 e 2017. O país constitui, ademais, um dos maiores recipiendários, na África, da ajuda para o desenvolvimento proveniente dos países ocidentais.

O sistema político vigente, contudo, não foi capaz de atender a contento as crescentes demandas da população etíope por melhores condições de vida. A percepção de concentração das oportunidades econômicas nas mãos da elite dirigente tornou-se crítica em nov/2015, quando os oromos, maior grupo étnico do país, tomaram as ruas em protesto. As lideranças da oposição pediram ampliação do espaço político e criticaram alegados privilégios econômicos da elite tigrínia. Em jul/2016, os amaras, segundo maior grupo étnico, somaram-se às manifestações. O governo reconheceu publicamente a gravidade da situação e a necessidade de reformas. Em 15/2/2018, o primeiro-ministro Hailemariam Desalegn renunciou. Após mais de quarenta dias de impasse, o partido governista indicou novo primeiro-ministro. A escolha recaiu sobre Abiy Ahmed, primeiro oromo a liderar o país nos 27 anos do regime.

Em poucas semanas à frente do governo, o primeiro-ministro Abiy Ahmed levantou o estado de emergência vigente; deu passos rumo à normalização das relações com a vizinha Eritreia; e anunciou a intenção de promover a abertura parcial das empresas estatais à participação da iniciativa privada, nacional e estrangeira. Esses passos constituem marcos históricos que denotam projeto de governo voltado para reformas de peso na vida econômica e política do país.

PERFIS BIOGRÁFICOS

MULATU TESHOME WIRTU **Chefe de Estado** **Presidente**



Nasceu em 1957 na vila de Arjo, no oeste da Etiópia. Estudou na China, onde obteve bacharelado em Economia Política (1982) e doutorado em Direito Internacional, ambos pela Universidade de Pequim. Exerceu vários cargos no Governo etíope: Vice-Ministro do Desenvolvimento Econômico e Cooperação, nos anos 1990; Ministro da Agricultura, em 2001; Presidente da Câmara Federal (Senado), entre 2002 e 2005. No mesmo ano, foi nomeado Embaixador da Etiópia no Japão e, em 2006, foi designado Embaixador na Turquia.

Em outubro de 2013, quando exercia suas funções na Turquia, foi eleito Presidente da Etiópia por voto parlamentar unânime. O TPLF (“Frente de Liberação do Povo de Tigray”, partido majoritário) indicara o seu nome para o pleito. Como seus predecessores, Mulatu pertence à etnia oromo, a maior do país.

ABIY AHMED ALI
Chefe de Governo
Primeiro-Ministro



ABIY AHMED ALI nasceu em Beshasa, em 1976. Formado em ciências da computação, é PhD em mediação de conflitos. Ingressou na carreira militar em 1993, e atuou nas áreas de inteligência e de comunicação. Abiy Ahmed Ali pertence à etnia oromo, e iniciou sua carreira política pela Organização Democrática do Povo Oromo (OPDO), partido no poder na região de Oromia desde 1993 e integrante do "Ethiopian Peoples' Revolutionary Democratic Front" (EPRDF). Em 2010, foi eleito membro do Parlamento. Em 2015, foi reeleito. No mesmo ano, assumiu o cargo de ministro da Ciência e Tecnologia. Em abril de 2018, após renúncia do antecessor, Hailemariam Desalegn, ascendeu a primeiro-ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Etiópia vem-se constituindo, nos últimos anos, como importante parceiro brasileiro na região do Chifre da África. Por abrigar a sede da União Africana (UA), Adis Abeba projeta-se como capital diplomática da África, além de exercer relevante papel para a estabilidade em seu entorno regional. Com elevadas taxas de crescimento, em torno de 10% de 2004 a 2015, segundo o Banco Mundial, o país se converteu em uma das economias mais dinâmicas da África Oriental e do mundo.

Em maio de 1951, foi criada a Legação do Brasil junto ao Império da Etiópia, com sede no Cairo. Em 1956, a Embaixada do Brasil em Beirute passou a exercer ação cumulativa da Legação. Nos anos 1960, a representação brasileira foi elevada à categoria de Embaixada, passando a ter sede em Adis Abeba. Ao final daquela década, contudo, a embaixada brasileira na Etiópia foi desativada.

Até a década de 2000, registraram-se esparsas visitas de alto nível entre os dois países. Destaca-se a visita do Imperador Haile Selassie (1930-1974) ao Brasil em 1960, no governo de Juscelino Kubitschek. Durante sua estada em território brasileiro, ocorreu tentativa frustrada de golpe de estado na Etiópia.

Esse quadro foi alterado, no início deste século, quando os dois países passaram a dar prioridade à dimensão sul-sul em suas políticas externas. A embaixada brasileira foi reaberta em Adis Abeba, em 2005. Em 2011, a legação etíope foi inaugurada em Brasília, única daquele país na América do Sul.

A reabertura da embaixada do Brasil em Adis Abeba deu novo impulso ao relacionamento bilateral e inaugurou processo de intensificação da troca de visitas de alto-nível. A iniciativa brasileira teve importância não apenas para o estreitamento das relações com a Etiópia, mas também para a intensificação do diálogo com a União Africana (UA). Ainda em 2005, o então ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, realizou visita de trabalho à capital etíope, acompanhado de delegação integrada por representantes do ministério da Saúde, da EMBRAPA e do setor privado brasileiro. Na ocasião, o chanceler brasileiro manteve audiências com seu então homólogo, Seyoum Mesfin, com o então Presidente da Comissão da UA, Alpha Oumar Konaré, e com o Secretário-Executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), também sediada em Adis Abeba.

A abertura da Embaixada da Etiópia em Brasília, em 2011, denotou, por sua vez, a expectativa etíope com relação ao Brasil, identificado como importante parceiro emergente, ao lado de China, Índia e Turquia. A Etiópia vê na cooperação com o Brasil importante instrumento não apenas para tornar viável seu projeto de

desenvolvimento, particularmente nas áreas agrícola, energética e de infraestrutura, mas também para o fortalecimento de suas políticas públicas sociais.

Com a abertura da missão etíope em Brasília, os contatos de alto nível tornaram-se ainda mais frequentes. O então Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III do Itamaraty, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, visitou Adis Abeba regularmente como representante brasileiro nas Cúpulas da UA (janeiro de 2011, janeiro de 2012, julho de 2012, janeiro e maio de 2013), bem como no funeral do então Primeiro-Ministro Meles Zenawi, em agosto de 2012. Nessas ocasiões, manteve encontros bilaterais com altas autoridades etíopes.

Em abril de 2012, o então chanceler Antônio Patriota realizou visita oficial à Etiópia, ocasião em que foi recebido pelo então primeiro-ministro Meles Zenawi e manteve encontro de trabalho com seu então homólogo, Hailemariam Desalegn. Desalegn manifestou interesse em atrair investimentos brasileiros, principalmente para projetos de infraestrutura, energia e mineração. Durante a visita, foram também assinados cinco atos bilaterais, entre os quais o Acordo de Cooperação Técnica, em etapa de promulgação pelo lado brasileiro. O Acordo é essencial para a alavancagem do potencial de cooperação existente entre os dois países, principalmente nas áreas de agricultura, combate à pobreza e à fome, biocombustíveis e saúde.

A visita da então Presidente Dilma Rousseff a Adis Abeba, em maio de 2013, por ocasião das comemorações do Jubileu de Ouro da União Africana, foi a primeira de Chefe de Estado brasileiro à Etiópia. Na ocasião, foram celebrados quatro novos atos bilaterais, dos quais se destacam o Acordo de Cooperação Educacional e o Acordo de Serviços Aéreos, ambos em tramitação no Congresso Nacional. Outro instrumento assinado, o Acordo de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, está em fase de promulgação.

Em jul/2013, a Ethiopian Airlines, empresa estatal etíope, passou a operar a rota aérea Adis Abeba - São Paulo, fato que constituiu gesto claro de confiança no potencial das relações com o Brasil. Trata-se do primeiro voo comercial a conectar a África Oriental ao Brasil e, segundo a companhia, a conexão mais rápida entre a América do Sul e a China. A Ethiopian é considerada a maior empresa aérea africana, com frota de cerca de 80 aeronaves, e ambiciosos planos de expansão, que incluem o aumento de 300% de seu faturamento até 2025, o que a torna potencial cliente da EMBRAER. Em jun/2015, o "Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros de Transporte Aéreo e Marítimo Internacional", que teve vigência imediata, passou a isentar a Ethiopian de pagar ao governo brasileiro imposto de renda como pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

Em março de 2016, o então chanceler brasileiro, embaixador Mauro Vieira, visitou Adis Abeba e manteve encontro com o então ministro dos Negócios

Estrangeiros, Tedros Adhanom Ghebreyesus. No contexto da visita, foi assinado MdE para a promoção do comércio e dos investimentos e também tiveram início as tratativas para a assinatura do ACFI entre os dois países. As negociações do acordo foram concluídas em ago/2017.

Desdobramento mais recente nas relações bilaterais foi a visita do Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni de Abreu, a Adis Abeba, em abril de 2018, quando co-presidiu, com sua homóloga etíope, reunião de consultas políticas. Na ocasião, foi assinado o ACFI com a Etiópia.

Embora as relações com a Etiópia tenham experimentado inédito processo de adensamento nos últimos quinze anos, há vasto espaço para a ampliação e diversificação do relacionamento bilateral, em especial nos planos econômico-comercial, no âmbito da cooperação técnica e do diálogo político.

Há perspectivas de parcerias sólidas no campo da cooperação, com destaque para a agricultura, os biocombustíveis e a troca de experiência na formulação e implementação de políticas sociais. Vale ressaltar que, por abrigar a Etiópia a sede da União Africana, projetos bem-sucedidos desenvolvidos naquele país tendem a ter maior visibilidade e repercussão junto a outros países africanos.

Cooperação técnica

Até a entrada em vigor do acordo de cooperação técnica, ações de cooperação com a Etiópia deverão continuar a ocorrer ao abrigo de ato firmado com a UA, em 2007. A cooperação em agricultura é especialmente relevante para a Etiópia, tendo em conta a vulnerabilidade do país às intempéries naturais e a necessidade de fortalecer a segurança alimentar no país. Segundo "think tank" de especialistas etíopes, o Brasil seria "a melhor referência para o contexto etíope". Assim, a ABC tem intermediado parceria entre a EMBRAPA e o Instituto Etíope de Pesquisa Agrícola (EIAR).

Em fev/2012, delegação do EIAR visitou o Brasil, após o que o governo etíope apresentou proposta de cooperação nas áreas de solos ácidos, manejo sustentável de florestas, pecuária, mecanização, produção de frutas e legumes, algodão e cana-de-açúcar. Em dezembro de 2013, foram assinados projetos de cooperação: "Apoio técnico ao manejo de solos ácidos para uso agrícola", e "Fortalecimento da Capacidade Técnica Etíope na Exploração e Manejo Sustentável de Florestas".

O projeto "fortalecimento da capacidade técnica etíope na exploração e manejo sustentável de florestas" foi privilegiado e teve início em 2013 em parceria com a Embrapa Florestas. Tem como objetivo contribuir para a sustentabilidade da exploração florestal na Etiópia, mediante o aumento da capacidade técnica das

instituições e dos agricultores na manutenção das florestas nativas e o reflorestamento de espaços degradados. Em mai/2015, foi enviada missão da Embrapa, com o objetivo de elaborar inventário das espécies florestais economicamente viáveis na Etiópia. Em seguida, foi realizada a capacitação de técnicos do EIAR, no Brasil. Até dez/2018, quando expira o prazo de execução do projeto, a ABC deverá finalizar sua última etapa, que inclui a compra de equipamentos para serem instalados no laboratório do EIAR.

Apesar de o projeto na área florestal ter sido implementado primeiro, o governo etíope atribui especial importância ao prosseguimento da iniciativa referente a manejo de solos ácidos para incremento de produtividade, assinado com a ABC e a EMBRAPA também em 2013. Em nov/2017, após a Embrapa manifestar concordância com o início do projeto, a ABC decidiu dar seguimento às atividades previstas, com a programação de missão para mapeamento e atualização de cenários e confirmação de demanda. O projeto prevê capacitação do corpo técnico do EIAR em áreas como metodologias e tecnologias de gestão de solos ácidos, melhoramento de variedades resistentes a solos ácidos e técnicas de mapeamento de solos ácidos.

A experiência brasileira em cafeicultura, de grande êxito, também despertou o interesse etíope. Em dez/2017, delegação chefiada pelo então ministro da Agricultura e Recursos Naturais da Etiópia, Eyasu Abraha Alle, visitou o Brasil para pesquisa e aprendizagem sobre boas práticas na área agrícola, com enfoque especial na produção do café. A missão teve apoio da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).

Em fins de mar/2018, foi realizada missão técnica da Etiópia ao estado de São Paulo, chefiada por assessor do ex-primeiro-ministro Hailemariam Desalegn, para conhecer a experiência brasileira com a produção de bioenergia. O entusiasmo etíope pelo setor não é recente. Em fev/2016, após manifestação de interesse, por Adis Abeba, em assinar acordo de cooperação na área de biocombustíveis, vistos como alternativa à elevada dependência de combustíveis fósseis importados, foi proposto memorando de entendimento (MdE) entre os dois governos, de cuja implementação o Ministério de Minas e Energia participaria, em conjunto com outros órgãos de governo. A minuta do dispositivo se encontra sob análise pelo MME.

Vinculado à questão agrícola, está o combate à fome e à pobreza. Os programas de transferência de renda e combate à pobreza brasileiros, como o Bolsa-Família e o Fome Zero têm atraído especial interesse das autoridades etíopes.

No plano humanitário, em 2011, a Etiópia foi incluída entre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autoriza o poder Executivo a doar, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), estoques públicos de alimentos. Naquele ano, foram doadas 500 toneladas de feijão, no valor de cerca de US\$ 445 mil. Em

2012, foram enviadas à Etiópia 21.500 toneladas de arroz, com valor estimado em mais de 10 milhões de dólares. No ano seguinte, foram doadas 1.500 toneladas de arroz, no valor de pouco mais de US\$ 700 mil dólares.

Desde 2012, a Etiópia também é parte do programa PAA África (“Purchase from Africans for África”). Trata-se de iniciativa conjunta entre o Brasil, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o PMA, com apoio do Reino Unido, para promover as compras locais de alimentos como instrumento de sustentabilidade da assistência alimentar.

Também no âmbito da cooperação humanitária prestada pelo governo brasileiro, deve-se registrar a contribuição de US\$ 300 mil ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para atender refugiados do conflito somali na Etiópia, em 2011, bem como doação, naquele mesmo ano, de US\$ 100 mil ao Fundo de População das Nações Unidas para desenvolvimento, na Etiópia, de projeto de prevenção às diferentes formas de violência sexual, entre mulheres e meninas deslocadas em zonas de conflito.

A Etiópia também tem demonstrado interesse em contar com capacitação brasileira para a realização do próximo censo, em especial para utilização de metodologia de coleta eletrônica de dados. Segundo o governo daquele país, 95% do território já foi mapeado, mas o questionário elaborado para a próxima edição do recenseamento permitirá a obtenção de novas informações, entre as quais dados sobre conectividade e população de emigrantes etíopes residindo no exterior.

Nesse contexto, em mar/2017, missão técnica da Agência Central de Estatísticas etíope (CSA) visitou a sede do IBGE, no Rio de Janeiro, com financiamento do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Após o evento, a delegação do CSA manifestou interesse em identificar formas de apoio adicional do governo brasileiro ao censo populacional etíope, em especial no que diz respeito a avaliação dos dados ("Post Enumeration Survey") e a segurança e proteção dos dados contra invasões externas e "hacking".

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na Etiópia é atendida pela Embaixada do Brasil em Adis Abeba. Não há consulados honorários. A comunidade brasileira na Etiópia é estimada em 20 cidadãos.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos oficiais brasileiros concedidos à Etiópia

POLÍTICA INTERNA

Histórico

O território onde hoje se situa a Etiópia passou por diversas divisões políticas ao longo da história. No primeiro século da era cristã, chegou ao apogeu, na região, o Império Aksumita, do qual gregos, romanos, bizantinos, árabes e persas tinham conhecimento.

Tanto a cunhagem de moedas quanto a religião cristã chegaram à região como consequência da expansão das relações comerciais do Império Aksumita com o mundo mediterrâneo de então. O Catolicismo foi adotado como religião oficial em princípios do século IV d.C., o que faz da Etiópia a nação cristã mais antiga do mundo, após a Armênia.

No final do século XIX, consolidou-se na região sistema monárquico sob o Imperador Menelik I. No mesmo período, por volta de 1870, a região passou a ser cobiçada pela Itália, que procurava juntar-se às demais potências europeias na corrida pela partição da África. Em 1896, os italianos estabeleceram colônia na região da atual Eritreia. Não conseguiram, no entanto, conquistar a Etiópia. O Imperador Menelik II derrotou a potência colonizadora europeia na batalha de Adwa.

Em 1930, Haile Selassie assumiu o trono da Etiópia, para se defrontar com nova ofensiva expansionista da Itália. Os etíopes não resistiram aos ataques de Benito Mussolini e o país foi ocupado entre 1936 e 1941. Nesse ano, com o apoio de tropas britânicas, forças nacionalistas etíopes expulsaram os italianos, e Selassie reassumiu o trono. A Etiópia permaneceu, assim, o único país da África que jamais foi colonizado por potência europeia.

Em 1952, foi criada a Federação da Etiópia e Eritreia, à qual se seguiu a anexação do segundo país pelo primeiro, em 1962. O Imperador Selassie empreendeu reformas para modernizar o Estado, mas o envolvimento da Etiópia em disputa territorial com a Somália, aliado a sucessivas revoltas camponesas, desgastaram o regime progressivamente. No final dos anos 1960, o quadro era de descontentamento generalizado, alimentado por estagnação econômica, altas taxas de inflação e desemprego.

O fracasso do regime imperial de Haile Selassie em lidar com os problemas da Etiópia tornou-se evidente com a seca de 1973, quando se estima que cerca de 300 mil pessoas tenham morrido de inanição. Incontáveis acusações de corrupção, além da incapacidade do governo de reverter a crise econômica, conduziram o regime a seus limites máximos de impopularidade. Em fevereiro de 1974, greves generalizadas

na capital e rebeliões nas Forças Armadas forçaram a renúncia do Primeiro-Ministro Aklilu Wold, no cargo desde 1961.

O Derg

Ainda em 1974, o Imperador foi deposto e morreu em menos de um ano. Os militares assumiram o poder, que era controlado pelo Conselho Administrativo Militar Provisório (PMAC) ou "Derg", nome amárico para "comitê", integrado por 120 membros egressos das Forças Armadas.

Após período de conflitos internos, que culminou no assassinato do Presidente do Conselho e Chefe de Estado, General Aman Andon, o Derg consolidou-se na vanguarda da revolução e, por influência de intelectuais de esquerda retornados do exílio, anunciou, em dezembro de 1974, sua opção pelo modelo socialista, aproximando-se da União Soviética e de Cuba. Dois meses depois, mais de cem companhias estrangeiras foram nacionalizadas ou parcialmente ocupadas. Após longo debate interno, o Derg optou pela linha marxista-leninista adotada pelo All Ethiopia Socialist Movement ou "Me'ei Sone", partido apoiado pelo Vice-Presidente, Coronel Mengistu Haile Mariam, favorável à manutenção do regime militar.

Em consequência, o Partido Revolucionário do Povo da Etiópia (EPRP), também socialista, que defendia o estabelecimento de governo popular civil, bem como a autodeterminação da Eritreia, passou à oposição. No final de 1976, a deterioração da situação política levou o regime a lançar ofensiva total contra o EPRP, o que iniciou o período conhecido como "terror vermelho". Em fevereiro de 1977, após eliminar a dissidência interna no Derg, contrária ao endurecimento do regime, Mengistu assumiu a Presidência e intensificou a repressão.

Com a eliminação do EPRP, a oposição refugiou-se em Tigray, região norte do país, onde estabeleceu a Frente de Libertação do Povo do Tigray (TPFL), que se aliou aos separatistas eritreus na luta de guerrilha contra o governo estabelecido em Adis Abeba. Enquanto isso, o Derg procurou consolidar a revolução socialista, mediante a criação, em 1984, do Partido dos Trabalhadores da Etiópia, que tinha por modelo o Partido Comunista soviético. Em 1987, foi promulgada nova Constituição, que instituiu a República Democrática da Etiópia. A partir de 1989, o afastamento do aliado soviético resultou no progressivo enfraquecimento do regime. As forças rebeldes de Tigray (TPFL), incorporadas à coligação "Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia" (EPRDF) e aliadas aos separatistas da Eritreia, passaram então a obter vitórias sucessivas e lançaram ofensiva decisiva contra o regime em 1991.

Em maio daquele ano, os insurgentes conquistaram Adis Abeba e assumiram o poder, estabelecendo governo de transição liderado pelo comandante do TPFL, Meles

Zenawi. Mengistu refugiou-se no Zimbábue, onde se encontra até hoje, apesar de condenado pela justiça etíope, in absentia, por genocídio.

A Ascensão do EPRDF e o atual Sistema Político da Etiópia

Em julho de 1991, foi realizada conferência de paz, patrocinada por EUA e Reino Unido, em que se acordou a independência da Eritreia, formalizada por referendo popular em 1993. No plano interno, iniciou-se processo de descentralização, pelo qual foi concedida maior autonomia às regiões administrativas do país. Em 1995, realizaram-se eleições para as assembleias e governos locais, com ampla vitória da EPRDF. Paralelamente, o governo de transição iniciou programa de reformas econômicas com o objetivo de restabelecer a economia de mercado e reintegrar o país à economia mundial.

Desde então, a coligação agrupada em torno da EPRDF tem ocupado posição de proeminência na política etíope. Apesar de ser composta por dois partidos com bases étnicas majoritárias (OPDO, da etnia oromo, que representa 35% da população; e ANDM, da etnia Amara, que corresponde a 27% dos etíopes), a coligação era controlada, até recentemente, pelo partido "Frente de Libertação do Povo do Tigray" (TPFL; da etnia tigrínia, que corresponde a 6,1% da população).

O sistema político etíope tem por base a repartição do poder entre nove regiões administrativas delimitadas segundo critérios étnicos (Tigray, Oromia, Amara, Estado dos Povos do Sul, Somali, Afar, Benshangul-Gumaz, Gambela e Harar), duas municipalidades (Adis Abeba e Dire Dawa) e um Parlamento forte, integrado por câmara baixa (Conselho de Representantes do Povo com 547 representantes) e por senado (Conselho Federal, que conta com 110 assentos). Os Representantes do Povo são eleitos por voto popular direto, para mandatos de 5 anos, enquanto os membros do Conselho Federal são escolhidos pelos conselhos das regiões administrativas igualmente para mandato de 5 anos.

O Presidente da República, chefe do estado, exerce funções protocolares, e é designado pelo parlamento para mandato de 6 anos. O primeiro-ministro, chefe de governo, é o mandatário de fato, e também é designado pelo poder legislativo.

A Constituição, promulgada em agosto de 1995, formalizou o sistema de "federalismo étnico" em vigor até o presente, ao conceder relativa autonomia às regiões administrativas, que têm, inclusive, direito de votar pela secessão. Na prática, contudo, as regiões estão fortemente submetidas ao controle financeiro e político do governo central.

O Governo de Meles Zenawi (1991-2012)

Meles Zenawi (TPFL), comandou o país desde 1991 até sua morte, em 2012. Foi primeiro-ministro entre 1995 e agosto de 2012.

Em 2000 e 2005, foram realizadas eleições, que reconfirmaram a EPRDF no governo, e a continuidade de Meles Zenawi no cargo de Primeiro-Ministro. Os opositores, embora tenham aumentado sua participação no parlamento, e tenham chegado a ocupar 171 das 547 cadeiras, contestaram o resultado das eleições de 2005. Os representantes da oposição recusaram-se a assumir os assentos conquistados. As manifestações de rua contrárias ao desfecho do pleito foram reprimidas e resultaram em estimadas 200 mortes entre os manifestantes. Ademais, ocorreram milhares de detenções, até mesmo de importantes lideranças oposicionistas. Em 2006, a justiça etíope começou a conceder “perdão”, de forma paulatina, a parcela dos presos.

Analistas apontam a desarticulação da oposição, após os protestos de 2005, como importante fator para a expressiva vitória do EPRDF nas eleições de 2010. O partido conquistou 499 das 547 cadeiras do parlamento federal. A oposição conseguiu apenas duas cadeiras e os assentos restantes ficaram com membros de partidos aliados à EPRDF. O resultado do pleito permitiu, novamente, que Meles Zenawi se mantivesse no cargo de primeiro-ministro.

Em setembro de 2011, o governo etíope deteve importantes políticos de partidos de oposição e jornalistas, supostamente por envolvimento em atividades terroristas. As detenções ocorreram três meses após a edição de lei específica sobre anti-terrorismo, por meio da qual foram declaradas organizações políticas terroristas os partidos de oposição “Ginbot 7”, a “Frente de Libertação de Oromo” e a “Frente Nacional de Libertação de Ogaden”.

Durante o período em que Zenawi esteve à frente do país, foi mantida relativa estabilidade política. Analistas e organizações não-governamentais, contudo, apontam para o relativo crescimento de restrições às liberdades individuais no país, sobretudo após os protestos de 2005. No que se refere à economia, os mandatos de Zenawi se caracterizaram por elevadas taxas de crescimento (acima de 10% entre 2004 e 2012).

Etiópia pós-Zenawi

Com a morte de Zenawi (ago/2012), a Etiópia passou por importante teste de transição política. Devido à baixa participação relativa de etnias majoritárias na coligação governista, alguns analistas chegaram a alertar para o risco de violenta disputa interna para a escolha do novo PM. Adotou-se, contudo, saída legalista, em processo estável e pacífico. Tratou-se, então, da primeira transição pacífica no país nas últimas décadas.

Em set/2012, o vice-primeiro ministro Hailemariam Desalegn, de partido de minoria étnica do sul do país (SEPDM), foi confirmado como novo PM até 2015, quando foram realizadas novas eleições. A confirmação de Desalegn no cargo contou

com o apoio internacional, e mesmo de setores da oposição etíope, que defenderam a posse imediata de Desalegn.

Em novembro de 2012, o Parlamento aprovou reforma ministerial proposta por Desalegn. Foram criados, ademais, três cargos de vice-primeiro ministro, os quais passaram a ser responsáveis pela coordenação do trabalho de vários ministérios agrupados em: a) Economia, Tecnologia, Informação e Comunicações; b) Governança e Serviços Públicos; e c) Temas Sociais e Educação. Alguns ministérios, contudo, continuaram a responder diretamente ao PM, que também ficou encarregado da supervisão das principais obras de infraestrutura em andamento no país.

A reforma ocorreu, principalmente, em razão da redistribuição mais equânime de poder dentro da coligação governista. Cada um dos três principais partidos regionais que compõem a coalizão (TPFL, OPDO e APDM) passou a ter um vice-pm, enquanto o cargo de primeiro-ministro ficou nas mãos de representante da região sul.

A transição no país foi completada, em outubro de 2013, com a eleição, pelo parlamento, de Mulatu Teshome para o cargo de presidente, em substituição a Girma Woldegiorgis, que havia permanecido no cargo por 12 anos. Como seu antecessor, Teshome pertence à etnia oromo, a maior do país.

Desalegn e representantes da coalizão governista deram continuidade às políticas da administração anterior. Dessa forma, a implementação do plano quinquenal etíope ("Plano de Transformação e Crescimento da Etiópia") para o período 2010-2015, foi eleita prioridade do então novo governo. Foi atribuída particular atenção ao desenvolvimento agrícola; à continuidade dos grandes projetos de infraestrutura; e à necessidade de melhora na qualidade da educação e na prestação de serviços.

Eleições legislativas de 2015

Em conformidade com o calendário eleitoral vigente, a Etiópia realizou, em maio/2015, eleições parlamentares. Analistas políticos apontaram para a desarticulação da oposição como fator explicativo da vitória da EPRDF e de seus aliados. Novas agremiações opositoras, organizadas por meio de redes sociais e com significativo poder de atração de setores da juventude urbana não tiveram impacto significativo nas eleições.

O Governo de Hailemariam Desalegn (2012 - 2018)

A gestão Desalegn foi marcada pela continuidade em relação ao período anterior. A criação dos três cargos de vice-primeiro-ministro, distribuídos entre os três principais partidos regionais que compõem a coalizão governista, conjugada ao fato de Desalegn ser de minoria étnica do sul do país, contribuiu para conferir maior representatividade ao governo. A preocupação da EPRDF em se apresentar como

coalizão de diferentes grupos étnicos não modificou, contudo, a efetiva predominância dos tigrínios na tomada de decisões no país.

Como era esperado, para a Legislatura eleita em mai/2015, a coligação EPRDF obteve vitória acachapante, de modo que, pela primeira vez no regime vigente, não foi eleito um único representante da oposição. Os partidos da oposição, por sua vez, criticaram a coalizão governista e o regime político etíope, argumentando que o multipartidarismo etíope seria apenas ficção.

Ao longo dos últimos anos, os bons resultados da economia etíope (taxas de crescimento do PIB de cerca de 10% a.a.), sempre com forte participação estatal, foram essenciais à estabilidade do regime político. Em seu segundo mandato, Desalegn reuniu as políticas públicas para o desenvolvimento etíope no "Segundo Plano de Crescimento e Transformação 2015-2020" (GTP-II), o qual se associou aos conceitos da Agenda de Desenvolvimento pós-2015.

Mesmo com crescimento econômico acima de 8% ao ano, em 2016 e 2017, contudo, não foi possível acabar com o descontentamento popular. A combinação de crises regionais e intra-partidária levaram à renúncia do primeiro-ministro Desalegn.

Ao longo de meses, aprofundaram-se questões intra-partidárias que dificultaram a sustentação política do primeiro-ministro. Comentaristas indicam que, em nível superficial, ocorreram desentendimentos internos no EPRDF sobre como lidar com as revoltas regionais que atingiam o país desde 2016 (nas regiões da Oromia e de Asmara, que concentram as duas maiores etnias do país). Em nível mais profundo, os analistas apontam para o aprofundamento da controvérsia em torno de como fazer sobreviver os modelos de crescimento e de distribuição de recursos estatais montados a partir 1995.

Nesse quadro, mesmo a libertação de figuras relevantes da etnia oromo, entre o fim de janeiro e o começo de fevereiro, como Merere Gudina, presidente do Congresso Federalista Oromo, e Bekele Gerba, outra liderança expressiva, não impediu que prosseguissem episódios pontuais de manifestações e violência em todo o território da Etiópia, nunca totalmente interrompidos desde 2016.

Fevereiro de 2018 foi marcado pela realização de greve geral na Oromia, pela realização de bloqueios aos principais acessos a Adis Abeba e por enfrentamentos com vítimas entre a polícia e manifestantes em diversas regiões do país. Opositores ao governo insistiam em convocar novos protestos e continuar a exigir, com intensidade e confiança, não apenas a mudança do governo, mas também o fim do domínio tigrínio no poder.

Hailemariam Desalegn finalmente renunciou, incapaz de ao mesmo tempo fazer algumas das reformas exigidas por parte da população, controlar opositores no EPRDF e manter os modelos econômico e político. Ao fazê-lo, o primeiro-ministro,

em seu discurso, defendeu que, com seu ato, pretendia ser "parte da solução" e "contribuir para o êxito das reformas" que deveriam ser levadas a cabo no país.

O Governo de Abiy Ahmed Ali (2018 -)

Após alguma tensão, o Conselho do partido EPRDF, pavimentou o caminho para a escolha de Abiy Ahmed como novo primeiro-ministro. Confirmado no cargo pelo Parlamento etíope em 2/abr/2018, Ahmed proferiu discurso, transmitido por televisão que reverberou no país nos dias subsequentes.

O novo primeiro-ministro transmitiu mensagem de unidade para uma sociedade, que reconheceu estar politicamente fraturada e polarizada. Pediu desculpas explicitamente às vítimas "da agressão estatal" e estendeu as mãos aos etíopes exilados, convidando-os a voltarem para casa. Prometeu iniciar o processo de "cicatrização das feridas" através do caminho da reconciliação. Por fim, Ahmed defendeu o restabelecimento da paz com a Eritreia - tema considerado até então como tabu por analistas. Em jun/2018, a promessa se concretizou com o anúncio da plena aceitação do "Acordo de Argel", de dezembro de 2000, que havia encerrado a guerra com aquele país vizinho.

No plano econômico, o novo governo etíope anunciou que o comitê executivo do partido governista, o EPRDF, decidiu tomar medidas de cunho liberalizante na economia, considerada uma das mais estatizadas do continente africano. Com a nova orientação, participações minoritárias da iniciativa privada, nacional e estrangeira, serão abertas nas maiores empresas estatais do país.

O parlamento etíope também aprovou, em junho de 2018, a recomendação feita pelo Conselho de Ministros para suspender o "Estado de Emergência" vigente no país desde fevereiro último.

Todas essas medidas, significativas por si só, constituem claras indicações do caráter reformista e inovador do governo do novo primeiro-ministro Abiy Ahmed Ali.

POLÍTICA EXTERNA

A Etiópia adota o pragmatismo como um dos princípios norteadores de sua política externa, voltada para a preservação da integridade territorial e para o desenvolvimento socioeconômico do país. Adis Abeba abriga as sedes da União Africana (UA) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), além de significativo número de representações diplomáticas (137, segundo dados do governo etíope), razão pela qual é considerada como “capital diplomática” da África.

Cercado por focos de tensão, o país busca projetar-se como “ilha de estabilidade” na região do Chifre da África e tem privilegiado o relacionamento com parceiros dispostos a prestar-lhe ajuda econômica ou militar, bem como cooperação

técnica. O papel da Etiópia nos processos de promoção e manutenção da paz e segurança no entorno regional vem sendo amplamente reconhecido pela comunidade internacional como crucial. Maior contribuinte global de tropas para operações de manutenção da paz da ONU, com cerca de 8.400 etíopes destacados para 5 diferentes missões (dados de abr/2018), Adis Abeba ainda participa, com significativo efetivo, de missões de paz africanas, sobretudo a AMISOM. No total, são mais de 12.000 militares empregados no exterior.

O engajamento no processo de transição na Somália, a mediação para o fim da crise no Sudão do Sul, a luta contra o extremismo e o terrorismo, entre outras frentes de atuação etíopes, têm sido recompensados com significativos auxílios externos ao desenvolvimento do país. A Etiópia figura entre os países que mais recebem ajuda externa no continente.

Além das relações com os tradicionais doadores internacionais, a Etiópia tem privilegiado o relacionamento com os grandes países emergentes, considerados potencialmente estratégicos para a alavancagem de seu desenvolvimento econômico e social.

Histórico

Durante o reinado de Haile Selassie (1930-1974), a Etiópia buscou inserir-se no Bloco Ocidental e manter relacionamento privilegiado com os EUA. O golpe de 1974 marcou o início de processo de afastamento progressivo do Ocidente, com o estabelecimento do Derg, regime de inspiração socialista. A tomada do poder pelo Coronel Mengistu (1977) e as violações de direitos humanos perpetradas em seu regime induziram os EUA a reduzirem a ajuda econômica e a suspenderem a cooperação militar com a Etiópia. No mesmo ano, tropas da Somália invadiram a região de Ogaden, ao leste da Etiópia, considerada pelo governo somali como parte de seu território. A URSS, que procurava consolidar sua esfera de influência na região e que, até então, sustentava o regime da Somália, passou a apoiar a Etiópia, país que se tornou o principal aliado de Moscou no Chifre da África. Graças à ajuda militar soviética e cubana, a invasão somali foi repelida, passando o Derg a concentrar esforços no combate ao separatismo eritreu e aos movimentos rebeldes contrários ao regime.

Reaproximação dos EUA

A Etiópia permaneceria na órbita soviética até o final da década de 1980, quando a “perestroika”, a “glasnost” e a subsequente dissolução da URSS levariam ao fim da parceria estratégica entre os dois países. A deposição do regime de Mengistu, em 1991, e a retirada da URSS da região ocasionaram nova mudança de rumo na política externa etíope, que voltou a privilegiar o relacionamento com os

EUA. A Etiópia tornou-se, desde então, um dos maiores recipiendários de ajuda bilateral norte-americana na África subsaariana (cerca de US\$ 1 bilhão anuais).

Os atentados de 11/9 reforçaram a parceria com o Ocidente e com os EUA, em particular, que passou a ver Adis Abeba como aliada-chave na “guerra contra o terror”, devido, principalmente, a sua posição estratégica no Chifre da África. Operações conjuntas nos planos militar e de inteligência foram intensificadas. A intervenção etíope na Somália, em 2006, com o objetivo de minar a ação de forças islâmicas consideradas extremistas, ajudou a cimentar as relações com os Estados Unidos.

Em outubro de 2011, chegou-se a noticiar a existência de base militar norte-americana na Etiópia, para o lançamento de aviões não-tripulados ("drones"), munidos de armamento, com o objetivo de combater grupos radicais em território somali.

Apesar de divergências na área dos direitos humanos, analistas apontam que os EUA continuarão a privilegiar a cooperação com a Etiópia, dado seu papel fundamental na estabilidade política e no combate ao terrorismo no Chifre da África.

Relações com a China

A China constitui, atualmente, o principal parceiro comercial etíope, com volume de comércio total de cerca de US\$ 5,5 bilhões, em 2017, dos quais mais de US\$ 5 bilhões referentes a importações de produtos chineses. O déficit comercial com a China tem sido compensado pela concessão de créditos ao país. O país asiático desponta como o maior provedor de financiamentos à Etiópia. Os recursos subsidiados obtidos pela Etiópia são normalmente direcionados para projetos executados por empresas chinesas, em especial nos setores agrícola, de infraestrutura e de energia.

Além da concessão de financiamento, a China desponta como importante investidor no país. Destaca-se, nesse contexto, a instalação na Etiópia de fábricas automotivas e de equipamentos agrícolas. Trata-se de parceiro-chave para o projeto “Belt and Road Initiative” (BRI), que envolve gastos vultosos em infraestrutura, com o objetivo de revigorar antigas rotas comerciais chinesas.

O elevado fluxo do comércio bilateral, bem como a crescente concessão de créditos e aportes de investimentos diretos, torna a China prioridade natural para a diplomacia etíope. Nesse contexto, os dois países vêm passando por processo de grande intensificação do relacionamento, que se tem refletido em grande número de visitas bilaterais de parte a outra.

Questão da Bacia do Nilo / Egito

A questão do aproveitamento das águas da bacia do Nilo é central para a política externa etíope, uma vez que o país considera o investimento no

aproveitamento hidrelétrico como estratégico para o desenvolvimento socioeconômico. A construção da "Usina Hidrelétrica do Grande Renascimento Etíope" (GERD), no Nilo Azul, maior hidrelétrica a entrar em operação na África, possibilitará ao país atender crescente demanda energética e exportar o excedente gerado, o que também contribuirá para mitigar sua escassez de divisas.

Contudo, a construção da GERD tem levantado susceptibilidades junto aos países à jusante da represa, em especial o Egito, que tem no Nilo 95% de seu abastecimento de água e em cujas margens concentram-se 92% das terras aráveis do país, que acompanha com especial preocupação a construção da represa, iniciada em 2011. Os egípcios temem a redução da vazão do trecho do Nilo que percorre seu território, em decorrência da construção de GERD.

Com vistas a superar o diferendo relativo à construção da represa, Etiópia, Egito e Sudão, em 2015, assinaram "declaração de princípios" em que se comprometem a alcançar acordo sobre número de anos para preenchimento do reservatório e sobre método de operação, a partir de relatório técnico elaborado por empresa independente.

Contudo, em que pesem as diversas reuniões até o momento realizadas entre as partes, a questão permanece inconclusa.

Sudão e Sudão do Sul

O relacionamento bilateral com o Sudão já foi tenso, com acusações por parte das autoridades de Cartum de que Adis Abeba apoiava a guerrilha do Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA), braço armado do Movimento de Libertação do Sudão (SPLM), principal força política do Sudão do Sul.

A relação entre os dois países deu salto qualitativo em 2003, quando a Etiópia concordou em resolver disputa fronteiriça com o Sudão, que já se arrastava há tempos, e em desocupar a região em litígio. O Sudão, por sua vez, ofereceu melhores condições de acesso à cidade portuária Port Sudan. A participação da Etiópia na mediação das negociações do Acordo Abrangente de Paz, em 2005, entre o Norte e o Sul do Sudão, e, mais recentemente, o engajamento do país na UNISFA (Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei, região disputada por Sudão e Sudão do Sul), composta em sua maioria por militares etíopes (cerca de 4350 tropas), contribuíram significativamente para a proximidade entre os dois países. O ativo papel desempenhado por Adis Abeba no âmbito da Intergovernmental Authority on Development (IGAD), constitui mais um fator de aproximação com Cartum.

A eclosão de conflito civil no Sudão do Sul, em dezembro de 2013, levou a Etiópia a participar ativamente da mediação conduzida pela IGAD, com vistas a alcançar solução política entre as facções em conflito que permita a cessação efetiva das hostilidades naquele país. Até o momento, contudo, a mediação do organismo,

apesar de seguidos acordos assinados em Adis Abeba entre as partes beligerantes, não obteve resultados concretos para a estabilização do Sudão do Sul. A Etiópia é a quinta maior contribuinte de tropas para a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS).

Para Adis Abeba, a estabilização da região é estratégica, entre outros fatores, pelo fato de que o petróleo proveniente do Sudão e do Sudão do Sul ser importante para a economia etíope.

Relações Etiópia-Eritreia

Após quase três décadas de luta para obter soberania, a Eritreia tornou-se independente da Etiópia em 1993. A partir de 1990, a aliança estratégica entre o EPRDF e o movimento separatista eritreu foi fundamental para a queda do Derg. Com a independência da Eritreia, Asmara e Adis Abeba passaram a manter relacionamento amigável, motivados pela interdependência econômica, chegando inclusive a manter uma moeda comum. Em 1997, a Eritreia decidiu adotar moeda própria, o nafka. Essa medida aumentou consideravelmente os custos das transações comerciais etíopes com o país vizinho, em especial no tocante à utilização do porto eritreu de Assab, principal ponto de escoamento do comércio externo etíope. As tensões na esfera econômica contribuíram para a deterioração política do relacionamento bilateral. Em maio de 1998, os dois países entraram em guerra, deflagrada por disputa pelo controle da localidade fronteira de Badme.

Somente em dezembro de 2000, com a ativa participação da presidência de turno da Argélia da então Organização da Unidade Africana (OUA), negociações entre Etiópia e Eritreia resultaram em acordo de paz assinado em Argel e saudado pela comunidade internacional.

Em que pese a obtenção do acordo, o relacionamento entre Adis Abeba e Asmara permanece tenso, e as relações diplomáticas cortadas. Ambos os países se acusam reciprocamente de apoio a movimentos rebeldes no território um do outro. Apesar desse quadro, especialistas consideravam pouco provável que a tensão entre os dois países pudesse desencadear uma retomada na guerra de fronteira, já que a Eritreia não estaria em condições financeiras para sustentar novo conflito armado.

Em passo político histórico para a superação das rivalidades entre Etiópia e Eritreia, o novo primeiro-ministro, Abiy Ahmed Ali, defendeu em seu discurso de posse, em abril de 2018, o restabelecimento da paz com a Eritreia. Clamou pelo fim de "anos de desentendimentos" e instou os dirigentes do país vizinho a "adotar a mesma posição". Declarou, ainda, que o país está pronto para resolver as diferenças entre os dois povos, que "não estão apenas entrelaçados em interesses, mas também em sangue" - em referência à predominância, no país vizinho, da etnia tigrínia também presente na Etiópia.

Em seguimento a essas declarações iniciais, foi anunciada, em junho de 2018, pela agência de notícias estatal etíope, iniciativa do Comitê Executivo do partido do governo de aceitar em sua plenitude o "Acordo de Argel", de dezembro de 2000, que encerrou a guerra com a Eritreia.

Recorde-se que o Acordo de Argel criara comissão da ONU responsável pela elaboração de laudo técnico sobre as áreas em litígio. O resultado foi favorável à Eritreia (2002), mas não foi implementado pela Etiópia, que manteve até hoje suas tropas nas áreas de fronteira disputadas pelos dois países.

Relações Etiópia-Djibuti

Em decorrência da guerra com a Eritreia, na década de 1990, a Etiópia perdeu o acesso ao porto de Assab e teve de redirecionar seu fluxo de comércio para o Djibuti. A partir de então, as relações bilaterais tornaram-se mais intensas. Atualmente, cerca de 95% do volume de comércio exterior etíope passa pelo Djibuti. Empresas etíopes, por sua vez, controlam parte do setor de logística no país.

Apesar de, mais recentemente, o governo etíope ter dado mostras de que deseja assegurar pontos de escoamento alternativos, como comprovam a aquisição de 19% do porto de Berbera, na autoproclamada república da Somalilândia, e os planos de aumentar a utilização de Port Sudan, no Sudão, no curto e no médio prazos a relação entre Etiópia e Djibuti permanecerá simbiótica. O Djibuti importa do país vizinho quase toda eletricidade e água potável, e depende em larga medida, da renda gerada pelos serviços portuários prestados à Etiópia.

Recorde-se, ainda, que a nova ferrovia eletrificada, primeira deste tipo a ligar dois países africanos, entre a Etiópia e o Djibuti, com extensão total de 756 quilômetros, iniciou oficialmente suas operações comerciais na primeira semana de janeiro de 2018. A obra foi financiada com recursos da China, que vê o projeto como "colheita inicial" da iniciativa "Belt and Road".

Os trens eletrificados destinam-se ao transporte tanto de passageiros quanto de cargas (inclusive, e crucialmente, combustível), o que deverá encurtar o tempo de trajeto de mercadorias entre o porto de Djibuti e a Etiópia de três dias para doze horas.

Somália

Em dezembro de 2006, após meses de escalada nas tensões entre os dois países, a Etiópia interveio na Somália, com o objetivo de dar suporte ao Governo Federal de Transição (GFT) em seu confronto com a União das Cortes Islâmicas (UIC). Ao longo desse ano, a UIC havia tomado controle de boa parte do sul da Somália, incluindo a capital Mogadíscio e o porto de Kismayo, deixando o GFT isolado em sua base em Baidoa. A invasão etíope foi rápida e bem sucedida. Derrotados após dez dias de batalha, os militantes da UIC foram, em grande parte,

deslocados em direção à fronteira com o Quênia, havendo o GFT se instalado em Mogadíscio.

Em outubro de 2008, a implementação dos acordos de paz entre o GFT e a frente oposicionista Aliança para a Relibertação da Somália (ARS) resultou na retirada das tropas etíopes do país. Os acordos previam a saída gradual de forças militares, que seria completada até janeiro de 2009, o que de fato ocorreu, permanecendo a estabilização interna da Somália a cargo das forças da Missão da União Africana para a Somália (AMISOM).

Em novembro de 2011, tropas etíopes novamente realizaram incursão na Somália, em cooperação com a AMISOM e o governo de transição somali. A ação conjunta da Etiópia, da AMISOM e do governo somali permitiu importantes vitórias frente a grupos radicais, em especial o Al-Shabaab. Desde então, tropas da Etiópia se mantêm presentes no país vizinho, tendo sido incorporadas ao contingente da AMISOM em janeiro de 2014. A Etiópia é atualmente o terceiro maior contribuinte de militares da missão para essa missão da ONU.

Apesar dos sinais de agravamento da violência, em 2017, a UA e o CSNU definiram cronograma de desengajamento gradual de tropas da AMISOM, entre 2017 e 2021. Essa redução de tropas é percebida com cautela pelo governo etíope, o qual receia que o desengajamento possa desencadear retrocessos no processo de estabilização da Somália.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia etíope baseia-se fundamentalmente no setor agrícola. A exportação de produtos primários configura-se como componente essencial da pauta de exportação etíope (75% do total), tendo sido o setor agrícola responsável por cerca de 35% do PIB etíope em 2017.

Em 2017, a Etiópia registrou crescimento de 8,2%, configurando-se como o país do leste africano com maior índice de crescimento do ano passado. Em todo o continente africano, a Etiópia só deverá apresentar crescimento, em 2018, menor do que Gana (8,3%). A expansão da agricultura e do setor de serviços foi responsável pela maior parte desse crescimento, que também foi impulsionado pelo aumento da demanda interna, consequência de investimentos públicos e ampliação do consumo privado.

Com vistas a dinamizar a economia do país, o governo etíope pretende implementar segunda fase do plano de desenvolvimento Growth and Transformation Plan (GTP II). O GTP II, que terá início em 2019/20, visa a dar continuidade ao trabalho em infraestrutura por meio de projetos de investimento público e transformar a Etiópia em um centro de produção industrial. As metas de crescimento do PIB são

de 11% ao ano. Em linha com a estratégia de manufatura, também espera-se que o setor industrial cresça em média 20%.

Vale sublinhar o desempenho dos novos setores industriais no país (como têxteis, calçados e aparelhos elétricos), o qual indica progressiva maturação de investimentos e elevação da capacidade exportadora etíope. Ressalta-se, por exemplo, a exportação, voltada ao mercado africano, de aparelhos celulares feitos na Etiópia, que ultrapassou US\$ 54 milhões em 2017. No entanto, o crescimento das exportações de manufaturados situa-se ainda muito aquém das necessidades impostas pela dependência quase generalizada de importações, indicando que a superação dos déficits na balança comercial ainda constituirá principal desafio do governo etíope nos próximos anos.

No que se refere à balança comercial, a Etiópia apresenta saldo historicamente deficitário, principalmente pela dependência da importação de petróleo, máquinas e produtos manufaturados. As importações etíopes se concentraram em máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos; combustíveis minerais; veículos automotores; e máquinas, aparelhos e materiais elétricos. Já os principais produtos exportados pela Etiópia foram café e chá; produtos hortícolas, sementes, e plantas vivas. Como resultado dos planos de desenvolvimento implementados pelo governo, as importações etíopes diminuíram 10,8% em 2017 (totalizando US\$ 15 bilhões), e suas exportações aumentaram em 9,4% (totalizando US\$ 2,9 bilhões), o que resultou na queda de 14,5% do déficit comercial do país, cujo total passou de US\$ 14,2 para US\$ 12,1 bilhões.

A China constitui o principal parceiro comercial etíope, sendo o principal destino das exportações e a principal origem das importações do país. Os maiores fornecedores da Etiópia são China (31%), EUA (9,4%) e Índia (7,9%). Já em referência às exportações etíopes, os maiores compradores são China (13,6%), Somália (10,4%) e Arábia Saudita (7,1%). O Brasil consta como o 32º principal fornecedor para a economia etíope e o 76º destino de suas exportações.

Comércio e fluxos de investimentos bilaterais

O comércio bilateral com a Etiópia, fortemente desequilibrado em favor do Brasil, sofreu sensível queda nos últimos anos. Após atingir o pico histórico de US\$ 62,6 milhões, em 2013, reduziu-se em 78,1% entre aquele ano e 2016, quando somou US\$ 13,7 milhões. Em 2017, o saldo foi de US\$ 30,5 milhões (aumento de 123% em relação ao ano anterior). Apesar da recuperação, o comércio bilateral ainda é modesto (menos de 0,01% do comércio do Brasil com o mundo). Os principais produtos de exportação do Brasil para a Etiópia foram, em 2017, partes de turbinas (52%) e combustíveis e lubrificantes para aeronaves (22%), em decorrência da cooperação entre unidade da GE, em Petrópolis, com o centro de manutenção da Ethiopian

Airlines, em Adis Abeba, seguidos de fumo (7%). Os principais produtos exportados pela Etiópia ao Brasil foram, no mesmo período, itens de vestuário (46%) e polímeros (45,4%).

Em um contexto de estratégia de desenvolvimento que inclui grandes obras de infraestrutura, o lado etíope tem manifestado reiteradamente interesse em atrair investimentos brasileiros para projetos estratégicos para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do país, sobretudo nas áreas de infraestrutura, energia e mineração.

Até o momento, não há registro de investimentos brasileiros na Etiópia. Entre as empresas interessadas, destacam-se a Vicunha (têxteis), a Eurofarma (medicamentos genéricos), a Randon (reboques e semireboques), a Marcopolo (carrocerias para ônibus) e o Grupo Matarazzo (produção de sementes, fármacos, piscicultura e cafeicultura, principalmente). Além disso, a Brazmarte, de gestão brasileira, com sede em Nairóbi, tem filial na cidade de Bahir Dar (estado de Amhara), envolvida em projetos de mecanização agrícola. A empresa também tem parceiro etíope em Adis Abeba, dedicado à importação de produtos brasileiros, com contratos de representação comercial de marcas de materiais de construção, silos para grãos, tratores e máquinas agrícolas, além de utensílios domésticos.

No setor de infraestrutura, até o momento, empresas brasileiras não conseguiram levar adiante sua participação em grandes projetos. Em fev/2018, consórcio de engenharia integrado pela empresa brasileira “Intertechne Consultores” participou de licitação para supervisão de obras da hidrelétrica de Koysha, no sul da Etiópia. Embora não tenha vencido, a empresa reiterou seu interesse em participar de outras licitações no setor elétrico etíope, não somente no que tange à produção hidrelétrica, mas também à energia solar, eólica e geotérmica, além de linhas de transmissão e subestações. A Queiroz Galvão, que mantinha, até recentemente, representante permanente na Etiópia, decidiu encerrar suas atividades de prospecção em 2017. A Andrade Gutierrez chegou a ganhar licitação, em 2012, para construir ferrovia de 496 km ligando Adis Abeba a Bedele (sudoeste da Etiópia), porém desistiu do negócio após não ter conseguido chegar a um acordo com o governo etíope quanto às garantias necessárias para o financiamento do projeto.

Estima-se haver, igualmente, espaço para aquisição de aeronaves civis e militares brasileiras pela Etiópia.

Espera-se que a assinatura do ACFI Brasil-Etiópia, ocorrida em abril de 2018, contribua para elevar o interesse de empresas brasileiras por investir na Etiópia. O acordo inova ao consagrar a cooperação entre os governos e o apoio prático e constante destes aos investidores (facilitação) como elementos-chave da promoção de investimentos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

400a.C.- 750	Formação, consolidação e declínio do Império Aksumita onde hoje é a Etiópia
1270	Yekuno Amlak estabelece a dinastia salomônica sobre o Império da Etiópia
1490-1529	Guerras entre muçulmanos e cristãos
1889	Consolida-se de monarquia única na região, sob a égide do Imperador Menelik I
1896	Governo etíope derrota o exército italiano na famosa Batalha de Adwa, impedindo temporariamente o expansionismo europeu
1930	Haile Selassie assume o trono etíope
1936-1941	Etiópia é ocupada por tropas italianas
1952	Criação da Federação da Etiópia e Eritreia
1962	Anexação da Eritreia pela Etiópia
1974	Imperador Haile Selassie é deposto e assume o poder governo militar (Derg), de orientação socialista
1977	Ascende ao poder o Coronel Mengistu Haile Mariam
1977-91	Instaura-se o “terror vermelho”, período de grande repressão e violência
1991	Queda do Derg. Ascensão do governo liderado pela Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia (EPRDF)
1993	A Eritreia torna-se independente
1995	Primeiras eleições após a derrubada do Derg, com ampla vitória da EPRDF. Meles Zenawi assume o cargo de Primeiro-Ministro
1998-2000	Guerra entre a Etiópia e a Eritreia, deflagrada por disputa fronteiriça
2001	Estabelecida a Zona de Segurança Temporária entre a Etiópia e a Eritreia (UNMEE)
2002	Instituída, pelas Nações Unidas, comissão para demarcação das fronteiras entre Etiópia e Eritreia (<i>UN Eritrea-Ethiopia Boundary Commission -EBBC</i>)
2003	A EBBC apresenta relatório alegando que a cidade de Badme (sob administração etíope por décadas) pertence à Eritreia. O governo etíope rejeita as conclusões divulgadas e o processo de demarcação de

	fronteiras é interrompido
2005	Manifestações contra resultado das eleições são violentamente reprimidas e levam à prisão de inúmeros opositores do governo
2006-2009	A Etiópia invade a Somália para dar suporte ao Governo Federal de Transição em seu confronto com a União das Cortes Islâmicas
2007	A EBBC encerra seus trabalhos mesmo não tendo sido finalizado o processo de demarcação de fronteiras entre a Etiópia e a Eritreia
2008	O mandato da UNMEE expira e as tropas da ONU são retiradas
2010	Novas eleições dão vitória inconteste e absoluta ao EPRDF. Meles Zenawi permanece no cargo de Primeiro-Ministro
2011	Criação da Força Interina de Segurança para Abyei (UNISFA)
2011	Início da construção da Usina Hidrelétrica do Grande Renascimento Etíope (GERD), no Nilo Azul
2012	Morte de Meles Zenawi em agosto. Em setembro, Halemariam Desalegn é confirmado como primeiro-ministro até 2015.
2013	Mulatu Teshome Wirtu é eleito Presidente da Etiópia
2015	Eleições parlamentares. Nova vitória do EPRDF
2014-2016	Manifestações contrárias ao governo nas regiões da Oromia e de Asmara, que concentram as duas maiores etnias do país
Fev/2018	Greve geral na Oromia. Renúncia do primeiro-ministro Halemariam Desalegn
Abr/2018	Abril. Nomeação de Abiy Ahmed Ali
Jun/2018	Anúncio da plena aceitação do Acordo de Argel, que deu fim à guerra com a Eritreia
Jun/2018	Anúncio de medidas de cunho liberalizante na economia
Jun/2018	Suspensão do "Estado de Emergência" vigente no país desde fevereiro de 2018

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1951	Criação da Legação do Brasil junto ao Império da Etiópia, com sede no Cairo
1960	Visita oficial do Imperador Haile Selassie ao Brasil
Início dos anos 60	Elevação da representação à categoria de Embaixada, com sede em Adis Abeba
Final dos anos 60	Fechamento da embaixada em Adis Abeba
2004	Visita da Subsecretária-Geral Política e do Diretor do Departamento de África do Itamaraty a Adis Abeba
2005	Reabertura da Embaixada do Brasil em Adis Abeba
2005	Visita de trabalho do então Chanceler Celso Amorim a Adis Abeba,

	com representantes do Min. da Saúde, da EMBRAPA e do setor empresarial
2007	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-II, embaixador Roberto Jaguaribe
2010	Reunião de Consultas Aeronáuticas Brasil-Etiópia, em Montreal
2010	Concessão de “agrément” a Wutelaw Hailemariam Nigussie como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao governo brasileiro
Jan/2011	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba, como representante brasileiro na XVI Cúpula da UA
2011	Reabertura da Embaixada da Etiópia no Brasil
2011	Missão de prospecção da ABC e da Embrapa é enviada a Adis Abeba
Jan/2012	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba, como representante brasileiro na XVIII Cúpula da UA
Fev/2012	Visita de integrantes do Instituto Etíope de Pesquisa Agrícola (EIAR) à Embrapa
Mar/2012	Missão conjunta da ABC e Embrapa à Etiópia
Abr/2012	Visita do então Ministro das Relações Exteriores, embaixador Antonio Patriota, a Adis Abeba
Jun/2012	Visita do então primeiro-ministro Meles Zenawi ao Brasil, chefiando delegação etíope à Conferência Rio+20
Jul/2012	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba como representante brasileiro na XIX Cúpula da UA
Ago/2012	Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, representa o governo brasileiro no funeral do PM Meles Zenawi
Jan/2013	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba como representante brasileiro na XX Cúpula da UA
Mai/2013	Visita da então presidente Dilma Rousseff a Adis Abeba para participação, como convidada de honra, das comemorações do Jubileu de Ouro da UA. Na ocasião, a então presidente da República manteve encontro com o PM Hailemariam Desalegn
Dez/2013	Visita do ministro do Desenvolvimento Urbano etíope, Mekuria Haile, a Brasília
Jul/2013	Abertura do voo Adis Abeba - São Paulo pela <i>Ethiopian Airlines</i> , empresa estatal etíope
Abr/2014	Visita do vice-primeiro-ministro Demeke Hassen a Brasília, à frente de missão de estudos na área de ciência e tecnologia
Jun/2015	Assinatura do " Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros de Transporte Aéreo e Marítimo Internacional ", com vigência

	imediata
Mar/2016	Visita do então chanceler brasileiro, embaixador Mauro Vieira, a Adis Abeba, ocasião em que manteve encontro com o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Tedros Adhanom Ghebreyesus
Abr/2018	Visita do Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni de Abreu, a Adis Abeba, quando co-presidiu, com sua homóloga etíope, reunião de consultas políticas. Na ocasião, foi assinado o ACFI com a Etiópia

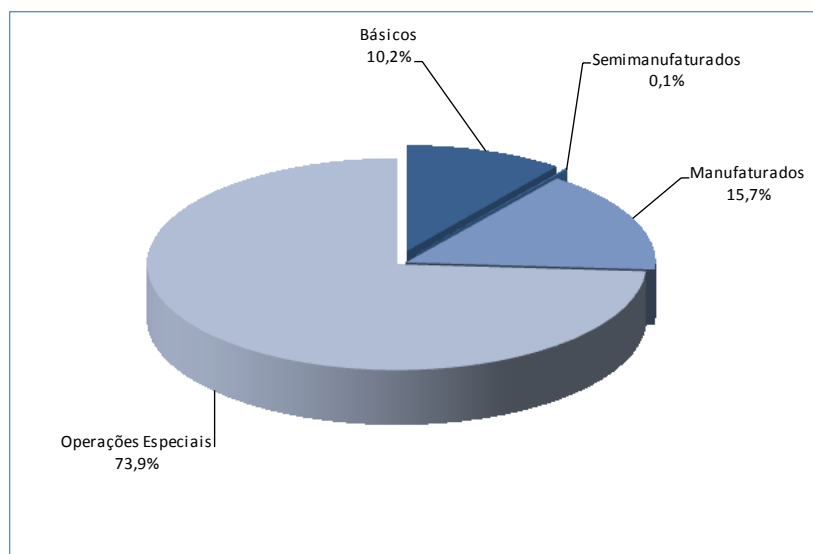
ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	STATUS
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia	23/04/2012		Tramitação MRE
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia	24/05/2013		Tramitação Congresso Nacional
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.	24/05/2013		Em promulgação
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia.	24/05/2013		Tramitação Congresso Nacional
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros do Transporte Aéreo e Marítimo Internacional	22/06/2018	22/06/2015	Em vigor
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática Federal da Etiópia.	11/04/2018		Tramitação MRE

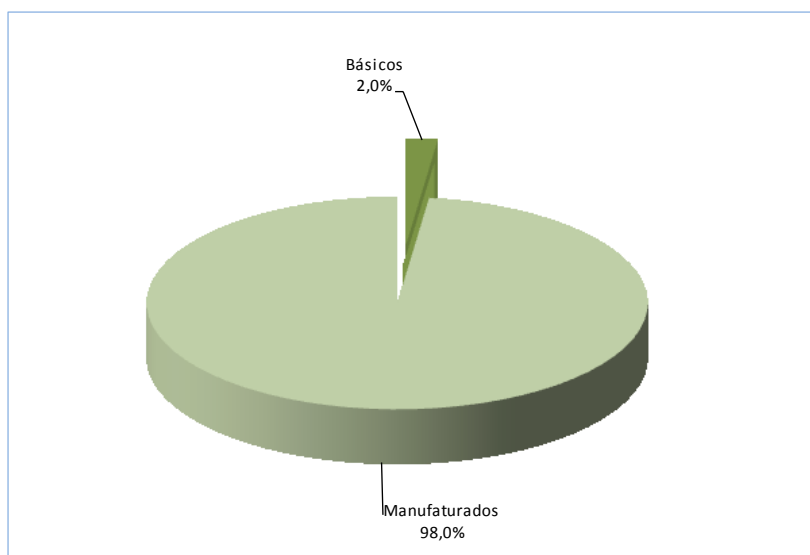
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



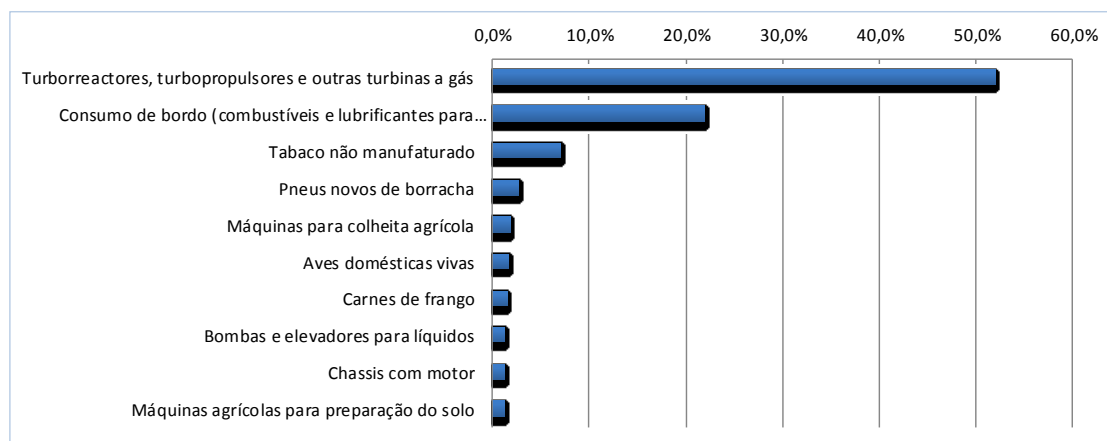
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Etiópia (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Turborreactores, turbopropulsores e outras turbinas a gás	0	0,0%	0	0,0%	15.729	52,0%
Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves)	686	3,1%	652	4,8%	6.640	21,9%
Tabaco não manufaturado	2.291	10,4%	4.042	29,6%	2.118	7,0%
Pneus novos de borracha	310	1,4%	972	7,1%	791	2,6%
Máquinas para colheita agrícola	411	1,9%	353	2,6%	532	1,8%
Aves domésticas vivas	0	0,0%	252	1,8%	503	1,7%
Carnes de frango	31	0,1%	521	3,8%	436	1,4%
Bombas e elevadores para líquidos	5	0,0%	18	0,1%	373	1,2%
Chassis com motor	0	0,0%	174	1,3%	352	1,2%
Máquinas agrícolas para preparação do solo	793	3,6%	592	4,3%	350	1,2%
Subtotal	4.525	20,6%	7.576	55,5%	27.823	91,9%
Outros	17.437	79,4%	6.072	44,5%	2.437	8,1%
Total	21.962	100,0%	13.647	100,0%	30.260	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

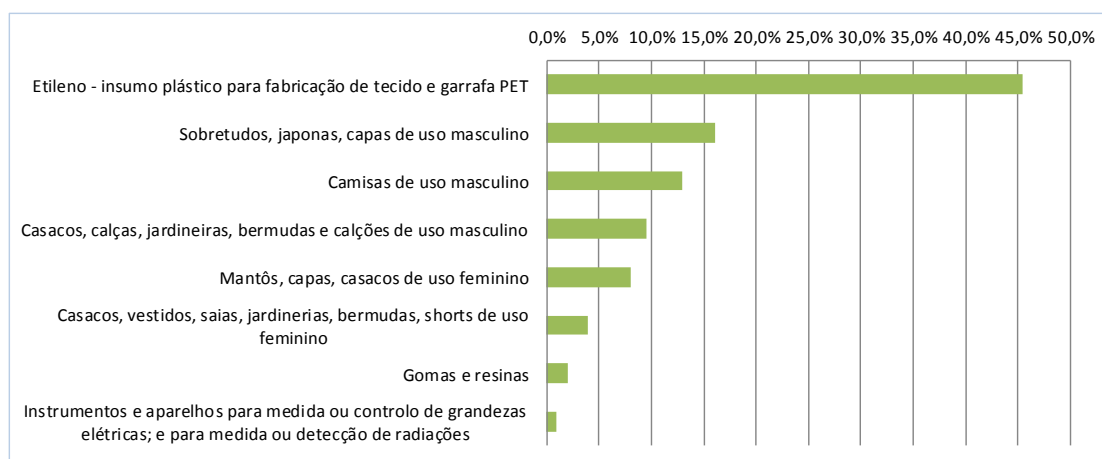


Composição das importações brasileiras originárias da Etiópia (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Etileno - insumo plástico para fabricação de tecido e garrafa PET	0	0,0%	0	0,0%	150	45,4%
Sobretudos, juponas, capas de uso masculino	0	0,0%	0	0,0%	53	16,1%
Camisas de uso masculino	51	52,7%	37	68,4%	43	12,9%
Casacos, calças, jardineiras, bermudas e calções de uso masculino	0	0,0%	0	0,0%	31	9,5%
Mantôs, capas, casacos de uso feminino	0	0,0%	0	0,0%	26	8,0%
Casacos, vestidos, saias, jardineiras, bermudas, shorts de uso feminino	0	0,0%	0	0,0%	13	3,9%
Gomas e resinas	37	38,4%	15	27,1%	7	2,0%
Instrumentos e aparelhos para medida ou controlo de grandezas elétricas; e para medida ou detecção de radiações	0	0,0%	0	0,0%	3	0,9%
Subtotal	88	91,1%	51	95,5%	326	98,8%
Outros	9	8,9%	2	4,5%	4	1,2%
Total	97	100,0%	54	100,0%	330	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



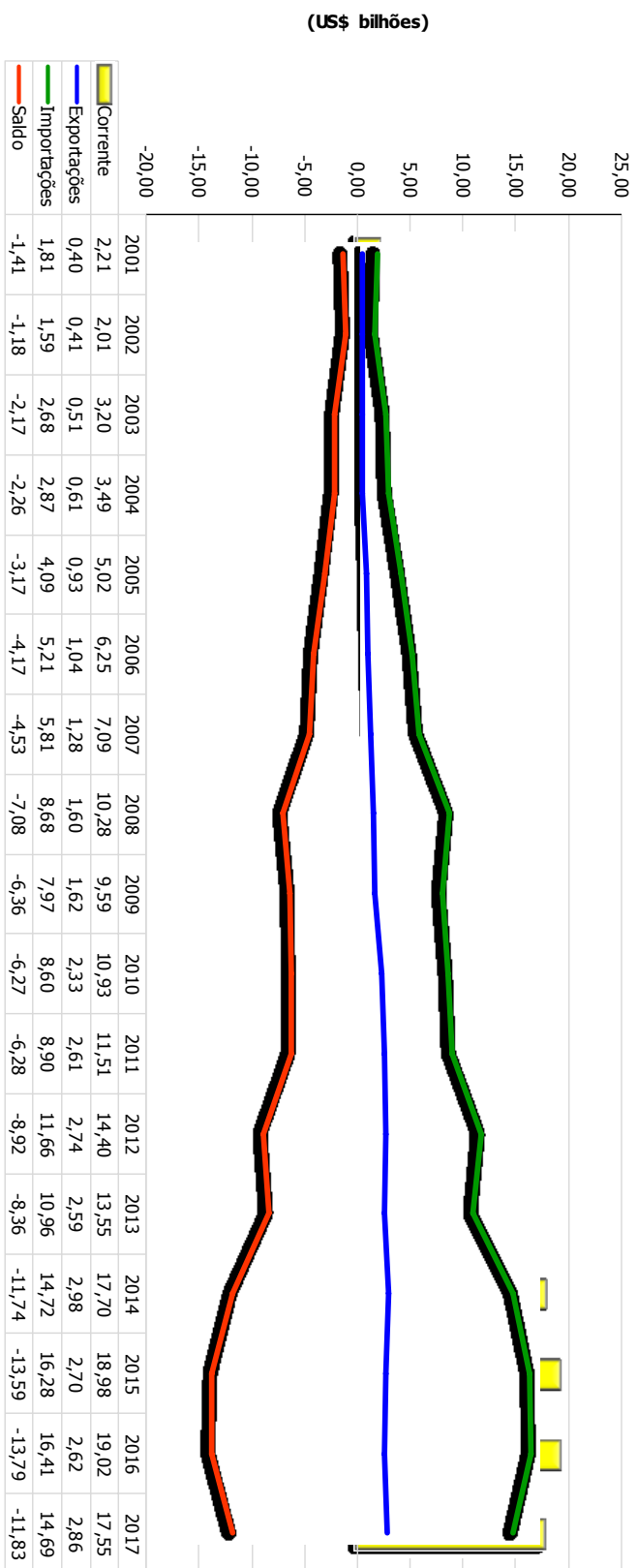
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 8 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes ára embarcações e aeronaves)	138	16,5%	787	66,6%	Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes ára embarcações e aeronaves) 66,6%
Aves domésticas vivas	0	0,0%	239	20,2%	Aves domésticas vivas 20,2%
Carne de frango	116	13,9%	87	7,4%	Carne de frango 7,4%
Corantes de origem vegetal	0	0,0%	30	2,5%	Corantes de origem vegetal 2,5%
Máquinas para agricultura, chocadeiras, criadeiras para avicultura	0	0,0%	19	1,6%	Máquinas para agricultura, chocadeiras, criadeiras para avicultura 1,6%
Tabaco não manufaturado	523	62,3%	0	0,0%	Tabaco não manufaturado 0,0%
Chocolate e preparações alimentícias contendo cacau	45	5,4%	0	0,0%	Chocolate e preparações alimentícias contendo cacau 0,0%
Produtos de confeitaria sem cacau	16	1,9%	0	0,0%	Produtos de confeitaria sem cacau 0,0%
Subtotal	839	100,0%	1.162	98,3%	
Outros	0	0,0%	20	1,7%	
Total	839	100,0%	1.182	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 8 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Camisas de uso masculino	9,08	99,6%	6,48	89,0%	Camisas de uso masculino 89,0%
Transformadores e conversores elétricos	0,00	0,0%	0,73	10,0%	Transformadores e conversores elétricos 10,0%
Subtotal	9,08	99,6%	7,21	99,0%	
Outros produtos	0,03	0,4%	0,07	1,0%	
Total	9,12	100,0%	7,29	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Comércio Etiópia x Mundo

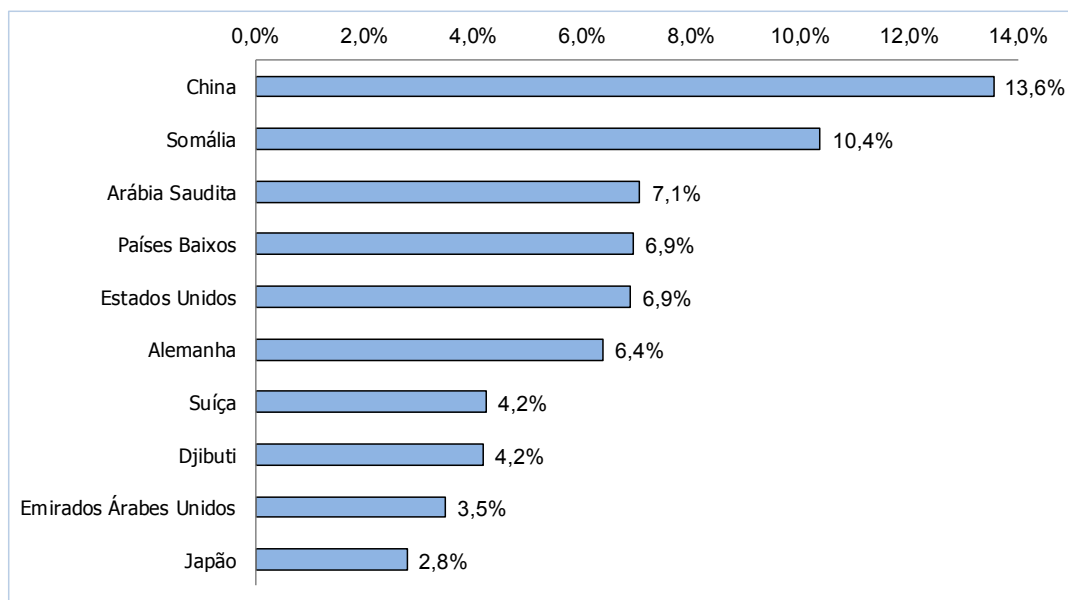


Elaborado pelo INE/DPH/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, February 2018.

Principais destinos das exportações da Etiópia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	355	13,6%
Somália	271	10,4%
Arábia Saudita	185	7,1%
Países Baixos	181	6,9%
Estados Unidos	180	6,9%
Alemanha	167	6,4%
Suíça	111	4,2%
Djibuti	109	4,2%
Emirados Árabes Unidos	91	3,5%
Japão	73	2,8%
...		
Brasil (76º lugar)	0,4	0,0%
Subtotal	1.723	65,9%
Outros países	893	34,1%
Total	2.616	100,0%

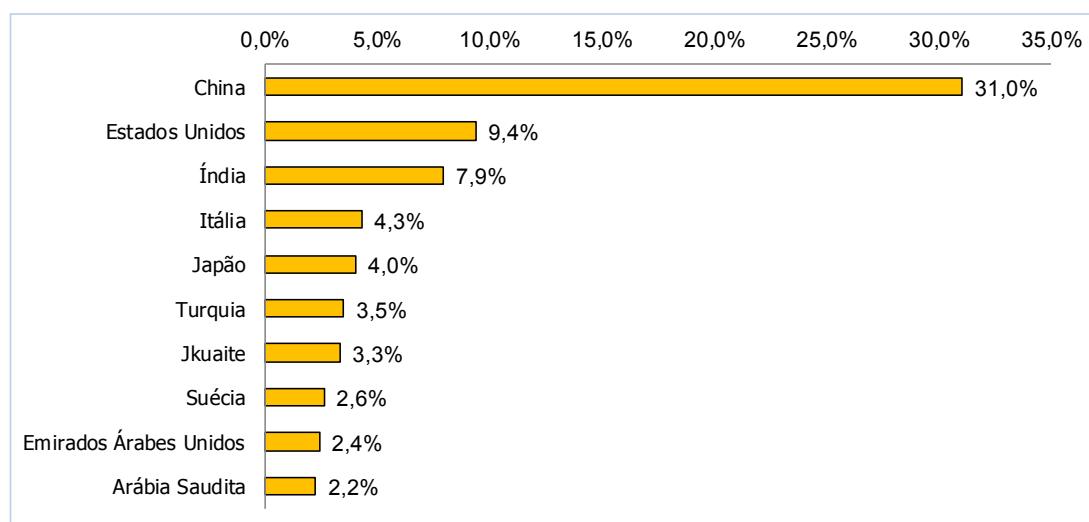
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Principais origens das importações da Etiópia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	5.089	31,0%
Estados Unidos	1.537	9,4%
Índia	1.302	7,9%
Itália	705	4,3%
Japão	659	4,0%
Turquia	574	3,5%
Jkuaite	546	3,3%
Suécia	429	2,6%
Emirados Árabes Unidos	394	2,4%
Arábia Saudita	369	2,2%
...		
Brasil (32º lugar)	63	0,4%
Subtotal	11.666	71,1%
Outros países	4.742	28,9%
Total	16.408	100,0%

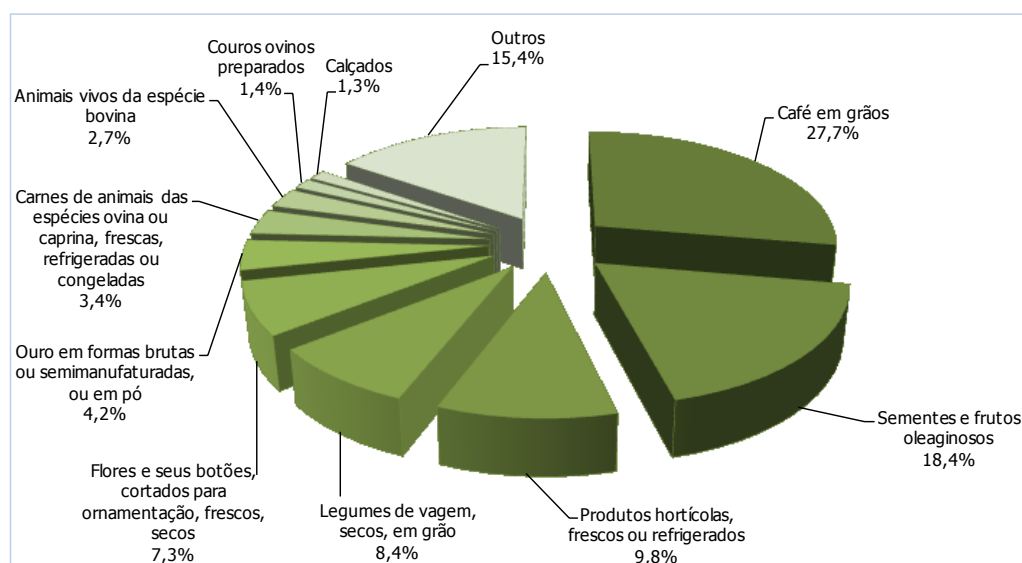
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Composição das exportações da Etiópia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Café em grãos	725	27,7%
Sementes e frutos oleaginosos	480	18,4%
Produtos hortícolas, frescos ou refrigerados	257	9,8%
Legumes de vagem, secos, em grão	221	8,4%
Flores e seus botões, cortados para ornamentação, frescos, secos	191	7,3%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	109	4,2%
Carnes de animais das espécies ovina ou caprina, frescas, refrigeradas ou congeladas	90	3,4%
Animais vivos da espécie bovina	70	2,7%
Couros ovinos preparados	37	1,4%
Calçados	34	1,3%
Subtotal	2.214	84,6%
Outros	402	15,4%
Total	2.616	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

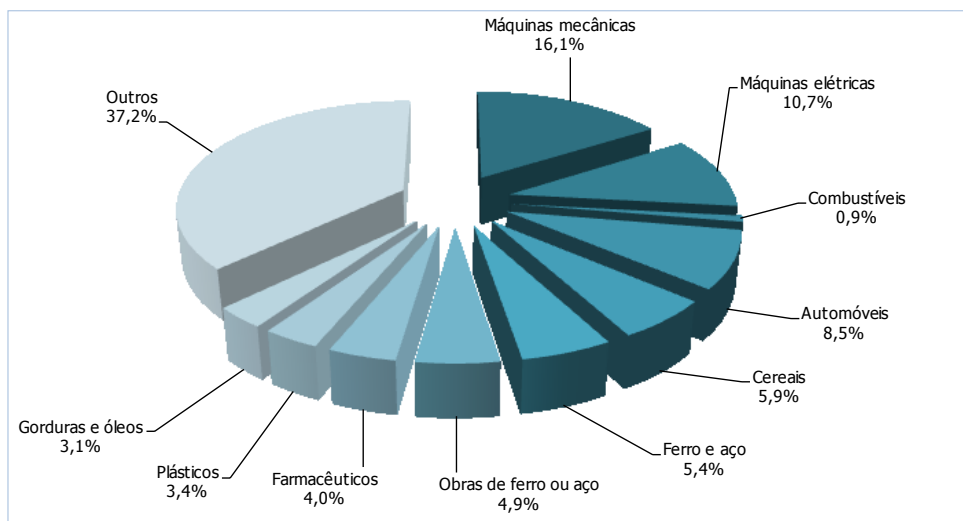


Composição das importações da Etiópia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas mecânicas	2.637	16,1%
Máquinas elétricas	1.750	10,7%
Combustíveis	145	0,9%
Automóveis	1.393	8,5%
Cereais	964	5,9%
Ferro e aço	892	5,4%
Obras de ferro ou aço	801	4,9%
Farmacêuticos	661	4,0%
Plásticos	554	3,4%
Gorduras e óleos	512	3,1%
Subtotal	10.309	62,8%
Outros	6.100	37,2%
Total	16.408	100,0%

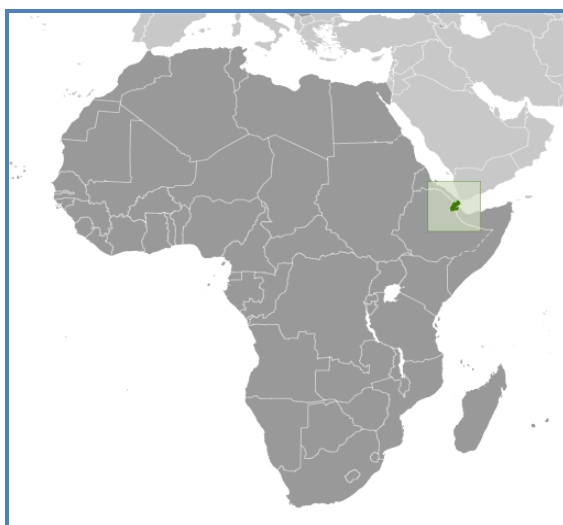
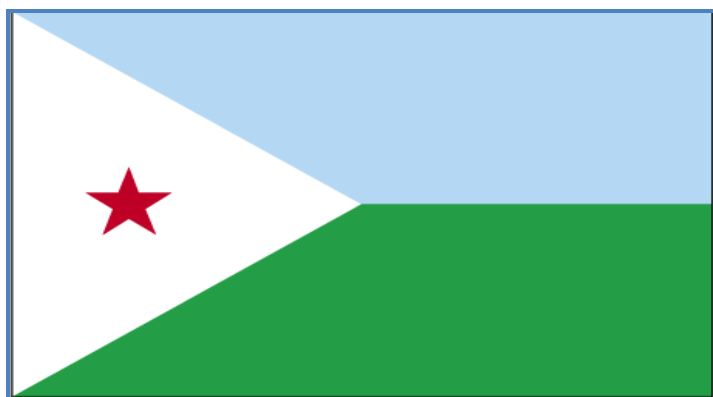
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

10 principais grupos de produtos importados



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO DJIBUTI



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Junho de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE O DJIBUTI

NOME OFICIAL:	República do Djibuti
GENTÍLICO:	Djibutiano
CAPITAL:	Cidade de Djibuti
ÁREA:	23.200 km ²
POPULAÇÃO:	865.000 (est. 2017)
IDIOMAS OFICIAIS:	Árabe e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (94%) e cristianismo (6%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencial misto
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral, composto por 65 membros eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Ismail Omar Guelleh (desde 8 de maio de 1999)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Abdoukader Kamil Mohamed (desde 1º de abril de 2013)
CHANCELER:	Mahamoud Ali Youssouf (desde 22 de maio de 2005)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI, 2017)	US\$ 2,18 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (FMI, 2017):	US\$ 3,63 bilhões
PIB PER CAPITA:	US\$ 1.998,7
PIB PPP PER CAPITA :	US\$ 3.559,4
VARIAÇÃO DO PIB :	6,9% (2017); 6,5% (2016); 6,5% (2015); 6,0% (2014); 5,0% (2013); 4,84% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016):	0,473 (172ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	62,3 anos (PNUD, 2016)
ALFABETIZAÇÃO:	73,8% (CIA)

ÍNDICE DE DESEMPREGO:	53,9 (PNUD, 2016)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco djibutiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Ayeid Mousseid Yahya (desde maio de 2010 - Residente em Havana)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	1 brasileira a serviço das Nações Unidas
EMBAIXADOR DO BRASIL NO DJIBUTI:	Octávio Henrique Côrtes (cumulativo)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – DJIBUTI (fonte: MDIC) US\$ milhões FOB										
BRASIL → DJIBUTI	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	9,32	2,04	8,15	4,14	10,29	25,92	14,41	7,95	14,34	62,19
Exportações	9,32	2,04	8,15	4,14	10,29	25,92	14,41	7,95	14,33	62,18
Importações	-	-	-	-	-	-	-	-	0,008	0,007
Saldo	9,32	2,04	8,15	4,14	10,29	25,92	14,41	7,95	14,33	62,17

Informação elaborada em 12 de junho de 2018, pelo PS Augusto César Teixeira Leite (DIAOS), e revisada pelo Ministro Paulo Cypriano, chefe da DIAOS, em 13 de junho de 2018.

APRESENTAÇÃO

Um dos menores países da África em termos populacionais (cerca de 860 mil habitantes, jul/2017), o Djibuti tem localização estratégica como ponto privilegiado de ligação entre o continente africano e a Península Arábica. O país tem perfil político moderado em relação a temas da agenda regional e internacional, bem como papel construtivo de mediador e contribuinte de tropas para os esforços de pacificação na Somália. Esses fatores contribuem para que o país seja considerado importante parceiro da comunidade internacional em região tradicionalmente conturbada (além da Etiópia, tem fronteiras com a Eritreia e Somália, além de estar a apenas 30 km do Iêmen).

Antigo Território Francês dos Afares e dos Issas, o Djibuti se tornou independente da França em 1977, por meio de referendo popular. Em 1981, Hassan Gouled Aptidon foi eleito primeiro presidente do país e, no mesmo ano, instaurou regime de partido único, o que consolidou o monopólio do “Rassemblement Populaire pour Le Progrès” (RPP), mesmo após a introdução do multipartidarismo, em 1992, com a adoção da nova constituição. Aptidon seria reeleito consecutivamente por mais duas vezes para mandatos de seis anos, em 1987 e 1993. Desde 1999, seu sobrinho e chefe de gabinete, Ismail Omar Guelleh, passou a ocupar o cargo, ao vencer 4 eleições consecutivas, a última em 2016 (quarto mandato).

Ao longo de sua história independente, o Djibuti obteve, contudo, progressos na consolidação de suas instituições e na abertura do sistema político. No início da década de 1990, a insatisfação do clã afar chegou a levar a confrontos armados contra as forças governamentais, dominadas pelo clã issa. A paz foi selada em 1994 e levou ao abrandamento do regime. Foi acordada a partilha de poder entre issas e afares que passaram a dividir as chefias de estado e de governo. Em meados da década de 2010, conflitos com a oposição levaram a novo entendimento entre as forças políticas no sentido de aprofundar reformas no sistema eleitoral.

No domínio econômico, o Djibuti tem recebido significativos investimentos externos na área de infraestrutura, o que tem permitido ao país apresentar elevadas taxas de crescimento nos últimos anos (cerca de 7%, em 2017). O país também depende de forma marcada das receitas provenientes dos serviços prestados em seu porto de águas profundas, bem como da ajuda internacional. Também significativa fonte de receitas constitui o arrendamento de áreas para instalação e operação de bases militares estrangeiras (China, EUA, França, Itália, Japão).

O Djibuti também se caracteriza, economicamente, por fatores que contribuem para a concentração da renda e da população ativa no setor de serviços: a) a maior parte da população vive em áreas urbanas (75% na capital); b) ocorrem secas constantes e o percentual de terras aráveis é diminuto (4%), o que limita a produção de alimentos; c) não há registro de recursos naturais significativos; e d) a atividade industrial é reduzida.

Além da área de portos, registram-se investimentos importantes na área de transportes. Parceiros estrangeiros, como a China, contribuem não somente para

a ampliação e modernização da capacidade portuária como também no sistema ferroviário, o que tem tornado possível ao país o melhor aproveitamento do potencial de sua posição privilegiada.

PERFIS BIOGRÁFICOS

ISMAIL OMAR GUELLEH

Presidente da República



Ismail Omar Guelleh nasceu em 1947, em Dire Dawa, Etiópia. Na década de 1960, mudou-se para o Djibuti. Iniciou sua carreira profissional como servidor público da administração colonial francesa.

Em 1974, começou a militar na Liga Popular Africana, que buscava a independência do Djibuti. Trabalhou no jornal pró-independência “Djibouti Today”. Em 1976, participou como delegado de seu país nas negociações ocorridas em Paris sobre a independência do Djibuti.

Em 1977, após a independência, foi nomeado chefe de gabinete do

presidente da República, seu tio, Hassan Aptidon. Tornou-se membro do Bureau Político do Djibuti, em 1987. Em 1996, ocupou a Terceira Vice-Presidência do Bureau Político.

Foi eleito Presidente do país, em 1999, e reeleito, em 2005, sob boicote da oposição. Reelegeu-se novamente, em 2011, após emenda à Carta Constitucional que possibilitou o terceiro mandato. Em 2017, voltou a ser eleito para quarto mandato.

ABDOULKADER KAMIL MOHAMED
Primeiro-Ministro



Abdoulkader Kamil Mohamed, do clã afar, nasceu em Souali, no norte do Djibuti, em 1951. Muçulmano sunita, é membro-histórico do partido "Rassemblement Populaire pour le Progrès" (RPP), que domina o cenário político do Djibuti, desde a independência em 1977.

É formado em Ciências Técnicas, com especialização em gerenciamento hídrico, pela Universidade de Limoges, na França. De 1978 a 2005, exerceu o cargo de diretor-geral da Autoridade de Águas do Djibuti. Foi ministro da Agricultura, Pastoralismo e Recursos Hídricos de 2005 a 20011; ministro da Defesa de 2011 a 2013; e presidente da coalização pró-governo "Union pour la Majorité Présidentielle" (UMP) desde 2012.

Foi nomeado primeiro-ministro em março de 2013, em substituição a Dileita Mohamed Dileita, que havia permanecido no cargo por 12 anos (2001-2013).

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações com o Djibuti em outubro de 1996. Em que pesem os esforços de aproximação nos últimos anos, o relacionamento bilateral é ainda incipiente.

Em maio de 2005, o presidente do Djibuti, Ismail Omar Guelleh, esteve no Brasil para participar da Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), ocasião em que manteve encontro bilateral com o então presidente Lula. Em maio de 2010, o embaixador djibutiano em Havana, Ayeid Mousseid Yahya, apresentou cartas credenciais como embaixador não-residente do Djibuti no Brasil. Durante a permanência em Brasília, o embaixador Yahya manteve encontros com interlocutores no Itamaraty, a quem expressou desejo de seu país de abrir embaixada residente em Brasília, com a condição de que o Brasil instalasse antes missão residente no Djibuti.

Em junho de 2010, foi transferida a cumulatividade da Embaixada do Brasil no Djibuti, de Nairóbi para Adis Abeba. A medida contribuiu para facilitar os contatos bilaterais, dada a maior proximidade e conectividade aérea entre o Djibuti e a Etiópia.

Em agosto de 2011, o Djibuti foi incluído entre os países beneficiários da Lei 12.429, que regulamenta a doação de estoques públicos de alimentos pelo governo brasileiro. Naquele ano, o governo djibutiano declarou apoio à candidatura do professor Graziano da Silva à DG da FAO.

As tratativas de cooperação técnica com o Djibuti iniciaram-se, em 2010, durante visita do então embaixador djibutiano não residente, Ayeid Mousseid Yahya, à Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Nessa ocasião, Yahya manifestou interesse do governo de seu país em receber cooperação brasileira em áreas como gestão de águas, combate à desertificação e saúde (nesse último caso, como forma de fortalecer os quadros docentes da primeira universidade de medicina do país, fundada em 2010).

Em outubro de 2011, a Embaixada do Brasil em Nairóbi recebeu Nota da chancelaria djibutiana, com a formalização das principais áreas de interesse para

cooperação com o Brasil (inclusive aquelas já sugeridas pelo embaixador não-residente do Djibuti), a saber: saúde; agricultura; água; irrigação nas áreas rurais ("rural hydraulics"); educação; solidariedade nacional ("national solidarity"); eletricidade nas áreas rurais; pesquisa científica para capacitação e parceria com o Djibuti Research Centre, CERD; desenvolvimento social, em parceria com a Djibuti Agency for Social Development ADDS.

Em janeiro de 2012, o acordo de cooperação técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Djibuti foi assinado pela então embaixadora do Brasil em Adis Abeba, Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, e pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros do Djibuti, Mahmud ali Yousseuf, por ocasião da apresentação das cartas credenciais da embaixadora brasileira no país. O acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional em 2018. Trata-se do primeiro acordo assinado bilateralmente entre os dois países, instrumento jurídico necessário à implementação de projetos de cooperação técnica bilaterais.

Em junho de 2012, o então PM Dileita Mohamed Dileita esteve no Brasil para representar seu país na Rio+20. Na ocasião, Dileita manifestou interesse na aquisição de aeronaves EMBRAER. Em maio de 2013, estiveram no Brasil o Delegado Permanente do Djibuti junto à UNESCO, embaixador Rachad Farah, acompanhado do embaixador djibutiano em Havana e, cumulativamente, junto ao Brasil, Ayeid Mousseid Yahya. A visita teve por objetivo obter o apoio brasileiro à candidatura do embaixador Rached Farah à direção-geral da UNESCO. Não há registro de troca de visitas de alto nível entre os países desde então.

Apesar do caráter embrionário das relações bilaterais, há potencial de investimentos no setor de transportes, energia e, sobretudo, na construção e modernização de portos no Djibuti. O país pretende tornar-se o maior entreposto de mercadorias da África com quatro portos: i) Djibuti; ii) Tadjoura; iii) Doraleh; e iv) Goubet. Até 2007, a Odebrecht participou da construção das instalações portuárias da Cidade do Djibuti. A construtora também atuou na construção do porto de Doraleh. Atualmente, a China tem participado ativamente das obras de infraestrutura naquele país.

ASSUNTOS CONSULARES

Os assuntos consulares do Brasil no Djibuti são tratados pela Embaixada em Adis Abeba (cumulativa). Não há registro de casos de assistência consular no país. Atualmente a única brasileira residente no país está à serviço das Nações Unidas.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos ou financiamentos brasileiros ativos no Djibuti, tampouco há lançamentos, no Banco Central, relativos a investimentos brasileiros diretos naquele país ou de investimento estrangeiro direto djibutiano no Brasil.

POLÍTICA INTERNA

Após a independência, Hassan Gouled Aptidon foi eleito o primeiro presidente do Djibuti, em 1981, quando introduziu regime de partido único no país ("Rassemblement Populaire pour Le Progrès" - RPP). Com o fim da interdição à existência de outras legendas, em 1992, o RPP passou a integrar coalizão governamental, a "Union pour la Majorité Présidentielle" (UMP), que domina, até hoje, o cenário político djibutiano. Aptidon foi reeleito consecutivamente por mais duas vezes para mandatos de seis anos, em 1987 e 1993.

No começo da década de 1990, o movimento "Frente pela Restauração da Unidade e da Democracia" (FRUD), de composição clânica afar, entrou em confronto armado contra as forças governamentais, dominadas pelos issas, deflagrando uma guerra civil. Pressionado, o governo de Gouled Aptidon optou por abrandar o regime, e fez concessões à FRUD. Foi aprovada nova constituição por referendo em 1992, o que permitiu a criação de outros partidos políticos.

Em 1994, a FRUD e o RPP assinaram um acordo de paz, que encerrou o conflito armado. O acordo de partilha de poder entre issas e afares estipulou que os cargos de presidente e de primeiro-ministro não seriam ocupados por pessoas do mesmo clã, isto é, issas e afares dividiriam as chefias de estado e de governo.

Em 1999, com a saída de Aptidon, foi eleito presidente Ismail Omar Guelleh, sobrinho e ex-chefe de gabinete do seu antecessor. Durante seu governo, foi aprofundado o processo de conciliação entre as facções dissidentes do país. Em

2005, 2011 e 2017, Ismail Guelleh foi reeleito para a presidência do país.

Em fevereiro de 2013, após quase uma década de boicote, a oposição participou das eleições legislativas no país. Na ocasião, a UMP obteve cinquenta e cinco assentos, enquanto a coalizão da oposição "União pela Salvação Nacional" (USN) obteve dez. O retorno dos partidos oposicionistas foi possível em razão de mudanças no sistema político do país, após a aprovação, em novembro de 2012, de novo modelo eleitoral. Até então, o sistema eleitoral possibilitava que a agremiação mais votada recebesse a totalidade das vagas em disputa. Em março de 2013, o Presidente Omar Guelleh nomeou Abdoukader Kamil Mohamed como novo Primeiro-Ministro, em substituição a Dileita Mohamed Dileita, que havia permanecido no cargo por mais de uma década (2001-2013).

A USN, contudo, não aceitou o resultado das eleições e instou seus apoiadores a se manifestarem, o que gerou confrontos com a polícia na capital e na cidade de Balbala. Os deputados da oposição boicotaram as sessões do parlamento nas eleições de 2013. Em setembro de 2014, o chanceler do Djibuti, encarregado pelo presidente Guelleh de conduzir negociações com a oposição logrou alcançar acordo que permitiu o retorno dos deputados ao parlamento. Em dezembro de 2014, após dezoito meses de negociações, o governo djibutiano e a USN assinaram acordo-quadro que pôs fim ao movimento parlamentar oposicionista e possibilitou o diálogo político em torno de reformas do sistema eleitoral do país.

Entre os principais pontos do acordo-quadro alcançado, figuram: a interrupção de qualquer ato que possa conduzir a situações de tensão entre o governo e os militantes de oposição; o compromisso de ambas as partes de observar a ordem constitucional, as leis e as liberdades fundamentais; e a adoção de reformas democráticas e institucionais imediatas.

Contudo, até o momento, as mudanças políticas mais profundas propostas no documento não foram efetivadas. Analistas sugerem que, ainda que implementado em sua totalidade, o acordo-quadro terá limitado efeito sobre a hegemonia política que o partido governista exerce no parlamento.

Poder Legislativo

O Parlamento djibutiano é unicameral. Consiste de Assembleia Nacional única, ("Assemblée Nationale"), composta por 65 deputados, eleitos diretamente, com mandatos de cinco anos. Do total de parlamentares, 52 são eleitos

diretamente, por maioria simples dos votos e treze são eleitos diretamente por votos de representação proporcional.

POLÍTICA EXTERNA

Sua localização estratégica, o perfil político moderado de seu regime em relação a temas da agenda regional e internacional, bem como o papel de mediador e contribuinte de tropas para os esforços de pacificação da Somália conferem ao Djibuti o status de parceiro do Ocidente na região.

Nesse contexto, o país tem se caracterizado pela crescente presença de bases militares estrangeiras em seu território, posicionado estrategicamente no estreito de Bab-al-Mandab, na entrada sul do Mar Vermelho, corredor que concentra parcela significativa do comércio mundial. Ademais, encontra-se geograficamente à frente do Iêmen, país foco de ações militares dos países do Golfo nos últimos anos, e é vizinho da Somália, da Etiópia e da Eritreia.

Atualmente, hospeda bases militares dos seguintes países: China (única base militar fora do território chinês), EUA (única base fixa na África), França, Itália, Japão (única base militar fora do território japonês). Também se encontra em negociação com a Arábia Saudita o arrendamento de área para instalações militares daquele país. A instalação da base chinesa despertou as potências ocidentais, anteriormente instaladas no Djibouti, para o fato de que não mais operam sozinhas no Chifre da África. Além de hospedar bases militares, o Djibouti é contribuinte de tropas, como já observado, para a missão da União Africana para a Somália (AMISOM).

Relações com a França

No cerne da política externa djibutiana estão laços especiais com a França, que se destaca como importante investidor externo, prestador de assistência e cooperação e parceiro comercial. A ex-metrópole também é garante da integridade territorial do país africano e ali mantém base naval com efetivo de quase três mil homens, que serve como ponto estratégico entre o território francês e seus entrepostos no Oceano Índico.

No entanto, as relações entre os dois países chegaram a ser abaladas pelos desdobramentos da morte de juiz francês, Bernard Borrel, em 1995, na capital

Djibuti. Em março de 2008, a justiça francesa alegou que o magistrado teria sido vítima de homicídio, e condenou dois altos oficiais do país à prisão. O episódio despertou ressentimentos contra a França, e provocou, entre outros incidentes, a expulsão de jornalistas franceses do território djibutiano.

No início de 2015, as relações com a França foram novamente estremecidas quando o presidente Guelleh criticou, em entrevista, a tímida presença econômica e a política da França para o país. Na ocasião, o mandatário djibutiano queixou-se dos poucos investimentos e da não ocorrência de visita ministerial francesa ao Djibuti em muitos anos.

Relações com os Estados Unidos

Na esteira dos ataques de 11 de setembro, o Djibuti foi escolhido pelos EUA como parceiro especial na “guerra contra o terror”, e instalou base militar no país africano. Vale mencionar que o Djibuti é o país da África subsaariana que mais recebe ajuda financeira dos EUA em termos per capita. A localização do Djibuti também o eleva à condição de parceiro inescapável para lidar com temas de segurança no Mar Vermelho e no Chifre da África.

O Djibuti sedia o Campo Lemonnier, única base permanente dos Estados Unidos na África Subsaariana, onde estão cerca de quatro mil militares de todas as Forças (Exército, Marinha, Força Aérea e Fuzileiros Navais), servindo ademais de base para "drones", que atuam na África Oriental e no Oriente Médio. A concessão do Campo Lemonnier aos Estados Unidos foi renovada por trinta anos, em 2014.

Relações com a China

A China, maior parceira comercial do Djibuti, vem-se constituindo também em importante financiadora de projetos de infraestrutura no país. Em janeiro de 2013, o governo do Djibuti concluiu negociações para a venda, por US\$ 185 milhões, de 23,5% do Porto Multiuso de Doraleh (PMD), a companhia estatal chinesa. A China também é a planejadora e financiadora das maiores obras de integração do Djibuti com a Etiópia. Os investimentos externos em infraestrutura têm sido apontados como o principal motor para o elevado crescimento econômico apresentado pelo Djibuti nos últimos anos.

O Djibuti inaugurou oficialmente o PMD, que ampliará significativamente a capacidade do país de receber mercadorias e navios de grande porte, em maio de 2017. O PMD é considerado o mais avançado de todo o continente africano. A China

foi a grande financiadora do projeto (detém, como acima observado, 23,5% do capital da empresa controladora do porto).

O PMD está conectado à nova estrada férrea Djibuti-Etiópia, também construída com assistência técnica e financiamento chinês, o que denota a integração de projetos de logística entre os dois países, bem como a centralidade da China em sua execução. A nova ferrovia é totalmente eletrificada e tem extensão total de 756 quilômetros. A estrada de ferro iniciou oficialmente suas operações comerciais na primeira semana de janeiro de 2018. A China vê o projeto como "colheita inicial" da iniciativa "Belt and Road".

Relações com a Etiópia

Indicação da importância dada pela Etiópia ao vizinho foi a recente visita do novo primeiro-ministro da Etiópia, Abiy Ahmed, em 28 e 29 de abril passado, sua primeira viagem ao exterior desde que assumiu o cargo, no início de abril de 2018. Abiy Ahmed se reuniu, na ocasião, com o presidente do Djibuti, Omar Guelleh e discursou no Parlamento.

As relações entre os dois países têm sido muito próximas e fluidas tanto no nível diplomático quanto no comercial. Recorde-se que, quando a Eritreia conquistou sua independência da Etiópia, em 1993, esta última tornou-se um país sem litoral e, portanto, dependente de vizinhos – especialmente o Djibuti - para ter acesso aos mercados internacionais. O porto do Djibouti, atualmente, é responsável por 95% das importações e exportações da Etiópia, o que cria marcada interdependência econômica entre os dois países. Recorde-se, também, que o porto do Djibouti tem ligação comercial crucial com o mercado etíope, para a qual foi inaugurada recentemente, como já mencionado, nova ferrovia, a Adis Abeba-Djibouti, erguida com capitais chineses.

A Etiópia anunciou, ademais, recentemente, planos de adquirir participação no porto de Djibuti. As duas nações concordaram, durante a recente visita do primeiro-ministro etíope ao Djibuti, em trocar participações em empresas públicas estratégicas em uma tentativa de aumentar a integração econômica. As trocas incluem empresas aéreas e de telecomunicações, assim como o porto. O Djibuti deve receber, por exemplo, participação na maior companhia aérea em receitas da África, a Ethiopian Airlines.

Relações com a Eritreia

O Djibuti chegou a cortar relações com a Eritreia em 1998, mas as restabeleceu em 2000, com o fim do conflito entre a Eritreia e a Etiópia. Entre 2004 e 2006, o relacionamento entre o Djibuti e a Eritreia voltou a estreitar-se, com a assinatura de acordos políticos, econômicos e militares, mas sofreu novo revés em abril de 2008, quando o Djibuti acusou tropas eritreias de haverem violado seu território. O incidente provocou intensa movimentação militar na fronteira, apesar de tentativa de mediação da Liga Árabe e do Catar. Em junho de 2008, ocorreram fortes choques na região fronteira de Ras Doumeira.

Em janeiro de 2009, o CSNU adotou a Resolução 1862, com o fim de solucionar o conflito entre o Djibuti e a Eritreia. Com a persistência da instabilidade na região, o CSNU viu-se impelido a adotar, em dezembro de 2009, a Resolução 1907, que impôs sanções à Eritreia pelo seu envolvimento na crise da Somália e pelo descumprimento das determinações sobre o conflito fronteiro com o Djibuti, previstas pela Resolução 1862.

Em junho de 2010, graças a esforços de mediação do Catar, foi assinado novo acordo entre Djibuti e Eritreia para a resolução do conflito fronteiro. Entre as principais previsões do acordo, constam a verificação pelas tropas cataris da retirada das forças eritreias da região, o monitoramento da fronteira pelo Catar e o compromisso de solução, também sob supervisão do Catar, dos aspectos relativos a desaparecidos e prisioneiros de guerra.

Relações com países do Golfo

Além da forte presença econômica chinesa, tem sido crescente o aporte de investimentos de países do Golfo (Kuwait e Arábia Saudita) tanto na construção de infraestrutura portuária, quanto em refinarias de petróleo no país. Embora apenas pequena parcela da população seja de origem étnica árabe – a maioria proveniente do Iêmen –, o Djibuti se tem proclamado “Estado árabe” em suas relações com o exterior, adotando postura ativa em organismos como a Liga Árabe e em instituições internacionais ligadas ao Islã, o que lhe rende dividendos em termos de investimentos.

O interesse estratégico dos países do Golfo pela região do Chifre da África explica-se, entre outros fatores, pela presença do estreito de Bab-al-Mandab, importante entreposto comercial para a exportação de petróleo do Golfo para a Europa, bem como por sua proximidade em relação ao Iêmen (cerca de 30 km), onde, desde 2015, a Arábia Saudita lidera coalizão de países árabes contra os

rebeldes houtis. Desde o lançamento da operação, nota-se aumento da presença militar dos países do Golfo na região. Em 2015, os EAU concluíram acordo com a Eritreia para o estabelecimento de base militar no porto de Assab. Em 2017, os EAU anunciaram que estavam construindo base militar no porto de Berbera, na região autônoma da Somalilândia. Também se encontra em negociação, como já observado, o estabelecimento de base militar da Arábia Saudita no Djibuti.

Relações com o Iêmen

O país também vinha trabalhando em conjunto com o governo do Iêmen com o objetivo de construir uma ponte que conecte os dois territórios através do Mar Vermelho.

Em relação à instabilidade no Iêmen, o Djibouti tem recebido centenas de cidadãos de diferentes nacionalidades buscando escapar da zona de conflito. Frente a tal cenário, o presidente Guelleh formou um comitê de crise para lidar com a repatriação de seus cidadãos e com a entrada de estrangeiros que fogem do conflito civil iemenita. Segundo o governo djibutiano, o país tem reduzida capacidade para lidar com a situação dos refugiados e necessita de ajuda internacional.

IGAD

No plano regional, o Djibuti tem atuado com empenho no âmbito da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Organismo fundado em 1986, com sede na capital djibutiana, a IGAD foi idealizada pelo ex-Presidente Hassan Aptidon e teve, em sua origem, por objetivo precípua, coordenar políticas e estratégias de combate à seca e de promoção do desenvolvimento. Posteriormente, a IGAD passou a voltar sua atenção para a solução de conflitos regionais, como nos casos da Somália, do Sudão e do Sudão do Sul. A IGAD constitui atualmente importante foro político sub-regional no continente africano. Além de Djibuti, integram a IGAD: Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão do Sul, Sudão e Uganda.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Um dos menores países da África em termos populacionais (cerca de 860 mil habitantes), o Djibuti, por sua localização estratégica, tem recebido importantes investimentos externos na área de infraestrutura, o que tem permitido ao país

apresentar elevadas taxas de crescimento nos últimos anos (acima de 6% entre 2014 e 2017).

Não obstante, o Djibuti ainda se defronta com o desafio de promover a diversificação de sua economia. O setor de serviços responde por cerca de 75% do PIB, em virtude do peso das atividades portuárias e da presença de bases navais no país (EUA, França, China e Japão). O Djibuti pode ser considerado foco de estabilidade em meio a entorno regional tradicionalmente conturbado (Somália, Eritreia, Iêmen), o que também constitui fator decisivo para a obtenção de investimentos em sua infraestrutura.

No médio prazo, consolidar o Djibuti como centro comercial e logístico regional deverá continuar a ser o principal objetivo do governo de Guelleh. Essa meta é sustentada por esquemas de infraestrutura ambiciosos, historicamente financiados por contratação de dívida pública. Devido à alta dívida externa assumida nos últimos anos, o governo djibutiano tem buscado substituir a política de investimento financiado por dívida pública por uma focada na captação de investimentos externos.

O país mantém estreitas relações com a Etiópia, que responde por mais de 80% do tráfego nos portos do Djibuti (por ser desprovida de litoral) e abastece o país com água potável e energia hidrelétrica, o que reduz a dependência do Djibuti de petróleo importado. No geral, a integração entre os vizinhos é benéfica aos dois países, mas observa-se certa vulnerabilidade djibutiana na medida em que qualquer revés na economia etíope reverberaria fortemente em sua economia.

Outro grande parceiro é a China, que se configura como importante fonte de financiamento, já que o Djibuti oferece fácil acesso ao mercado etíope, pelo qual a China nutre especial interesse. No entanto, investimentos chineses podem sofrer quedas com o crescente interesse etíope em diversificar seu acesso ao mar. Diante disso, o Djibuti continuará buscando relações econômicas mais profundas com parceiros não tradicionais, como o Egito ou o Japão.

No que se refere à balança comercial, o Djibuti apresenta grande déficit comercial estrutural, impulsionado pela importação de bens para o mercado doméstico (principalmente alimentos, combustíveis e eletricidade). O Djibuti é praticamente desprovido de terras aráveis, com pouco desenvolvimento nos setores agrícola e industrial e força de trabalho em grande parte não qualificada. Suas exportações se resumem a animais vivos, café, chá e madeira.

Em 2017, mais de 52% das importações do Djibuti provieram da China, seguida pela Indonésia (4,8%) e Índia (4,7%). Já com referência às exportações, os maiores compradores foram Arábia Saudita (37,7%) Estados Unidos (23,6%), e Países Baixos (4,1%). O Brasil consta como o 14º principal fornecedor para a economia do Djibuti e o 54º destino de suas exportações.

O comércio bilateral entre Brasil e Djibuti é pouco expressivo, correspondendo apenas a 0,000005% das importações e a 0,029% das exportações brasileiras com o mundo. Os principais produtos exportados pelo Brasil são açúcar refinado (74%) e carne de frango (11%). Peixes vivos correspondem a 99% das importações brasileiras.

A área de infraestrutura mostra-se a mais promissora para operação de empresas brasileiras, embora o Brasil demonstre histórico de atuação restrita. Registre-se a construção de terminal de contêineres no Porto de Djibuti pela Construtora Odebrecht, com investimentos em torno de US\$ 300 milhões, até 2007, bem como participação na construção de terminal para combustíveis no mesmo porto, em parceria com empresa dos Emirados Árabes Unidos, concluído em 2005.

Também há potencial, em princípio, de cooperação com o Brasil na área energética. O país busca prospectar reservas de petróleo e gás em seu território e, por outro lado, investir em fontes alternativas de energia, em especial a energia geotérmica.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1888	Colônia francesa da Somalilândia estabelecida na região.
1892	Djibuti se torna a capital da Somalilândia Francesa.
1946	O Djibuti se torna território ultramarino dentro da União Francesa, com legisladores próprios e representantes no parlamento francês.
1958	Djibuti vota a favor de se tornar parte da Comunidade Francesa.
1967	Realização de referendo, no qual os afares e os europeus votam a favor da manutenção do território como parte da Comunidade Francesa. A Somalilândia Francesa passa, então, a se chamar Território Francês dos Afares e dos Issas.
1977	Realização de novo plebiscito torna o Território Francês dos Afares e dos Issas independente, sob o nome de Djibuti. Hassan Gouled Aptidon assume o cargo de presidente após a independência.
1981	O Djibuti torna-se estado unipartidário: União Popular pelo Progresso (RPP).
1992	Adotada constituição que permite sistema multipartidário limitado. Início de conflitos no norte do país entre tropas do governo e a Frente pela Restauração da Unidade e da Democracia (FRUD). Deflagra guerra civil.
1994	O governo e a facção principal da FRUD assinam acordo de partilha de poder que deveria por fim à guerra civil. Facção radical da FRUD, no entanto, mantem-se na luta armada.

1999	Presidente Aptidon anuncia que não concorrerá às eleições presidenciais. Ismail Omar Guelleh, sobrinho e chefe de gabinete de Aptidon, é eleito seu sucessor.
2000	O governo e a facção radical da FRUD assinam acordo de paz que finalmente põe fim à guerra civil.
2005	O presidente Guelleh concorre novamente às eleições presidenciais como único candidato, sob boicote dos candidatos da oposição.
2008	Eclosão de conflitos entre tropas djibutianas e eritreias na região em disputa de Ras Doumeira.
2010/abr	O parlamento aprova emenda constitucional que permite que o presidente concorra a um terceiro mandato.
2010/jun	Eritreia e Djibuti entram em acordo para resolução pacífica de questões fronteiriças.
2011	Presidente Guelleh vence mais uma eleição sob boicote da oposição.
2013	Após sucessivos boicotes eleitorais, candidatos de oposição concorrem às eleições parlamentares, e conquistam 10 dos 65 assentos. A oposição, no entanto, acusou o governo de fraude nas eleições e iniciou boicote às sessões parlamentares.
2015	Assinatura de acordo-quadro entre governo e oposição, em dezembro de 2014, 8 parlamentares da oposição são reintegrados às sessões.
2017	Presidente Guelleh vence a quarta eleição.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1996	Estabelecimento de relações diplomáticas por meio de assinatura de comunicado conjunto pelos Representantes do Brasil e do Djibuti junto
-------------	--

	à ONU.
2005	Visita ao Brasil do presidente do Djibuti, Ismail Omar Guelleh, para participar da I Cúpula América do Sul–Países Árabes (ASPA).
2010	A Embaixada brasileira em Adis Abeba (Etiópia) substitui a Embaixada brasileira em Nairóbi (Quênia) na função de representar cumulativamente o Brasil junto às autoridades djibutianas.
2011	Djibuti é incluído no rol de beneficiários da Lei 12.429, que regulamenta a doação de estoques públicos de alimentos pelo Governo Brasileiro.
2012	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica na Chancelaria djibutiana, por ocasião da apresentação de credenciais da Embaixadora brasileira não residente.
2013	Visita ao Brasil do Embaixador Rached Farad, Delegado Permanente do Djibuti junto à UNESCO, acompanhado do Embaixador do Djibuti em Havana, Ayeid Mousseid Yahya, com o objetivo de obter o apoio brasileiro à candidatura do Embaixador Farah à Direção Geral da UNESCO.

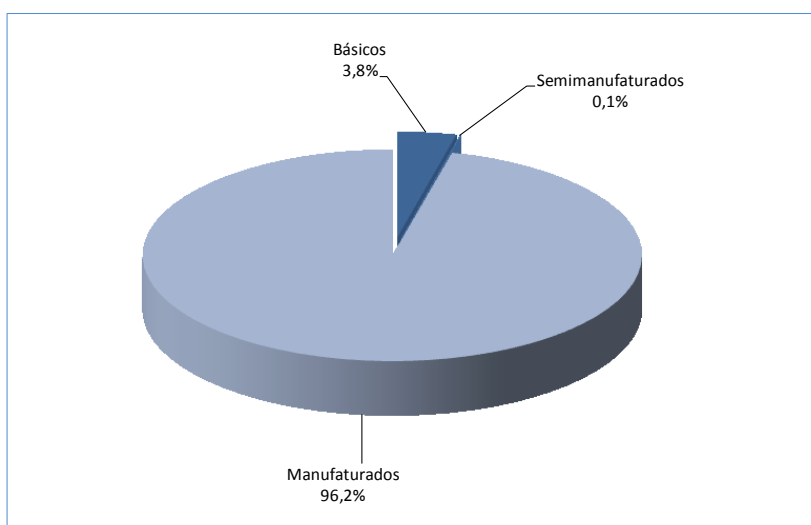
ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	STATUS
Acordo De Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Djibuti	14/02/2012		Aguarda ratificação da outra Parte

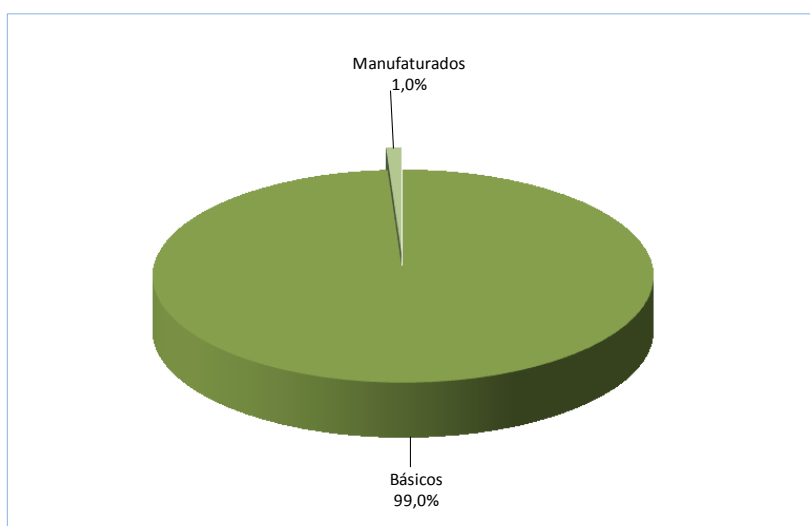
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



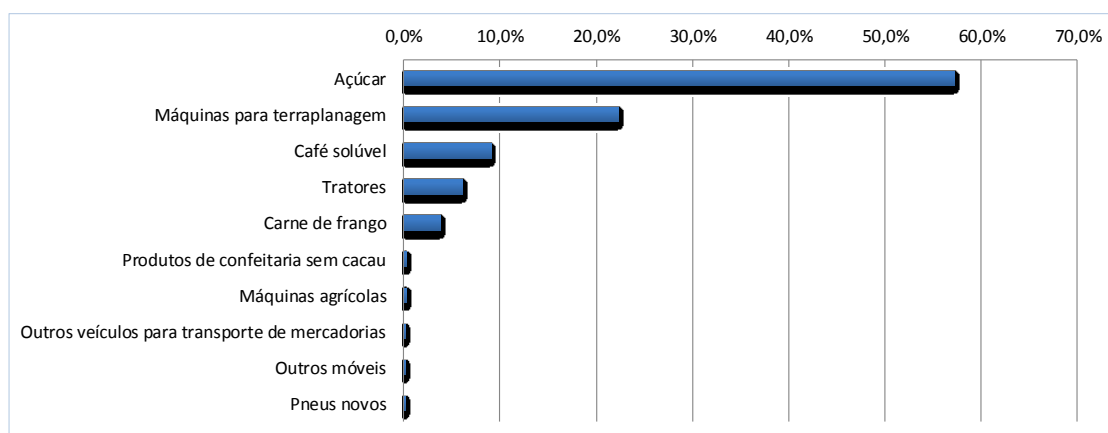
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Djibuti (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	3.840	26,8%	79.533	87,8%	35.606	57,3%
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	0	0,0%	13.865	22,3%
Café solúvel	5.811	40,5%	7.272	8,0%	5.661	9,1%
Tratores	1.304	9,1%	1.523	1,7%	3.803	6,1%
Carne de frango	2.064	14,4%	1.532	1,7%	2.359	3,8%
Produtos de confeitaria sem cacau	128	0,9%	122	0,1%	206	0,3%
Máquinas agrícolas	0	0,0%	0	0,0%	175	0,3%
Outros veículos para transporte de mercadorias	0	0,0%	0	0,0%	98	0,2%
Outros móveis	49	0,3%	53	0,1%	94	0,2%
Pneus novos	136	0,9%	220	0,2%	91	0,1%
Subtotal	13.332	93,0%	90.255	99,6%	61.958	99,6%
Outros	1.008	7,0%	323	0,4%	227	0,4%
Total	14.340	100,0%	90.578	100,0%	62.185	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

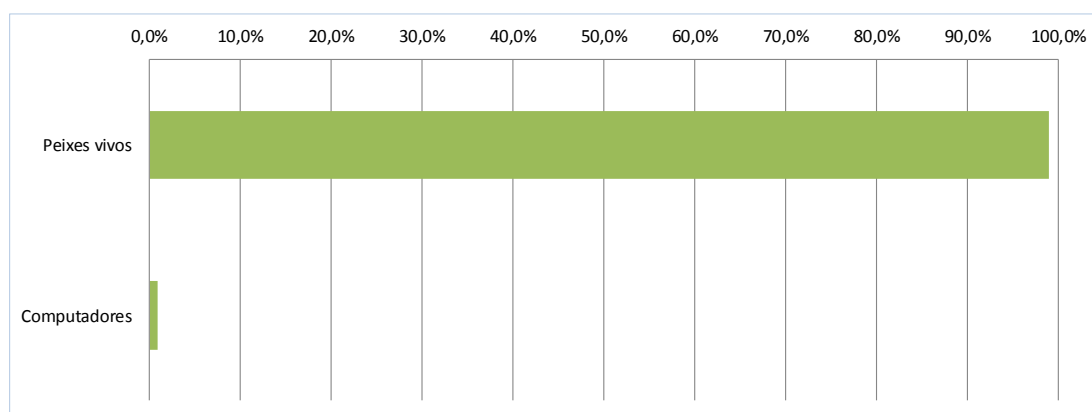


Composição das importações brasileiras originárias do Djibuti(SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Peixes vivos	0,00	0,0%	7,83	98,4%	6,85	99,0%
Computadores	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,07	0,9%
Outras obras de borracha vulcanizada	9,46	100,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Subtotal	9,46	100,0%	7,83	98,4%	6,91	100,0%
Outros	0,00	0,0%	0,13	1,6%	0,00	0,0%
Total	9,46	100,0%	7,96	100,0%	6,92	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



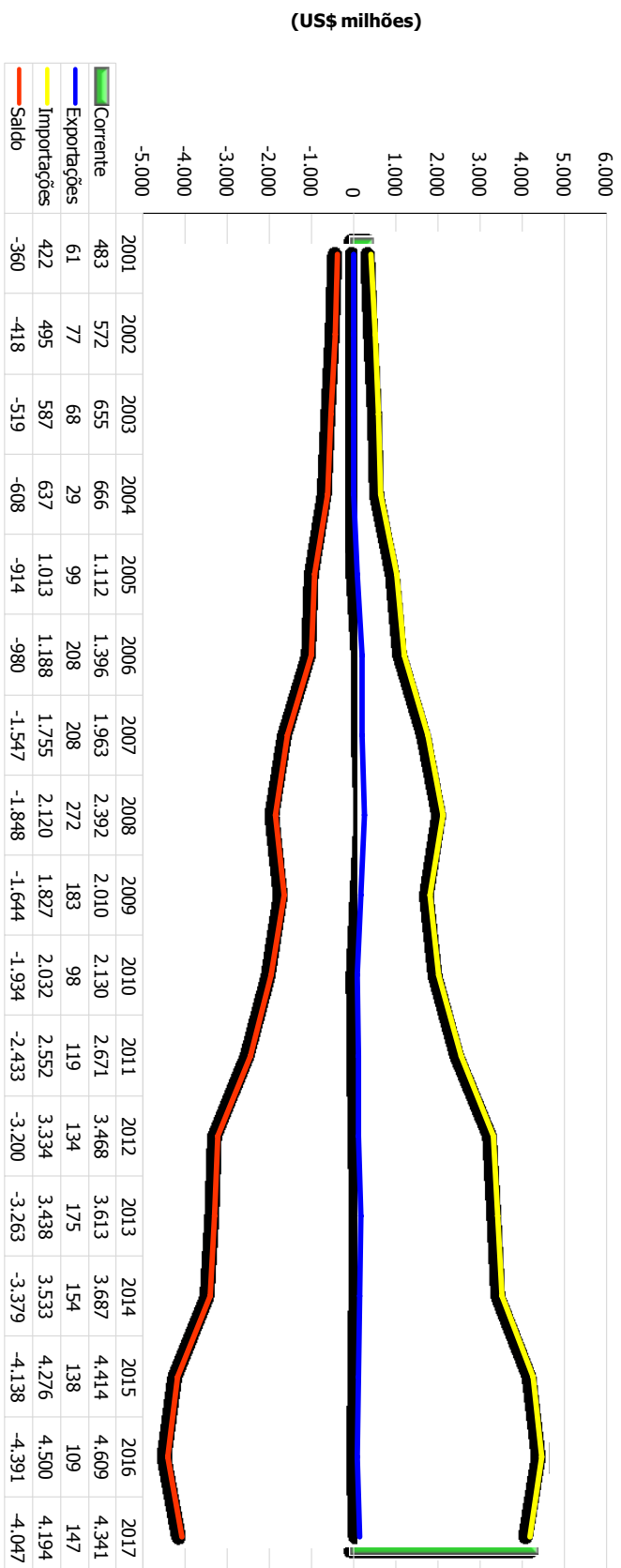
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Açúcar	15.698	75,0%	9.500	74,2%	Açúcar 4,2%
Carne de frango	824	3,9%	1.363	10,6%	Carne de frango 10,6%
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	1.164	9,1%	Máquinas para terraplanagem 9,1%
Café solúvel	3.286	15,7%	392	3,1%	Café solúvel 3,1%
Água oxigenada	0	0,0%	162	1,3%	Água oxigenada 1,3%
Produtos de confeitaria sem cacau	0	0,0%	96	0,7%	Produtos de confeitaria sem cacau 0,7%
Veículos para transporte de mercadorias	49	0,2%	50	0,4%	Veículos para transporte de mercadorias 0,4%
Automóveis de passageiros	0	0,0%	39	0,3%	Automóveis de passageiros 0,3%
Maçãs, pêras, marmelos	0	0,0%	16	0,1%	Maçãs, pêras, marmelos 0,1%
Papel e cartão para escrita e impressão	42	0,2%	11	0,1%	Papel e cartão para escrita e impressão 0,1%
Subtotal	19.899	95,1%	12.793	99,9%	
Outros	1.030	4,9%	9	0,1%	
Total	20.929	100,0%	12.802	100,0%	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Peixes vivos	1,57	93,2%	7,50	89,7%	Peixes vivos 89,7%
Assentos	0,00	0,0%	0,86	10,3%	Assentos 10,3%
Subtotal	1,57	93,2%	8,36	100,0%	
Outros produtos	0,11	6,8%	0,00	0,0%	
Total	1,68	100,0%	8,36	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Comércio Djibuti x Mundo



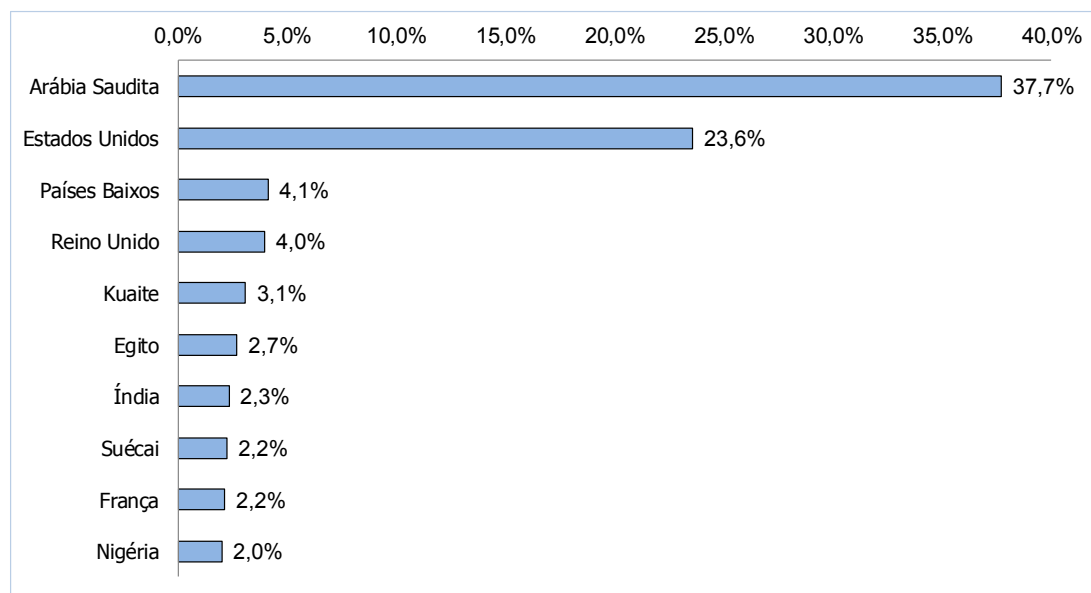
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, May 2018.
Djibuti não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações do Djibuti
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Arábia Saudita	55,47	37,7%
Estados Unidos	34,67	23,6%
Países Baixos	6,07	4,1%
Reino Unido	5,85	4,0%
Kuaite	4,57	3,1%
Egito	4,00	2,7%
Índia	3,43	2,3%
Suécai	3,31	2,2%
França	3,17	2,2%
Nigéria	2,97	2,0%
...		
Brasil (54º lugar)	0,01	0,005%
Subtotal	123,51	84,0%
Outros países	23,60	16,0%
Total	147,11	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Djibuti não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

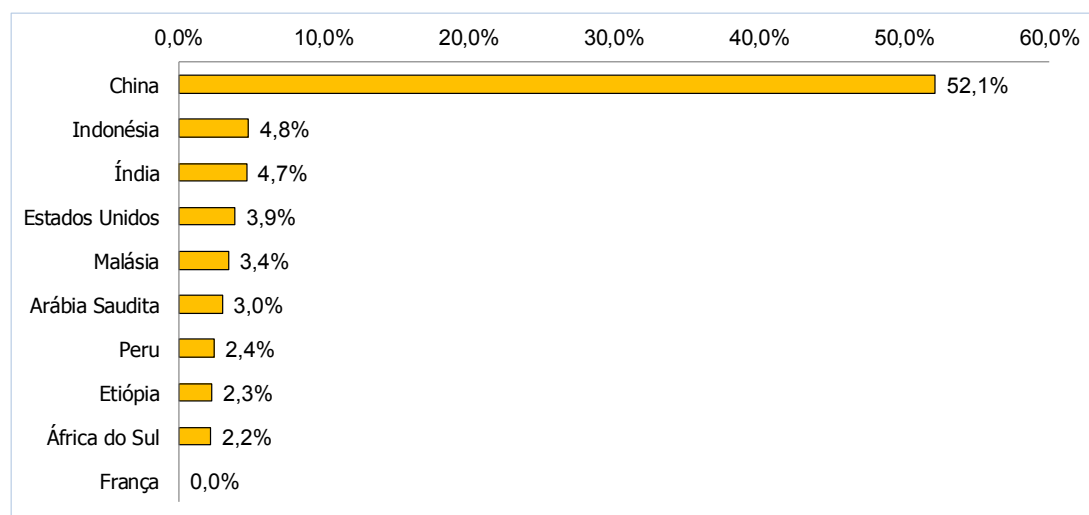


Principais origens das importações do Djibuti
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	2.187	52,1%
Indonésia	202	4,8%
Índia	196	4,7%
Estados Unidos	163	3,9%
Malásia	144	3,4%
Arábia Saudita	126	3,0%
Peru	103	2,4%
Etiópia	96	2,3%
África do Sul	93	2,2%
França		0,0%
...		
Brasil (14º lugar)	62	1,5%
Subtotal	3.372	80,4%
Outros países	822	19,6%
Total	4.194	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Djibuti não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

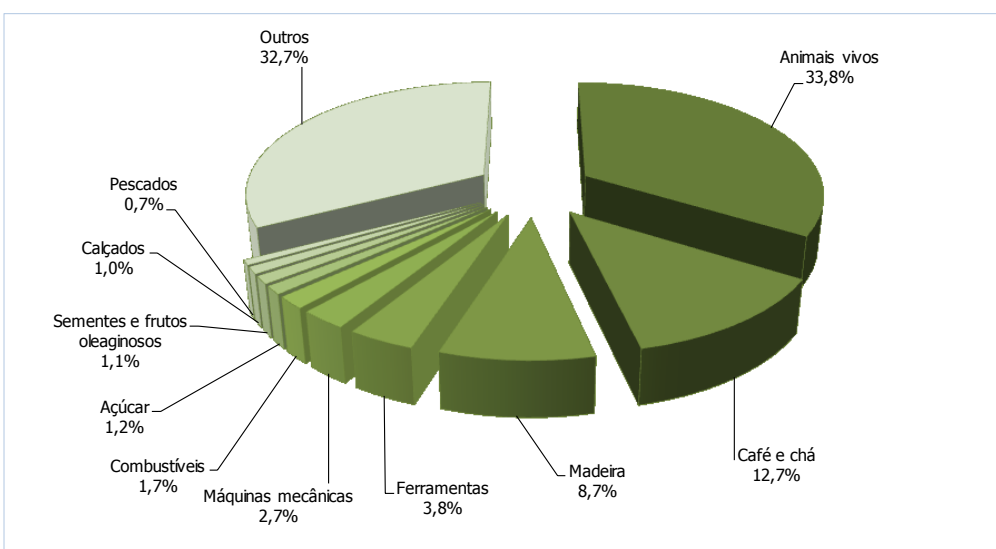


Composição das exportações do Djibuti (SH2)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Animais vivos	49,67	33,8%
Café e chá	18,64	12,7%
Madeira	12,73	8,7%
Ferramentas	5,60	3,8%
Máquinas mecânicas	3,95	2,7%
Combustíveis	2,57	1,7%
Açúcar	1,73	1,2%
Sementes e frutos oleaginosos	1,65	1,1%
Calçados	1,48	1,0%
Pescados	1,04	0,7%
Subtotal	99,06	67,3%
Outros	48,05	32,7%
Total	147,11	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Djibuti não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



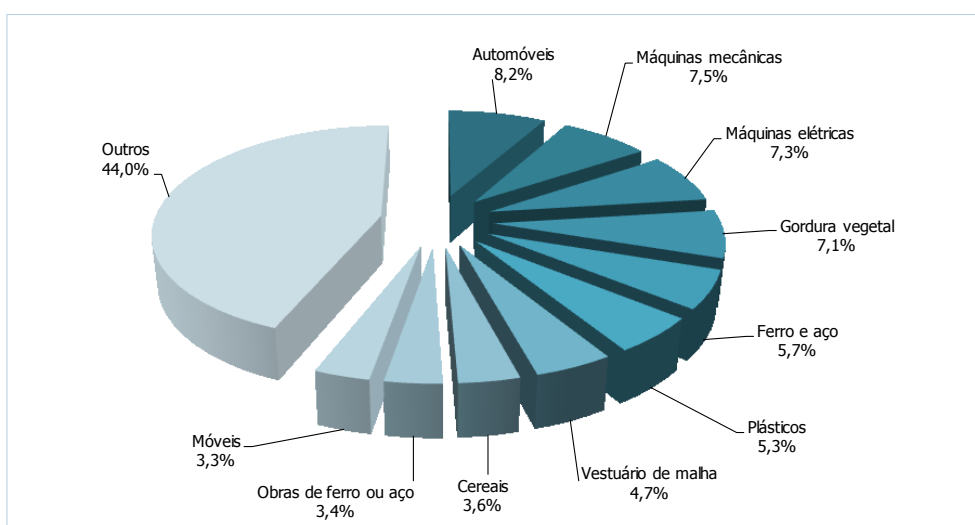
Composição das importações do Djibuti (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Automóveis	343	8,2%
Máquinas mecânicas	315	7,5%
Máquinas elétricas	307	7,3%
Gordura vegetal	297	7,1%
Ferro e aço	237	5,7%
Plásticos	224	5,3%
Vestuário de malha	196	4,7%
Cereais	152	3,6%
Obras de ferro ou aço	141	3,4%
Móveis	138	3,3%
Subtotal	2.350	56,0%
Outros	1.844	44,0%
Total	4.194	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Djibuti não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUDÃO DO SUL



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Junho de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE O SUDÃO DO SUL	
NOME OFICIAL:	República do Sudão do Sul
GENTÍLICO:	Sul-sudanês
CAPITAL:	Juba
ÁREA:	619.745 km ²
POPULAÇÃO:	13.026.129 (CIA, 2017)
IDIOMAS OFICIAIS:	Inglês (oficial); árabe (dialetos locais); mais de 60 línguas nativas (entre as quais o Dinka, falado por cerca de 2 milhões)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo (60,5%); Islamismo (6,2%); crenças autóctones e religiões sincréticas (32,9%); outras (0,4%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral; casas da Legislatura Nacional (National Legislature): Assembleia Nacional Legislativa (National Legislative Assembly) e Conselho dos Estados (Council of States)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Salva Kiir Mayardit (desde 9/7/ 2011)
CHANCELER:	Deng Alor Kuol (desde 2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI, 2017):	US\$ 2,87 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (FMI, 2017):	US\$ 18,74 bilhões

PIB PER CAPITA (FMI, 2017):	US\$ 228,03
PIB PPP PER CAPITA (FMI, 2017):	US\$ 1.489,08
VARIAÇÃO DO PIB:	-6,3% (2017); -13,8% (2016); -0,2% (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (PNUD, 2016)	0,418 (181ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2016)	56,1 anos
ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2016)	31,9 %
ÍNDICE DE DESEMPREGO	n.d.
UNIDADE MONETÁRIA	Libra sul-sudanesa
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Não designado
BRASILEIROS NO PAÍS	Não há registro
EMBAIXADOR DO BRASIL NO SUDÃO DO SUL	Octávio Henrique Côrtes (cumulativo)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – SUDÃO DO SUL (fonte: MDIC) US\$ mil FOB

BRASIL → SUDÃO DO SUL	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	-	-	-	-	-	-	-	29,1	692	216,9
Exportações	-	-	-	-	-	-	-	29,1	692	192,1
Importações	-	-	-	-	-	-	-	0	0	24,8
Saldo	-	-	-	-	-	-	-	29,1	692	167,3

Informação elaborada em 12 de junho de 2018, pelo PS Augusto César Teixeira Leite (DIAOS), e revisada pelo Ministro Paulo Cypriano, chefe da DIAOS, em 13 de junho de 2018

APRESENTAÇÃO

A República do Sudão do Sul, país mais jovem do mundo, tornou-se independente em 9 de julho de 2011, com extensivo apoio da comunidade internacional. A independência do país foi uma decorrência da divisão histórica do antigo Sudão ao longo de linhas étnicas e religiosas –O norte majoritariamente árabe e muçulmano e o sul cristão ou animista- o que levou, por mais de 50 anos, a recorrentes conflitos civis, os quais podem ter custado a vida de 2,5 milhões de

peças. O país é membro das Nações Unidas (ONU), da União Africana (UA), bem como de outros organismos e mecanismos de concertação regionais, como a Comunidade da África Oriental (EAC) e a Autoridade Intergovernamental de Desenvolvimento (IGAD).

Apesar da conclusão exitosa do processo de secessão e da criação, em 2011, da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), a história independente do Sudão do Sul esteve marcada, desde seu início, por instabilidades e por conflitos armados localizados. Em dezembro de 2013, eclodiu conflito civil de proporções nacionais no Sudão do Sul, motivado pela cisão entre as principais facções do governo recém-constituído, ligadas aos dois maiores grupos étnicos do país: dinka e nuer. Em que pesem os esforços de mediação da IGAD, que conduziram à assinatura, em 2015, do Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (ARCSS), a crise política e de segurança no Sudão do Sul permanece preocupante, com graves consequências no plano humanitário. Em 2017, foi estimado em 4,6 milhões o número de refugiados e de deslocados internos no Sudão do Sul. Segundo projeções do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), ao fim de 2018, o número de refugiados sul-sudaneses deverá ultrapassar 3 milhões. Segundo o ACNUR e o Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), a crise sul-sudanesa poderá tornar-se a maior crise de refugiados na África desde o genocídio de Ruanda (1994).

A economia do Sudão do Sul é baseada na agricultura de subsistência e na exploração do petróleo, cujas reservas, estimadas em 3,5 bilhões de barris, são consideradas as terceiras maiores da África subsaariana. O recrudescimento do conflito civil prejudicou fortemente a economia do país, sobretudo devido à queda na produção de petróleo. Em 2017, a economia sul-sudanesa retraiu-se em 11%.

O Sudão do Sul foi reconhecido pelo Brasil no dia de sua independência (9/7/2011). A instabilidade política e de segurança no Sudão do Sul impediu, contudo, maior aproximação bilateral.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SALVA KIIR MAYARDIT

Presidente



Salva Kiir Mayardit, de etnia dinka, nasceu em 1951, na região de Bahr el Ghazal, oeste do Sudão do Sul. Em fins da década de 1960, ingressou no grupo separatista sul-sudanês “Anyar Nya”, que lutava contra as forças de Cartum durante a I Guerra Civil Sudanesa. Em 1983, junto com outros líderes sul-sudaneses, fundou o “Movimento de Libertação do Povo do Sudão” (SPLM), principal agrupamento de facções rebeldes a lutar pela secessão do sul do Sudão durante a II Guerra Civil Sudanesa.

Durante a década de 1990, Salva Kiir exerceu a função de Comandante do Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA), braço armado do SPLM. Após a assinatura do “Acordo Abrangente de Paz” (AAP) entre o Governo do Sudão e o SPLM, que pôs fim à guerra civil sudanesa, em janeiro de 2005, Salva Kiir assumiu o cargo de Vice-Presidente da região autônoma do Sul do Sudão. No entanto, apenas três semanas depois, com a morte do líder John Garang, coube a Salva Kiir ocupar o cargo de Presidente do Sul do Sudão e de Primeiro-Vice-Presidente do Sudão, conforme os termos do AAP. Em 2010, Kiir foi reeleito para a Presidência do Sul do Sudão, com 93% dos votos, o que levou o Presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, a indicá-lo novamente ao posto de Primeiro-Vice-Presidente do Sudão.

Com a secessão do Sudão do Sul, Salva Kiir assumiu, em 9 de julho de 2011, o cargo de Presidente do novo país. Inicialmente previsto para encerrar-se em 2015, o mandato do presidente Salva Kiir foi estendido até julho de 2018 pelo Parlamento sul-sudanês, devido à eclosão de conflito civil no país, em 2013, que tornou muito difícil a realização de eleições.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil situou-se entre os primeiros países que reconheceram o Sudão do Sul e estabeleceram relações diplomáticas com o país, em 9/7/2011, no próprio dia de sua independência. O Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre o Brasil e o Sudão do Sul foi assinado em Juba pelo então Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos III do Itamaraty, responsável pelas relações do Brasil com a África e o Oriente Médio, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, representante brasileiro à cerimônia de independência do país, e pelo então Chanceler sul-sudanês Deng Alor.

A abertura de embaixada sul-sudanesa em Brasília chegou a ser anunciada por nota verbal ao Itamaraty em dezembro de 2011. Contudo, o recrudescimento das tensões entre o Sudão e o Sudão do Sul no período pós-independência do Sul, as fortes restrições orçamentárias enfrentadas por Juba em função da interrupção temporária da produção de petróleo do país, entre 2012 e 2013, bem como a eclosão, em dezembro de 2013, de conflito civil no país, impediram o país de efetivar um relacionamento mais atuante com relação ao Brasil, inclusive no que diz respeito à abertura de embaixada residente em Brasília.

Em fevereiro de 2013, foi criada, por meio do Decreto nº 7914, a embaixada brasileira em Juba, cumulativa com a Embaixada em Adis Abeba.

Cooperação técnica

Em função, sobretudo, de constrangimentos impostos pelo cenário político doméstico no Sudão do Sul, não há projetos ou iniciativas de cooperação em negociação ou implementação entre os dois países. Juba já expressou, contudo, seu desejo de beneficiar-se de cooperação com o Brasil, que é visto como um parceiro potencialmente estratégico para o desenvolvimento sul-sudanês. Autoridades sul-sudanesas mencionaram as seguintes áreas como prioritárias para eventual início da cooperação: agricultura, pecuária de corte e leiteira, bem como exploração petrolífera. O Sudão do Sul tem a percepção de que o desenvolvimento agrícola, como vetor de promoção da segurança alimentar, da inclusão social e da preservação ambiental, é crucial para o país. Há, dessa maneira, oportunidades para uma presença brasileira no país a médio e longo prazos, nesse campo.

Uma parceria na área agrícola com o Brasil poderia dar-se, na visão de ambos os países, não somente no campo da cooperação técnica, mas também no campo econômico-comercial, seja por meio de investimentos, seja por meio da aquisição, em bases comerciais, de maquinário, insumos e tecnologias agrícolas. O governo do Sudão do Sul chegou a manifestar seu desejo de enviar a Brasília missão de alto nível para os primeiros contatos com o Governo brasileiro nessa área. Foi igualmente discutida proposta de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica bilateral, a qual não teve encaminhamento devido ao cenário de conflito civil por que passa o Sudão do Sul.

Cooperação humanitária

Em 2012, a cooperação brasileira com o país deu-se no contexto da cooperação humanitária em apoio às atividades do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Sudão e no Sudão do Sul. A contribuição brasileira (de US\$ 300 mil) ao ACNUR visou ao apoio a ações emergenciais empreendidas no Sudão e no Sudão do Sul (com valor dividido igualmente), em favor de refugiados, deslocados internos e pessoas em situação de vulnerabilidade nos dois países.

Em 2016, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em caráter de cooperação humanitária, destinou US\$ 100.000 ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), em apoio ao projeto PRRO South Sudan 200572 "Food and Nutrition Assistance for Relief and Recovery, Supporting Transition and Enhancing Capabilities to Ensure Sustainable Hunger Solutions". O projeto possui como objetivo central a execução de programas de recuperação, transição e resiliência em áreas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Âmbito multilateral

Na esfera multilateral, o Brasil manifestou nos foros apropriados, em especial no Conselho de Segurança, seu apoio ao Acordo Abrangente de Paz (AAP), assinado em 2005, entre o Governo do Sudão e rebeldes do Sul, que veio a permitir a realização do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul. O Brasil também cooperou para a implementação do AAP ao enviar missão de observadores às eleições gerais de 2010, composta de parlamentares (os então Deputados Nilson Mourão e Washington Luiz) e de diplomata brasileiro. Por ocasião do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul, em janeiro de 2011, o Brasil novamente enviou missão de observadores, composta de dois diplomatas.

O Brasil também apoiou o processo de paz entre Sul e Norte por meio do envio de policiais e oficiais à Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), substituída, após a independência do Sudão do Sul, pela Missão de Assistência das Nações Unidas para o Sudão do Sul (UNMISS). Atualmente, 6 policiais, 5 observadores militares e 5 oficiais do Estado Maior brasileiros integram a Missão. O Brasil também mantém 2 observadores militares, que integram a Força Interina das Nações Unidas em Abyei (UNISFA), região em disputa entre o Sudão e o Sudão do Sul.

ASSUNTOS CONSULARES

A jurisdição consular do Brasil no Sudão do Sul corresponde à Embaixada em Adis Abeba (cumulativa). Não há repartições consulares honorárias em território sul-sudanês. Não há outras informações sobre perfil e estimativa de tamanho da comunidade brasileira no Sudão do Sul.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil ao Sudão do Sul.

POLÍTICA INTERNA

Antecedentes

A história recente do Sudão do Sul é marcada por conflitos com o vizinho ao norte, o Sudão, os quais culminaram com a secessão sul-sudanesa em julho de 2011. As duas regiões, embora unidas por mais de 50 anos em um mesmo país, apresentam características distintas. O Norte possui população predominantemente árabe e muçulmana. O Sul é povoado por diversas etnias subsaarianas, entre as quais predominam o cristianismo (ação de missionários cristãos que também difundiram a língua inglesa) e crenças animistas.

Os motivos para as dissensões entre as duas regiões remontam ao ano de 1821, quando o otomano Mohamed Ali Pasha dominou o Egito e o Sudão. O sul do

Sudão era integrado à economia egípcio-sudanesa, para a qual fornecia, principalmente, escravos, madeira e marfim. O controle político turco-egípcio sobre o Sudão, contudo, nunca se firmou de forma plena sobre o sul, em razão das dificuldades de governar estrutura social caracterizada por múltiplos centros tribais e imensa diversidade cultural. Estima-se que a região do atual Sudão do Sul fosse povoada, no início do século XIX, por cerca de 13 milhões de indivíduos, agrupados em mais de 150 etnias.

Em 1875, Ismail Pasha, descendente de Mohamed Ali Pasha, sob então forte influência britânica, contratou o militar inglês George Chinese Gordon para consolidar o domínio turco-egípcio sobre o sul. Gordon tornou-se Governador da província de Equatoria no atual Sudão do Sul e, mais tarde, Governador-Geral do Sudão. Nessa condição, Gordon impôs a abolição da escravidão para todo o Sudão, ainda que, em diversas regiões do sul, o tráfico de escravos se tenha mantido. A ação, no entanto, surtiu efeitos imediatos. A dependência sudanesa em relação à comercialização de escravos era tamanha que a decisão do britânico causou severa crise econômica e revoltas diversas. Essa situação foi aproveitada pelo sudanês Muhammad Ahmad Al-Mahdi, que uniu vasto exército islâmico e derrotou os ingleses, libertando o Sudão do domínio turco-egípcio e reinstituindo a escravidão. O Sul voltou a ser importante fonte de marfim, madeiras e escravos.

A área que corresponde aos atuais estados do Sudão e do Sudão do Sul foi reconquistada por exército anglo-egípcio, liderado pelo britânico Lord Kitchener, em 1898. Desde então, todo aquele território foi governado, até 1956, pelo Condomínio Anglo-Egípcio. Os ingleses, contudo, ao perceberem as profundas diferenças culturais entre o norte e o sul, decidiram separar formalmente a administração das duas regiões. Sucessivas leis determinaram a necessidade de obter-se permissão para visitar ou comercializar no sul do Sudão, inclusive para indivíduos do norte. A língua oficial adotada para a região foi o inglês, juntamente com línguas locais como o Dinka, o Nuer, o Shilluk e o Azande.

Em 1946, no entanto, quando os ingleses começaram a preparar sua retirada do Sudão, as autoridades coloniais decidiram consolidar no norte a administração de toda a região que corresponde hoje aos dois estados. A decisão tinha por premissa a percepção de inviabilidade da independência do território ao sul. Ademais, também foram levadas em conta as pressões exercidas pelo Egito, que ansiava pela manutenção de seu domínio sobre o Sudão, e desejava assegurar a

maior extensão de terras por onde o Nilo corresse. Deve-se ressaltar que a decisão foi tomada à revelia dos habitantes do sul.

Em 1954, após onda de protestos nacionalistas em Cartum, foi criado o parlamento sudanês, o que marcou o início do processo de independência do Sudão, obtida em 1º de janeiro de 1956. O Governo do Sudão foi formado pela elite urbana de Cartum, de origem árabe, sem participação relevante do sul nos processos decisórios do país.

Primeira guerra civil sudanesa

A resposta do sul aos movimentos de Cartum veio um ano antes da independência. Em 1955, na cidade de Torit, militares do Equatoria Corps - o "exército" sulista criado pelos britânicos em 1917 - recusaram-se a cumprir ordens de se deslocar para o Norte.

O motim de Torit é considerado o início da primeira guerra civil sudanesa. Começou, então, o conflito entre Cartum e o movimento rebelde Anya Nya (nome que significa "veneno de serpente", adotado, em 1963, pela guerrilha semiorganizada dos povos do sul sob a liderança de Joseph Lagu). Em 1969, com a tomada do poder em Cartum pelo Coronel Gaafar Nimeiry, abriu-se a possibilidade de se negociar a paz. O novo governo do militar sudanês desejava, como gesto inaugural, terminar o conflito, que consumia recursos e vidas.

Em 1972, foi assinado o Acordo de Adis Abeba entre o Anya Nya e Cartum, o qual dava autonomia relativa ao sul do Sudão. Conseguiu-se que a região fosse governada como uma só entidade, sem divisões e com grande independência face ao governo de Cartum. Membros do Anya Nya seriam integrados ao Exército sudanês e determinou-se que, no sul do Sudão, as forças armadas seriam compostas, equitativamente, por 6.000 sulistas e 6.000 nortistas. O Acordo também estipulava valores para projetos de desenvolvimento no sul.

Segunda guerra civil sudanesa

Ao final da década de 1970 e início da década de 1980, contudo, a paz entre o norte e o sul do Sudão deteriorou-se, levando ao reinício do conflito em junho de 1983. A causa imediata da retomada das hostilidades foi a decisão de Cartum de redividir o sul em três regiões, tomada em junho de 1983 pelo presidente Gaafar Nimeiry. Analistas argumentam que a ação buscava enfraquecer a liderança única da região sul, com vistas a facilitar a exploração do petróleo, descoberto pela

Chevron em 1978/79 na região de Bentiu, no sul do país. Ademais, também em 1983, Nimeiry adotou a charia em todo o território do país, e eliminou os códigos civil e penal então existentes, marginalizando a população sulista, em sua maioria cristã.

Em meio à deterioração da paz entre as duas regiões, alguns oficiais sulistas, sob a liderança do Tenente-Coronel John Garang de Mabior, fugiram para a Etiópia e fundaram, na cidade de Gambella, o “Sudan People's Liberation Army” (SPLA). O braço político do grupo denominou-se, por sua vez, Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM).

Durante os governos dos Presidentes Nimeiry (1969-1985) e Sadiq Al-Mahdi (1986-1989), o exército sudanês estava enfraquecido, o que facilitou ao SPLA dominar quase todo o sul do Sudão. Em 1990, os rebeldes chegaram às portas de Juba e a algumas regiões do norte. A partir de 1991, contudo, o SPLA começou a perder força, em virtude de mudanças no contexto regional e de divisões internas. Parte dos revoltosos, os chamados unionistas, tinha interesse na refundação do Sudão em bases mais inclusivas para a população do sul, sem recurso à secessão. Outra parte, os ditos secessionistas, advogavam a independência do sul do Sudão. Durante a década de 1990, continuaram os enfrentamentos entre SPLA, exército sudanês e outros grupos rebeldes sulistas.

O Acordo Abrangente de Paz (AAP)

Em 1999, mudanças políticas fizeram com que as lideranças sudanesas adotassem postura mais flexível e pragmática quanto à possibilidade de se buscar a paz. As negociações para o fim do conflito contaram com a ativa participação do organismo sub-regional IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, com sede no Djibouti) e intensificaram-se a partir de 2002. Naquele ano, assinou-se o Protocolo de Machakos (Quênia), que estabeleceu governo semiautônomo no sul do Sudão (o GoSS, Governo do Sul do Sudão) e assegurou, aos sulistas, representação política em Cartum, bem como metade da renda total da produção de petróleo, concentrada no sul do Sudão.

O Protocolo de Machakos abriu caminho para acordo de caráter definitivo, o Acordo Abrangente de Paz (AAP), celebrado em Nairóbi, em janeiro de 2005, que estabeleceu a realização de referendo sobre a independência do sul do país em prazo de 6 anos, bem como de consulta específica à população da região de Abyei, zona petrolífera limítrofe entre o Sul e o Norte, sobre qual dos dois lados deveria

integrar. As Partes, contudo, nos termos do AAP, deveriam empreender esforços para que a opção pela unidade fosse atrativa aos sul-sudaneses.

Assim como o Protocolo de Machakos, o AAP também estabeleceu termos para a representação política dos povos do sul, além de determinar o compartilhamento da riqueza advinda da extração de petróleo. O novo governo sudanês resultante do Acordo (o Governo de Unidade Nacional do Sudão) foi integrado por grupos políticos do Norte (NCP) e do Sul (SPLM), e tomou posse em julho de 2005. Previu-se, ademais, a realização de eleições gerais em 2010, tanto no sul quanto no norte.

Nesse contexto, o líder do SPLA, Salva Kiir Mayardit assumiu a presidência do GoSS e a primeira vice-presidência do Governo de Unidade Nacional do Sudão, em agosto de 2005, após a morte de John Garang em acidente de helicóptero em Uganda. Kiir negociou com as diversas dissidências do SPLA e, em janeiro de 2006, o presidente do GoSS assinou a Declaração de Juba, pela qual as forças milicianas seriam integradas aos quadros do SPLA.

Nas eleições gerais de 2010, Kiir reelegeu-se presidente do GoSS por ampla maioria, o que lhe garantiu, nos termos do AAP, a vice-presidência do Sudão. Esse fato, aliado aos bons resultados obtidos pelo SPLM no pleito, foram fatores importantes para a realização do referendo de autodeterminação do sul.

Secessão do Sudão do Sul

Nos termos do AAP, foi realizado, em janeiro de 2011, referendo sobre a independência do sul do Sudão, com 98,83% do eleitorado optando pela secessão. O presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, aceitou os resultados e promulgou decreto que confirmou o referendo. Em 9 de julho de 2011, após período intermediário de seis meses estipulado pelo próprio AAP, foi emitida declaração formal de independência do Sudão do Sul, mais jovem país do continente africano. Salva Kiir assumiu a presidência do novo país.

A secessão sul-sudanesa tem importante caráter simbólico para a África. Trata-se do primeiro movimento endógeno no continente com vistas à redefinição de fronteiras, por votação e decisão consensuada de forma mútua (cumprir lembrar que a Eritréia, apesar de ter votado por sua independência em 1993, já havia existido como país autônomo antes de ser anexada pela Etiópia em 1962).

UNMISS

Um dia antes da independência do Sudão do Sul, o CSNU estabeleceu, por meio da Resolução 1996 (2011), a UNMISS (Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul). Entre os objetivos da missão, destacam-se o auxílio na consolidação de instituições sul-sudanesas, por meio da cooperação para a formulação de políticas nacionais em diversas áreas; a proteção da população civil; e a promoção da participação nos processos políticos, com o auxílio para a preparação e realização de eleições. A UNMISS conta, para isso, com uma das maiores forças (17 mil militares e 2,1 mil policiais autorizados a integrar a missão) e orçamentos (US\$ 1.081 bilhão) entre as operações de manutenção de paz.

Fissuras políticas e focos de insurgência pós-secessão

Com a secessão sul-sudanesa, as diversas forças políticas do país, frequentemente agrupadas em torno de interesses comunitários com matizes étnicos, passaram a disputar espaço por maior participação política nas instituições governamentais do novo país. Com isso, começam a surgir crescentes fissuras no amálgama político que havia sido moldado pelo SPLM/A em torno da causa comum de resistência ao norte. Em cenário de dificuldades econômicas, frequentes denúncias de corrupção e de mau gerenciamento das receitas provenientes do petróleo, também aumentou o descontentamento de parte da população com o governo do SPLM/A.

Nesse contexto, o governo sul-sudanês passou a enfrentar focos de insurgência armada de diversos grupos que se sentiam alijados do poder. O exemplo mais conspícuo foi o do Exército de Libertação do Sudão do Sul (SSLA), então liderado por George Athor, ex-General do SPLM/A, com aspirações ao governo do estado de Jonglei, no sudeste do país. Nessa região, foram logo reavivadas, ao longo de 2011, primeiro ano da independência, tensões internas próprias da sociedade sul-sudanesa, baseadas, em grande medida, em interesses comunitários de matiz étnico. Essas características são responsáveis pela conformação dos múltiplos grupos identitários e das dezenas de milícias ainda atuantes no país.

Assim, a título de exemplo, já em janeiro 2011, seis meses antes da independência do Sudão do Sul, intensificaram-se, no estado de Jonglei, violentos confrontos entre tribos das etnias Nuer e Murle, pelo controle de terra e gado. Os confrontos intertribais logo se transformaram em conflitos entre milícias armadas. O SSLA passou a apoiar militarmente as tribos Murle, que constituem a base étnica do comando da milícia. Por sua vez, o Nuer White Army, milícia de etnia Nuer, deu

declarações de que dizimaria os membros da etnia Murle. Focos de insurgência de características semelhantes irromperam em outras regiões do país.

A violência dos confrontos e as ameaças de assassinato em massa disseminaram, na comunidade internacional, o alerta de que os conflitos poderiam deteriorar em episódios de extermínio étnico, o que elevou as pressões para se alcançar uma resolução para a questão. Os esforços, por parte do governo sul-sudanês e da UNMISS, de repressão aos focos de insurgência e de intervenção nos confrontos tornaram-nos, contudo, alvos de recorrentes ataques armados.

Em 2012 e 2013 foram assinados acordos de paz entre o governo e diversos grupos insurgentes. Com isso, parte das tropas do SSLA e de outros grupos armados foi incorporada ao exército sul-sudanês. Os acordos não propiciaram, no entanto, solução definitiva para as clivagens estruturais, ainda latentes na sociedade do jovem país africano.

Racha no SPLM/A e o atual conflito civil

Em meados de dezembro de 2013, teve início o maior conflito civil desde a independência do Sudão do Sul, em 2011. Dessa vez, as hostilidades tiveram caráter predominantemente político. Tratou-se da divisão do SPLM/A em facções lideradas pelo presidente Salva Kiir e pelo ex-vice-presidente Riek Machar.

Ao longo de 2013, parcela do SPLM/A passou a atribuir os insucessos no plano econômico e a turbulência social à atitude apaziguadora do Presidente Salva Kiir em relação ao Sudão, bem como a seu autoritarismo à frente do governo. Com a reforma do gabinete, em julho de 2013, tornou-se pública a cisão no SPLM/A. Foram trocados todos os 29 ministros e secretários-executivos, além do próprio vice-presidente, Riek Machar.

O clima tornou-se mais tenso quando Riek Machar, figura política autônoma também associada ao sucesso da secessão, anunciou a intenção de concorrer à presidência do SPLM/A, possivelmente em preparação ao lançamento de candidatura para concorrer às eleições presidenciais de 2015. Assim, à medida que se aproximava o prazo para as eleições gerais no país, previstas para 2015, acirrou-se o quadro de duras disputas intrapartidárias no seio do SPLM.

Em 15/12/2013, homens armados não identificados iniciaram tiroteio na capital, Juba, próximo ao Palácio presidencial. O presidente Salva Kiir acusou Machar, em transmissão televisiva em cadeia nacional, de tentativa frustrada de

golpe de estado. Apesar de negar a versão do presidente, Machar posteriormente assumiu o comando dos revoltosos, que passaram a intitular-se "SPLM/A na oposição". Mesmo com origem em divergências intrapartidárias, o atual conflito não deixou, contudo, de apresentar contornos interétnicos, em razão, em parte, de Kiir (etnia Dinka) e Machar (etnia Nuer) serem de etnias diferentes.

O conflito se arrasta até hoje e, segundo dados do Escritório de Coordenação para Assuntos Humanitários das Nações Unidas (OCHA), ameaça afetar diretamente metade da população do país. Estima-se que as hostilidades tenham resultado na morte de dezenas de milhares de pessoas, além de ter deslocado outras 1,5 milhão (est. 2018), e ainda forçado outras 2,4 milhões a se refugiarem em outros países.

Mediação para solução política e situação atual

O conflito no Sudão do Sul, de ampla repercussão regional e internacional, tem sido objeto de amplos esforços de mediação liderados pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). As violações dos sucessivos compromissos de cessar-fogo, bem como a multiplicação dos grupos envolvidos na disputa pelo poder constituem, contudo, desafios importantes no âmbito do atual processo de paz.

Em agosto de 2015, a IGAD auspiciou assinatura do Acordo sobre a Resolução de Conflito no Sudão do Sul (ARCSS), que previu, entre outras medidas, a formação de Governo Transitório de União Nacional. Foi estipulado, ademais, prazo até outubro de 2018 para a realização de novas eleições, com vistas à formação do novo governo. O ARCSS tem pautado, desde então, as negociações de paz no Sudão do Sul, as quais têm enfrentado, contudo, importantes obstáculos. A criação de governo de transição não foi capaz de impedir nova escalada de violência no Sudão do Sul a partir de 2016, quando novas cisões políticas também passaram a dificultar o processo de diálogo e reconciliação nacional. Em julho de 2016, Riek Machar, que havia sido reconduzido ao cargo de vice-presidente pelo ARCSS, novamente deixou o poder, exilando-se, pouco depois, na África do Sul. Além disso, observou-se, desde 2015, o surgimento de grupos políticos e militares, os quais não se encontram contemplados pela estrutura do Governo Transitório de União Nacional e reivindicam sua inclusão nas negociações de paz.

Nesse contexto, a IGAD lançou, em junho de 2017, revitalização do processo de paz do Sudão do Sul, com vistas à adoção de um cessar-fogo permanente e à adoção de cronograma realista para implementação do ARCSS, com vistas à

realização de eleições democráticas no fim do período do Governo Transitório de União Nacional. A primeira fase do processo foi concluída em dezembro de 2017, com a assinatura de Acordo sobre Cessação de Hostilidades, Proteção de Civis e Acesso Humanitário. Em que pesem as violações do cessar-fogo, o acordo tem sido fundamental para garantir condições básicas de estabilidade no país. A segunda fase do processo, iniciada em fevereiro de 2018, chegou a ser suspensa, em razão da ausência de consenso entre as partes envolvidas no conflito, em especial no que concerne à convocação de eleições no final de 2018. Retomado em março de 2018, a iniciativa de revitalização do processo de paz tem como foco o mapeamento das partes em conflito e a promoção do diálogo entre elas. Riek Machar, como principal liderança da oposição, foi autorizado, em maio de 2018, a deslocar-se por outros países africanos, como forma de participar mais ativamente das negociações.

Apesar desses avanços, a realização de eleições no país em 2018 é considerada improvável. A expansão do território sob controle do SPLM, em decorrência de nova série de vitórias militares pelas forças governistas sobre as de oposição ao longo do último ano, é apontada como obstáculo adicional à promoção de diálogo inclusivo no Sudão do Sul, uma vez que o governo liderado pelo Presidente Salva Kiir passou a ter sua posição fortalecida, ao passo que hostes do adversário SPLM na Oposição se encontram, política e militarmente, fragmentadas.

Poder Legislativo

O poder Legislativo sul-sudanês tem estrutura bicameral, composta pelo Conselho dos Estados, estabelecido por decreto presidencial de 2011, com 50 assentos, e pela Assembleia Nacional Legislativa de Transição, estabelecida em ago/2016, como previsto pelo Acordo sobre a Resolução de Conflito no Sudão do Sul (ARCSS), de ago/2015, que conta com 400 representantes.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Sudão do Sul pautou-se, de início, pela negociação de questões pendentes com o vizinho do norte (República do Sudão), após o processo de secessão, sobretudo os termos de partição dos recursos provenientes da venda de petróleo, cujo escoamento ainda se dá pelo território do norte, e a demarcação da fronteira comum. Com a eclosão do conflito interno sul-sudanês, que se estende até os dias de hoje, contudo, essas frentes de negociação perderam prioridade e

dinamismo, na medida em que a agenda internacional de Juba passou a centrar-se na mediação do conflito. A política externa do Sudão do Sul tem-se confundido, desde então, com o tratamento multilateral e regional concedido às crises política, securitária e humanitária no país.

Relacionamento Sudão do Sul - Sudão

Desde meados de 2012, as relações entre o Sudão do Sul e o Sudão têm registrado processo de distensão, que resulta de postura pragmática, tanto de Juba quanto de Cartum. Ao avaliar que o diálogo construtivo entre os dois países é condição essencial para a prosperidade de ambos, bem como para a paz e a estabilidade na região, as autoridades dos dois países têm obtido avanços nas negociações políticas das divergências em relação aos termos para o escoamento do petróleo sul-sudanês pelo território do Sudão e a demarcação da fronteira comum. Em setembro de 2012, mês marco nesse processo de distensão, os Presidentes do Sudão do Sul e do Sudão firmaram importante acordo em Adis Abeba, comprometendo-se a retirar suas tropas da área de fronteira e retomar a produção e escoamento de petróleo, entre outras medidas.

Divergência fronteiriça mais importante, que persiste até os dias atuais, refere-se à região de Abyei, situada em área disputada entre grupos nômades pastoris (Misseriya), de origem árabe, tradicionalmente aliados a Cartum, e tribos sedentárias (Ngok-Dinka), de origem sul-sudanesa, aliadas ao SPLM/A. A região tem também importância econômica, dada a presença de grandes reservas petrolíferas e infraestrutura para sua extração e transporte. No âmbito das negociações do AAP, assinou-se o Protocolo para a Resolução do Conflito de Abyei, que concedeu à região estatuto administrativo próprio e determinou a realização de referendo local para a definição de sua nacionalidade. A votação, contudo, foi adiada indefinidamente em razão de controvérsias quanto à participação eleitoral da população Misserya (nômades que migram sazonalmente para a região e que possuem vínculos com o Norte).

A fim de monitorar a desmilitarização e supervisionar a zona disputada, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou a Resolução 1990 (2011), que criou a Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA). No contexto do atual conflito no Sudão do Sul, as negociações sobre a questão de Abyei foram praticamente interrompidas.

A questão do escoamento do petróleo produzido no Sudão do Sul permanece como um dos temas mais importantes da pauta bilateral. Após a independência do Sudão do Sul, o novo país passou a deter cerca de 75% das reservas de petróleo que antes pertenciam ao Sudão unificado. O território ao norte (República do Sudão), por sua vez, concentra as infraestruturas necessárias para a exportação do hidrocarboneto, de modo que o Sudão do Sul passou a acumular dívida com o país vizinho relativa aos custos de escoamento da produção de petróleo.

Em 2012, o governo sul-sudanês chegou a anunciar a interrupção da produção de petróleo em seu território, em razão de valores, que considerava abusivos, cobrados pelo norte para escoamento e embarque de seu produto. O impasse ganhou contornos militares, mas, após alguns meses, ambos os países acordaram tarifas para escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa. Embora tenham sido considerados planos de construção de oleoduto alternativo, com vistas à exportação da produção de petróleo sul-sudanesa pelo território da Etiópia ou do Quênia, o Sudão permanece, até o momento, como única alternativa logística.

Desde o recrudescimento da guerra civil no Sudão do Sul, em 2013, o Sudão passou a receber importante contingente de refugiados provenientes de zonas afetadas pelo conflito. O ACNUR estima em mais de 700 mil o número de refugiados sul-sudaneses no Sudão.

Grandes Lagos e Comunidade da África Oriental

O Sudão do Sul passou, com a independência, a fortalecer vínculos com a região dos Grandes Lagos, em particular com Uganda e Quênia, países que constituem alternativas, a médio prazo, para o escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa e que possuem crescentes interesses econômicos no Sudão do Sul.

Uganda foi dos mais ativos apoiadores da secessão do Sudão do Sul. Preocupa o governo ugandense o risco de internacionalização do atual conflito civil sul-sudanês, além dos grandes deslocamentos humanos sul-sudaneses rumo a seu território. Estima-se em mais de 1 milhão o número de refugiados sul-sudaneses em Uganda. Tendo em conta o interesse concreto na estabilidade do governo sul-sudanês, Uganda realizou ações militares no país em janeiro de 2014, com vistas a bloquear a escalada do atual conflito civil. Devido ao seu já forte engajamento em

outras crises regionais, sobretudo na Somália, Uganda logo passou a declarar, contudo, sua preferência pelo recurso à mediação na busca por solução para o conflito no Sudão do Sul.

Como meio de diversificar seu relacionamento bilateral e consolidar alternativas regionais a seus fortes vínculos históricos e econômicos com a República do Sudão, o Sudão do Sul solicitou, e obteve, adesão à Comunidade da África Oriental (EAC), mecanismo de integração abrangente dos países da região (Quênia, Ruanda, Uganda, Tanzânia e Burundi). O Sudão do Sul aderiu, também, a outros dois importantes organismos regionais: a IGAD e a Conferência Internacional Regional dos Grandes Lagos (CIRGL). A CIRGL, além do Sudão do Sul, tem por membros: Angola, Burundi, República Centro-Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, Quênia, Uganda, Ruanda, Sudão, Tanzânia e Zâmbia.

Etiópia

A Etiópia, que atua intensamente nos esforços de mediação desenvolvidos pela IGAD, como já observado, tem interesses concretos na estabilidade sul-sudanesa. Desde o início dos confrontos, mais 400 mil sul-sudaneses se refugiaram no território etíope, segundo o ACNUR. Além do empenho em alcançar solução política para o conflito, o país é um dos maiores contribuintes de tropas para a UNMISS. A UNISFA (Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei), região disputada, como já mencionado, por Sudão e Sudão do Sul, é composta, em sua grande maioria por efetivos etíopes (cerca de 4350 tropas).

Relações extracontinentais

Logo após sua independência, o Sudão do Sul contou com boas relações com os países ocidentais, sobretudo com os Estados Unidos (EUA) e o Reino Unido, que participaram ativamente na articulação da autodeterminação sul-sudanesa. Desde 2011, EUA, Reino Unido, Holanda e Noruega constituem os principais fornecedores de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento para o Sudão do Sul.

Contudo, com a eclosão do atual conflito civil, o país passou a ser objeto de atenções redobradas de parceiros extrarregionais, que têm exortado os sul-

sudaneses a resolver suas diferenças de forma pacífica e em consonância com os esforços regionais de mediação. Nesse contexto, em 2014, os EUA editaram ordem executiva que estabelece sanções financeiras contra indivíduos e grupos que ameacem a paz, a segurança ou a estabilidade do Sudão do Sul. Em março de 2015, o CSNU adotou a Resolução 2206, que estabeleceu regime de sanções contra o país, com previsão de extensão às personalidades que não colaborassem para a solução do conflito.

Desde o início de 2018, o Sudão do Sul tem sido objeto de renovadas pressões internacionais para que o acordo de cessação de hostilidades assinado em dezembro de 2017 seja respeitado e as partes se engajem construtivamente nas negociações. Após o presidente da Comissão da IGAD declarar-se favorável à aplicação de sanções contra indivíduos que têm buscado obstaculizar o processo de paz no Sudão do Sul, em fevereiro de 2018, foi anunciada, naquele mês, a proibição da exportação de armas pelos EUA para o país africano, bem como a imposição de sanções contra autoridades sul-sudanesas pela União Europeia. Em maio de 2018, o CSNU adotou a Resolução 2418, que renovou, até 15 de julho de 2018, as sanções contra o Sudão do Sul e expressou a possibilidade de ser ampliado seu regime, bem como de ser imposto embargo de armas contra o país, caso não avance o processo de paz. Naquele mês, também foi anunciado que os EUA reavaliariam sua ajuda humanitária ao Sudão do Sul, devido à alegada falta de comprometimento do governo sul-sudanês com o atual processo de paz.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Desde sua independência, em julho de 2011, o Sudão do Sul tem enfrentado grandes desafios para sua estruturação econômica, em especial na área de infraestrutura. O país possui parca rede de estradas pavimentadas e a maior parte da geração de energia elétrica provém de geradores a diesel. O país carece, ademais, de quadros técnicos capacitados em diversas áreas e de instituições minimamente consolidadas. A eclosão do conflito civil, em 2013, impactou muito negativamente a economia do Sudão do Sul, ao minar os esforços de

desenvolvimento pós-independência, afastar investimentos produtivos e comprometer a exploração do petróleo, a qual responde por grande parte da renda do país.

Segundo o Banco Mundial, o Sudão do Sul é o país mais dependente do petróleo do mundo. As receitas provenientes da exploração de hidrocarbonetos representam cerca de 60% do PIB, 95% das receitas do governo (excluídos recursos oriundos de ajuda externa), além da quase totalidade (98%) das exportações do Sudão do Sul. Contudo, em função do conflito civil, a produção de petróleo sul-sudanesa tem apresentado resistente tendência à contração. Atualmente, a produção do país não supera 127 mil barris/ dia, metade da produção média registrada em 2011. Soma-se a esse cenário a queda do preço internacional do petróleo nos últimos anos (de US\$ 110 o barril, em 2014, para US\$ 50 o barril, em 2017), a qual também contribuiu para reduzir as perspectivas de crescimento sul-sudanês, tendo em vista a dependência de sua economia em relação a essa commodity.

Diante dessa conjuntura, o Sudão do Sul tem enfrentado severa crise econômica. Em 2017, a economia do país sofreu retração de 11%. Estima-se crescimento negativo de 3,8% do PIB sul sudanês em 2018. O PIB per capita do país, que havia sido de US\$ 1.111 em 2014 foi reduzido a US\$ 200 em 2017.

Altos índices inflacionários constituem outra grande preocupação do governo sul-sudanês. Em outubro de 2016, a inflação registrou pico histórico de 835,7% ao ano. Desde então, o governo tem buscado diminuir a impressão de moeda e controlar gastos públicos. Em 2017, a inflação foi de 116% ao ano, taxa consideravelmente mais baixa do que no ano anterior, embora ainda muito alta. Entre 2016, quando foi adotado o câmbio flutuante, e dezembro de 2017, a libra sul-sudanesa, que havia sido introduzida em 2011 com o mesmo valor da libra do Sudão, foi depreciada em 90%. Além disso, é crescente a discrepância entre a taxa de câmbio oficial e a taxa praticada no mercado paralelo.

Com mais de 2 milhões de deslocados internos e quase metade da população em situação de insegurança alimentar, a resolução do atual conflito e a criação de cenário de paz e segurança são vitais para o desenvolvimento e a prosperidade do país a longo prazo. Em segundo plano, o Banco Mundial tem recomendado reformas macroeconômicas com foco na criação de infraestrutura, na diversificação da economia e na geração de emprego e renda, como forma de alavancar o

crescimento do país. A eliminação dos subsídios e a dolarização da economia sul-sudanesa também são medidas defendidas pelo Banco Mundial como forma de combater a inflação e estabilizar as contas públicas nacionais.

Para fazer face às declinantes receitas do petróleo, o governo do Sudão do Sul planeja aumentar a renda proveniente de outros setores por meio de reforma tributária e diminuição de gastos governamentais com a retirada de subsídios à estatal petroleira Nilepet. Esta última medida, contudo, por implicar em aumento dos preços dos combustíveis, enfrenta resistências por parte da classe política e da população.

A agricultura e a pecuária são apontadas como as áreas mais promissoras para a promoção de uma necessária diversificação da economia do Sudão do Sul, tendo em vista a grande disponibilidade de terras férteis no país. Estudos da FAO divulgados por ocasião da independência do Sudão do Sul, em julho de 2011, dão conta de que apenas 4,5% das terras disponíveis para a agricultura são efetivamente cultivadas. Embora o país tenha elevado potencial agrícola, seu baixo aproveitamento faz com que o Sudão do Sul dependa da importação de alimentos, o que aumenta consideravelmente a exposição do país a choques externos.

Desde que alcançou a independência, o Sudão do Sul tem tido aumentos crescentes de ajuda internacional, sobretudo proveniente dos Estados Unidos e da União Europeia. A ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA, no acrônimo em inglês) constitui parcela significativa da economia sul-sudanesa. Segundo dados do Banco Mundial, essa ajuda correspondeu a cerca de \$ 165 milhões, em 2015, valor equivalente a mais de 20% da renda nacional. O Sudão do Sul ocupa, desse modo, o 10º lugar no mundo e o 5º na África entre os países com maior porcentagem de ODA em comparação à renda nacional. Os doadores, contudo, têm-se mostrado cautelosos em razão dos persistentes problemas de governabilidade econômica e, sobretudo, diante do quadro de conflito civil em curso no país.

Apesar do recente quadro de queda na produção de petróleo, o Sudão do Sul apresenta balança comercial superavitária desde sua independência. Em 2017, parcela majoritária das exportações sul sudanesas de hidrocarbonetos foi destinada à China (93,5%). Já as principais origens das importações do país foram Quênia (53,8%), China (17,2%) e Paquistão (11,7%). O Brasil consta como o 26º principal fornecedor para a economia sul-sudanesa e o 13º destino de suas exportações.

Comércio bilateral

O comércio bilateral entre Brasil e Sudão do Sul é pouco expressivo e resume-se às exportações brasileiras de aves. A corrente bilateral atingiu o ápice em 2014 (\$1,28 milhão) e decresceu desde então, tendo somado, em 2017, apenas \$ 216 mil.

Embora o comércio seja ainda reduzido, a estabilização do país no futuro deverá gerar oportunidades comerciais para o Brasil, tendo em vista a competitividade das exportações brasileiras no mercado sul-sudanês.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1821	O otomano Mohamed Ali Pasha domina o Egito e o atual Sudão. Tribos do sul iniciaram contatos com os estrangeiros.
1899	Domínio inglês da região do Sudão. Sul e norte são separados em administrações distintas.
1946	Conferência de Juba decide consolidar em uma só entidade administrativa norte e sul do Sudão.
1954	Início do processo de independência do Sudão com a criação do parlamento.
1955	Motim no Sul dá início à Primeira Guerra Civil sudanesa.

1956	Independência do Sudão.
1972	Acordo de Adis Abeba põe fim ao conflito civil entre norte e sul. O sul passa a constituir entidade administrativa única a ser administrada com elevado grau de autonomia.
1983	Reinício do conflito civil. É fundado, na Etiópia, o Exército de libertação do Povo do Sudão (SPLA).
1999	Retomada das negociações entre Cartum e rebeldes do sul. Atuação da IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), organismo regional sediado no Djibuti.
2005	Assinatura, em Nairóbi, do Acordo Abrangente de Paz (AAP). Previsão de realização de referendo sobre a secessão do sul, em 6 anos. Retorno imediato da autonomia do Sul. Realização de eleições gerais em 2010. Repartição das receitas do petróleo e o estabelecimento de governo de unidade nacional.
2005/ago	Salva Kiir, fundador do SPLA assume a presidência do governo do Sul do Sudão e a vice-presidência no governo de Unidade Nacional.
2006	Governo do Sul do Sudão adota a Declaração de Juba, que previu a integração de milícias rebeldes ao SPLA.
2010	Reeleição de Salva Kiir como presidente do governo do Sul do Sudão, no âmbito das eleições gerais sudanesas.
2011/jan	Referendo sobre a independência do sul do Sudão, em que mais de 98% dos votos são favoráveis à separação.
2011/mai	Conflitos entre o sul e o norte culminam com a tomada de Abyei pelo Norte. Após acordo para a desmilitarização da região, CSNU criou a Força Interina das Nações Unidas para Abyei (UNISFA).
2011/jul	Independência do Sudão do Sul.
2012/jan	Governo sul-sudanês interrompe fornecimento de petróleo, em razão dos preços cobrados pelo Sudão para o escoamento e embarque do produto.

2012/abr	Deterioração da situação na fronteira entre Sudão e Sudão do Sul.
2012/mai	Retomada das negociações entre os dois países.
2012/set	Assinados os Acordos de Adis Abeba, que estabelecem condições para retirada de tropas da região de fronteira, criação de zona desmilitarizada e retomada da produção de petróleo sul-sudanesa.
2013/abr	Retomada da produção de petróleo sul-sudanesa. O Presidente sudanês Omar Al-Bashir realiza a primeira visita a Juba após a independência.
2013/dez	Eclosão do atual conflito civil, opondo forças lideradas pelo presidente Salva Kirr às comandadas pelo ex-vice-presidente Riek Machar.
2014/jan	Sob os auspícios da IGAD, foi assinado o Acordo para a Cessação de Hostilidades, que se tornou uma das principais referências dos esforços de mediação política da crise sul-sudanesa. Não obstante os sucessivos compromissos de cessar-fogo firmados após esse acordo, jamais cessaram os episódios de enfrentamentos entre as partes em conflito.
2015/ago	Sob auspícios da IGAD foi assinado o Acordo sobre a Resolução de Conflito no Sudão do Sul (ARCSS), que previu a formação de Governo Transitório de União Nacional e estipulou prazo até outubro de 2018 para a realização de novas eleições.
2016/abr	Riek Machar retorna a Juba e assume a vice-presidência no novo governo de união. Em julho é demitido e volta ao exílio.
2017/jun	IGAD lança o Fórum de Alto Nível para a Revitalização do ARCSS, para discutir medidas necessárias ao cessar-fogo permanente e à revisão e adoção de cronograma realista para a realização de eleições democráticas.
2017/dez	Assinatura do Acordo sobre Cessação de Hostilidades, Proteção de Civis e Acesso Humanitário.
2018/fev	Início de nova fase da iniciativa da IGAD, ainda inconclusa, em razão da ausência de consenso entre as partes.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

9/1/2011	Governo brasileiro envia missão de observadores ao referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul.
9/7/2011	Governo brasileiro é representado na cerimônia de independência do Sudão do Sul pelo então Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto. Na ocasião, o representante brasileiro assinou, juntamente com o Chanceler sul-sudanês, comunicado conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com o Sudão do Sul.
7/2/2013	Decreto nº 7914 cria a Embaixada brasileira em Juba, cumulativa com Adis Abeba.

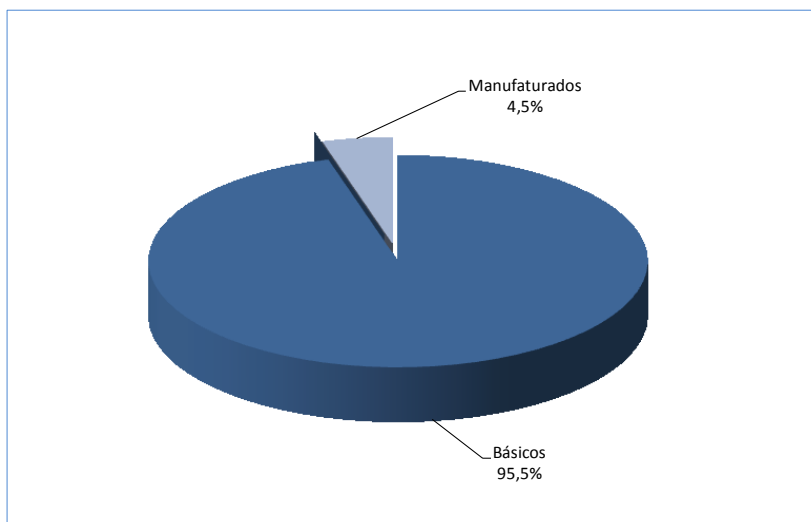
ACORDOS BILATERAIS

Não há registros de acordos bilaterais assinados entre Brasil e Sudão do Sul. Em julho de 2011, os dois países assinaram Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas, que é, ainda, o único ato bilateral assinado entre as partes.

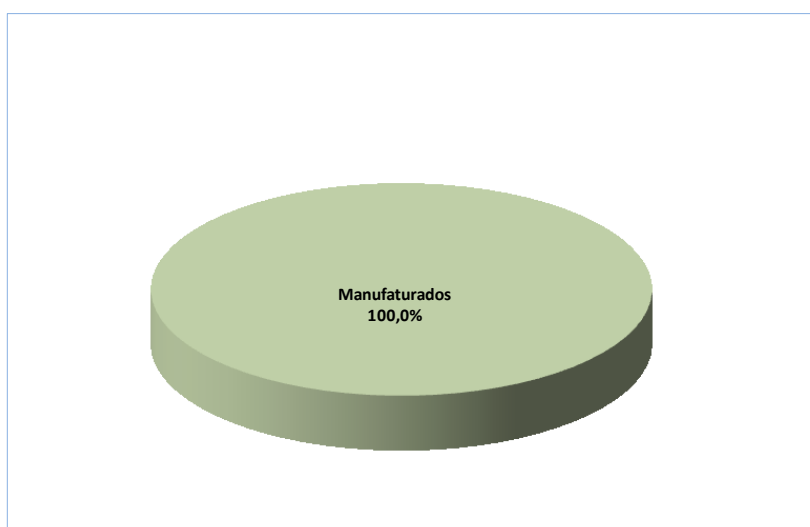
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



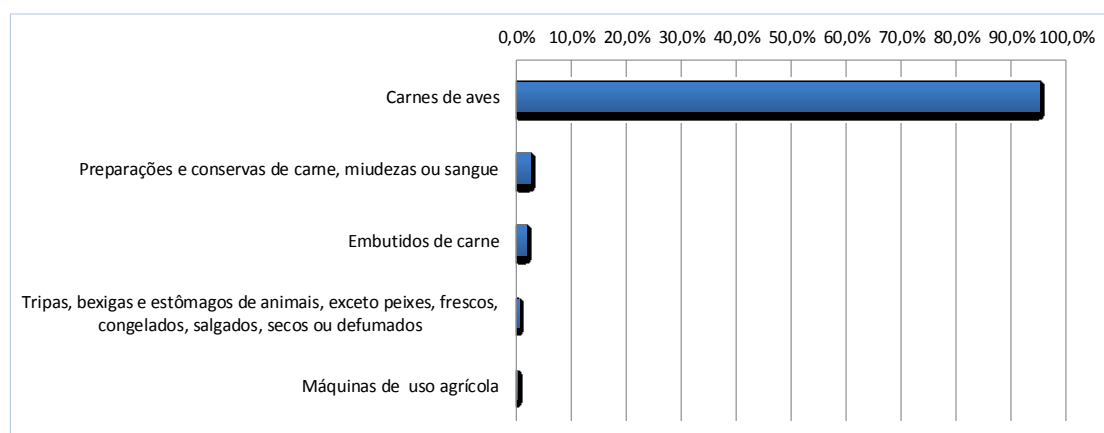
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Sudão do Sul (SH4)
US\$

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes de aves	507.177	73,3%	240.605	36,2%	182.742	95,1%
Preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue	1.296	0,2%	0	0,0%	4.787	2,5%
Embutidos de carne	7.629	1,1%	3.475	0,5%	3.724	1,9%
Tripas, bexigas e estômagos de animais, exceto peixes, frescos, congelados, salgados, secos ou defumados	1.265	0,2%	0	0,0%	713	0,4%
Máquinas de uso agrícola	0	0,0%	0	0,0%	164	0,1%
Máquinas para terraplanagem	134.065	19,4%	419.274	63,0%	0	0,0%
Máquinas com função própria	0	0,0%	1.924	0,3%	0	0,0%
Ácidos para as indústrias fungicidas, de conservantes e de material de limpeza	40.497	5,9%	0	0,0%	0	0,0%
Produtos comestíveis de origem animal	73	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	692.002	100,0%	665.278	100,0%	192.130	100,0%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	692.002	100,0%	665.278	100,0%	192.130	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

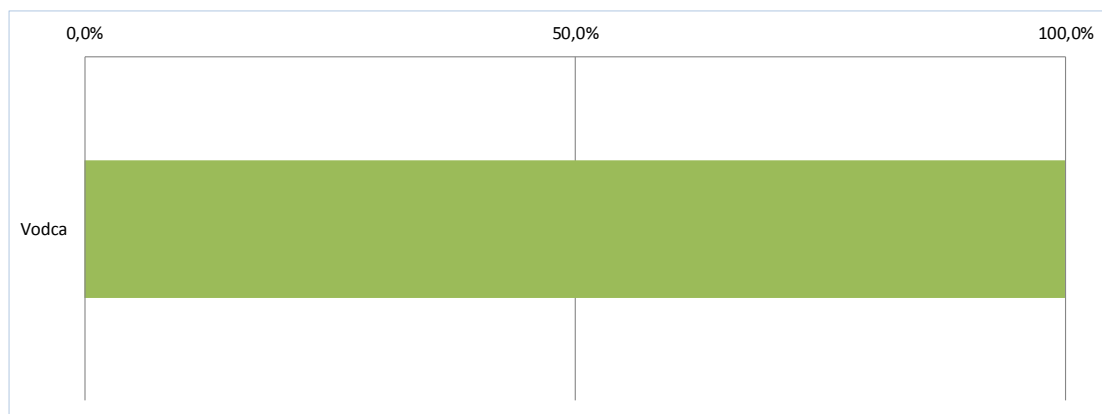


Composição das importações brasileiras originárias do Sudão do Sul (SH8)
US\$

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Vodca	0	100,0%	0	100,0%	24.756	100,0%
Subtotal	0	100,0%	0	100,0%	24.756	100,0%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	0	100,0%	0	100,0%	24.756	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

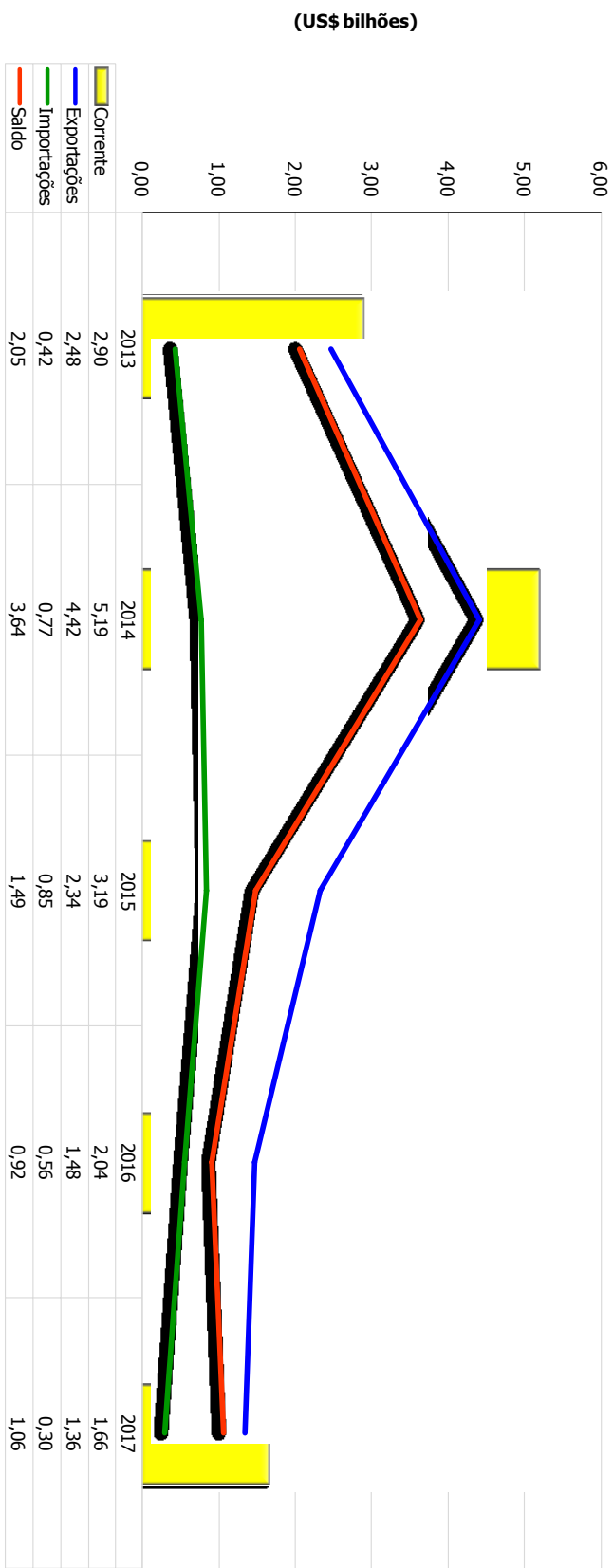


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Carnes de aves	0	0,0%	58.719	86,0%	
Embutidos de carne	0	0,0%	7.399	10,8%	
Tripas, bexigas e estômagos de animais, exceto peixes, frescos, congelados, salgados, secos ou defumados	0	0,0%	2.189	3,2%	
Subtotal	0	100,0%	68.307	100,0%	
Outros	0	0,0%	0	0,0%	
Total	0	100,0%	68.307	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Comércio Sudão do Sul x Mundo



Elaborado pelo MRE/DPQ/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

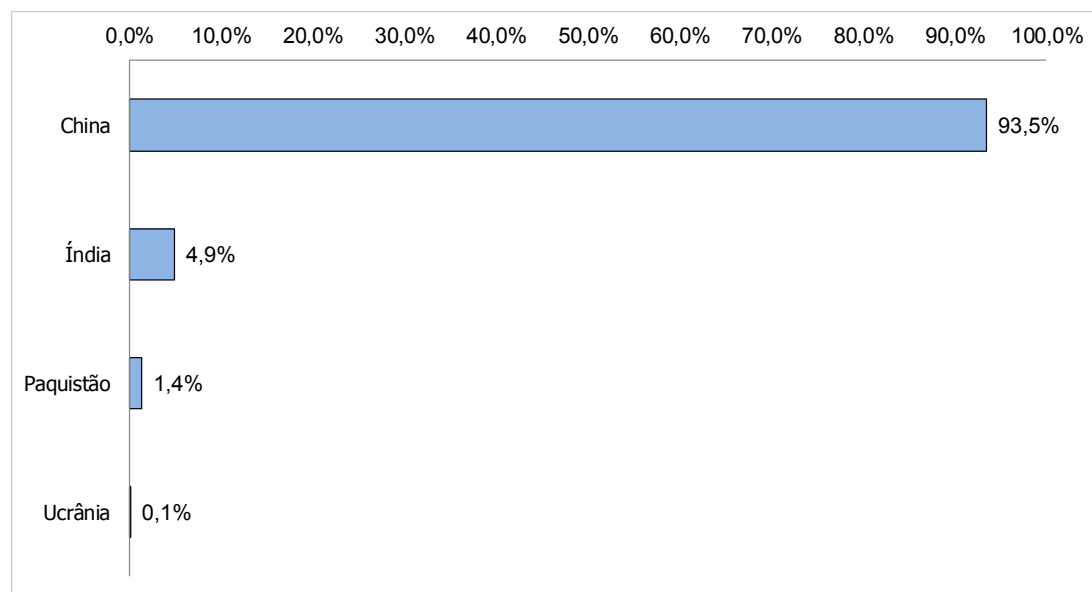
O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações do Sudão do Sul
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	1.269	93,5%
Índia	67	4,9%
Paquistão	19	1,4%
Ucrânia	2	0,1%
...		
Brasil (13º lugar)	0,03	0,0%
Subtotal	1.357	99,9%
Outros países	1	0,1%
Total	1.358	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

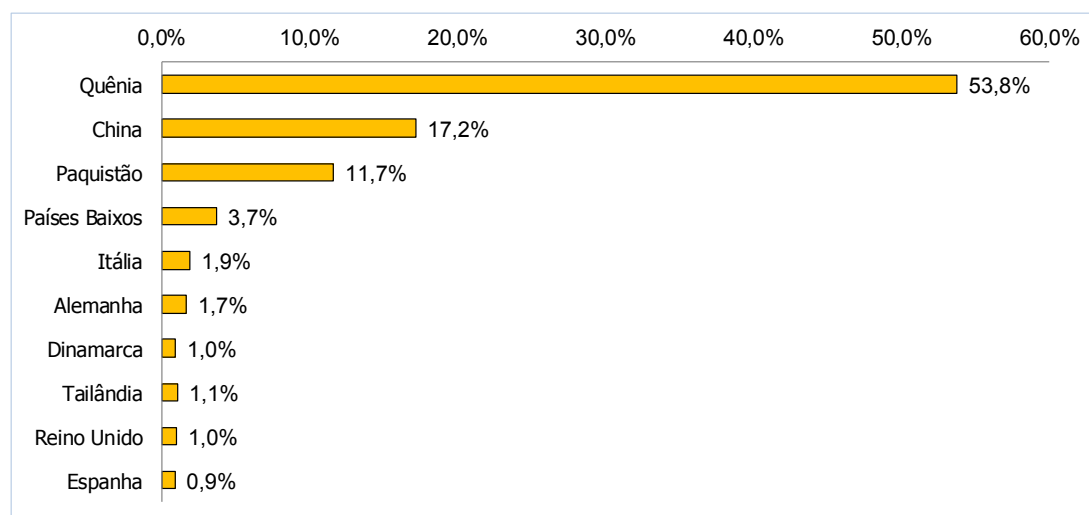


Principais origens das importações do Sudão do Sul
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Quênia	162,0	53,8%
China	51,9	17,2%
Paquistão	35,1	11,7%
Países Baixos	11,3	3,7%
Itália	5,8	1,9%
Alemanha	5,1	1,7%
Dinamarca	2,9	1,0%
Tailândia	3,3	1,1%
Reino Unido	3,1	1,0%
Espanha	2,8	0,9%
...		
Brasil (26º lugar)	0,2	0,1%
Subtotal	283,5	94,1%
Outros países	17,9	5,9%
Total	301,3	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



Composição das exportações do Sudão do Sul (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Óleos brutos de petróleo	1.329	97,9%
Legumes de vagem, secos, em grão	11,14	0,8%
Algodão cru	6,58	0,5%
Madeira em bruto	6,05	0,4%
Madeira serrada e polida	1,22	0,1%
Turbinas a gás	1,19	0,1%
Subtotal	1.355	99,8%
Outros	3	0,2%
Total	1.358	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais grupos de produtos exportados



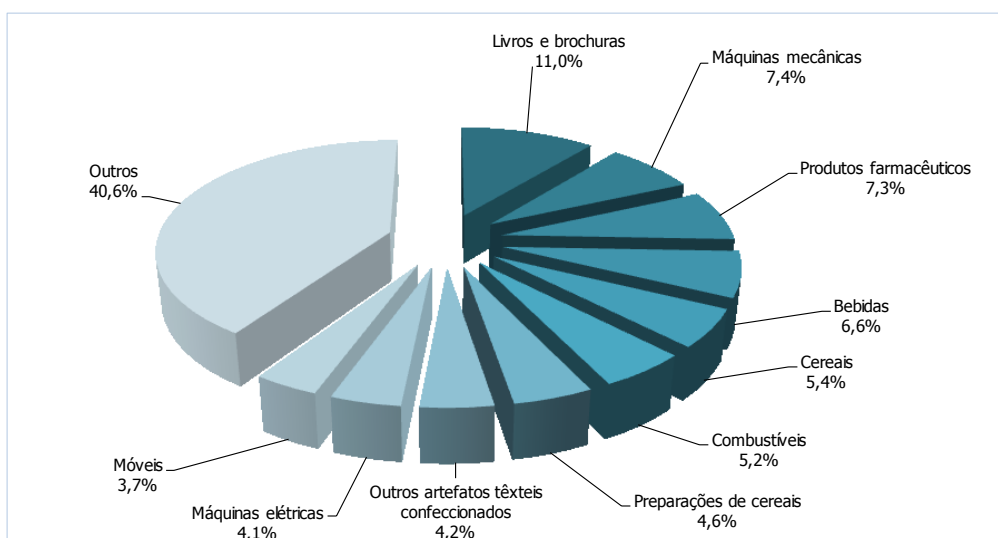
Composição das importações do Sudão do Sul (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Livros e brochuras	33,08	11,0%
Máquinas mecânicas	22,15	7,4%
Produtos farmacêuticos	21,87	7,3%
Bebidas	19,77	6,6%
Cereais	16,37	5,4%
Combustíveis	15,57	5,2%
Preparações de cereais	13,91	4,6%
Outros artefatos têxteis confeccionados	12,62	4,2%
Máquinas elétricas	12,26	4,1%
Móveis	11,30	3,7%
Subtotal	178,90	59,4%
Outros	122,41	40,6%
Total	301,31	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



Aviso nº 321 - C. Civil.

Em 27 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia, e cumulativamente, junto à República do Djibuti e à República do Sudão do Sul.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República